

DEBATER  
A EUROPA

---

20

---

jan-jun 2019

---

EUROPA — UMA CASA COMUM?  
*EUROPE — A COMMON HOUSE?*

---

## DIRETORA

Maria Manuela Tavares Ribeiro | mtribeiro7@gmail.com  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da  
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

## SUBDIRETORA

Isabel Maria Freitas Valente | valente.isa@gmail.com  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da  
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

## COORDENAÇÃO

Maria Manuela Tavares Ribeiro | mtribeiro7@gmail.com  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da  
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

## SECRETÁRIA

Ana Maria Ribeiro | ana.ribeiro@epa.edu.pt  
Centro de Informação Europe Direct Aveiro

## CONSELHO CIENTÍFICO

Adriano Moreira | adriano.moreira@acad-ciencias.pt  
Academia das Ciências

Alexandra Aragão | aaragao@ci.uc.pt  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Alexis Vahlas | vahlas@unistra.fr  
Sciences Po de Strasbourg

António Costa Pinto | acpinto@ics.ul.pt  
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Ariane Landuyt | ariane.landuyt@gmail.com  
Università Degli Studi di Siena

Carlos Eduardo Pacheco do Amaral | carlos.ep.amaral@uac.pt  
Universidade dos Açores

Catarina Frade | cfrade@fe.uc.pt  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Danielle Perrot | danielle.perrot@martinique.univ-ag.fr  
Université des Antilles

Fernanda Rollo | fernandarollo@netcabo.pt  
IHC e FCSH da Universidade Nova de Lisboa

François Taulelle | francois.taulelle@univ-jfc.fr  
Université de Toulouse

Georges Contogeorgis | gdc14247@gmail.com  
Panteion University, Athens

Giuliana Laschi | giuliana.laschi@unibo.it  
Università di Bologna

Ioan Horga | ihorga@uoradea.ro  
Universitatea din Oradea

Isabel Maria Freitas Valente | valente.isa@gmail.com  
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século xx da  
Universidade de Coimbra – CEIS20-UC

João Rui Pita | jrpita@ci.uc.pt  
Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra –  
CEIS20-UC

Jorge de Almeida Castro | jac@aeva.eu  
AEVA, Universidade Lusíada

Lúis Lobo-Fernandes | luislobo@eeg.uminho.pt  
Universidade do Minho

Manuel Lopes Porto | mporto@fd.uc.pt  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Maria Gemma Rubi-Casals | mariagemma.rubi@uab.cat  
Universitat Autònoma de Barcelona

Maria Manuela Tavares Ribeiro | mtribeiro7@gmail.com  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Matthieu Trouvé | matthieutrouve@hotmail.com  
Science Po Bordeaux

Maurice Vaisse | mvasse@club-internet.fr  
Univeristé Science Po, Paris

Paul Allières | paul.allies@univ-montpl1.fr  
Université Montpellier 1

Raphaela Averkorn | averkorn@geschichte.uni-siegen.de  
Fakultät I/Historisches Seminar, Universität Siegen

Raquel Freire | rfreire@fe.uc.pt  
Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Stefan Bielanski | stebiel@hotmail.com  
Uniwersytetu Pedagogiczny, Krakowie

Thibault Courcelle | thibault.courcelle@univ-jfc.fr  
Université de Toulouse

Yuriy Pochta | yuriy\_us@hotmail.com  
Universidade Russa da Amizade dos Povos

## CONSELHO COORDENADOR

Dulce Lopes | dulcel@fd.uc.pt  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Maria Manuel Azevedo | mazevedo@aeva.eu  
AEVA, Centro de Informação Europe Direct de Aveiro

Sara Margarida Moreno Pires | sarapires@ua.pt  
Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território,  
Universidade de Aveiro

DEBATER  
A EUROPA

---

20

---

jan-jun 2019

---

EUROPA — UMA CASA COMUM?

*EUROPE — A COMMON HOUSE?*

---

## EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra

Email: [imprensa@uc.pt](mailto:imprensa@uc.pt)

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

## INFOGRAFIA

Imprensa da Universidade de Coimbra

ISSN Digital

1647-6336

DOI

[https://doi.org/10.14195/1647-6336\\_20](https://doi.org/10.14195/1647-6336_20)

<HTTPS://IMPACTUM.UC.PT/PT-PT/REVISTA?ID=103172&SEC=5>

<HTTP://DEBATEREUROPA.EUROPE-DIRECT-AVEIRO.AEVA.EU/>

JANEIRO, 2019

CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX  
DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA – CEIS20-UC

CENTRO DE INFORMAÇÃO EUROPE DIRECT DE AVEIRO

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva  
responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

## Sumário

<i>Editorial</i> .....	7
Maria Manuela Tavares Ribeiro	
<i>O Europeu e os seus penates</i> <i>The European and its penates</i> .....	11
Cristina Robalo Cordeiro	
<i>El Relato sobre el Proceso de Construcción Europea. Anatomía de una Crisis</i> <i>The Report on the European Construction Process. Anatomy of a Crisis</i> .....	19
Antonio Moreno Juste	
<i>Territórios de medo e privatização da segurança na Europa</i> <i>Territories of fear and privatization of security in Europe</i> .....	41
João Luís J. Fernandes	
<i>A cultura como pertença – da nação à casa comum europeia?</i> <i>The culture as belonging – from the nation to the European common house?</i> .....	57
Conceição Meireles Pereira	
<i>The role of culture as a vector for a common European house.</i> <i>The challenges of the EU action in culture and the mobilisation of cultural players</i> <i>in the field of culture to build a European casa comum</i> .....	69
Fanny Bouquerel	
<i>Recensões</i> <i>Reis, Liliana, A Construção do Ator Securitário Europeu:</i> <i>a Hora das Escolhas, Lisboa, Chiado Books, 2017. ISBN 9789895215706</i> .....	89



### *Nota Introdutória*

A Europa é uma civilização e a UE é um conjunto institucional criado, como bem sabemos, por uma decisão política. Mas sabemos também que as criações políticas não são indefinidamente perenes. O sucesso da integração europeia é positivo a vários níveis, mas não podemos crer que é irreversível. É necessário proceder a análises, questionar, debater, formular interrogações, que permitam diagnosticar as crises e procurar as soluções necessárias.

Importa refletir sobre as crises. A crise da UE não terá as suas raízes no seu próprio sucesso?

O plano de Robert Schuman de 1950, tal como os Tratados de Roma de 1957, conduziram à integração económica da Europa Ocidental, à formação de um mercado único, à abolição sucessiva das fronteiras aduaneiras, ao Ato Único em 1986, à liberdade de circulação de produtos, de serviços, de capitais, de pessoas, mecanismo da integração e um dos fundamentos da Comunidade Europeia.

Se este mecanismo é de cariz essencialmente económico, a verdade é que o projeto lançado pelos chamados “pais fundadores” da Comunidade Europeia foi, desde o início, um projeto por excelência político. Um princípio norteador das suas preocupações foi, sem dúvida, a paz<sup>1</sup>. Compreende-se. A Europa era, pois, não um problema, mas uma solução.

As iniciativas políticas encontraram, porém, sérias dificuldades. Basta lembrar a CED em 1954 e o plano Fouchet de 1962, entre muitas outras. A economia deveria formar uma “solidariedade de facto”, subjacente à comunidade política. A *pax europea*, ideal superior do projeto comunitário, realizava-se, justificava-se, pela prosperidade, pelo crescente potencial económico: mercado comum, moeda única, alargamentos sucessivos da UE. Perguntar-se-á, e repito: os elementos constitutivos do seu sucesso não são também elementos da crise? O alargamento suscita inquietação; a supranacionalidade pode pôr em perigo o interesse nacional; a gestão da UE é complexa. A Europa, que se quer “unida na diversidade”, confronta-se com as discórdias entre o nacional e o europeu.

Lembre-se o filósofo e historiador francês Michel Gauchet (1946-), fundador com Pierre Nora da revista *Le Débat*, para quem a unificação europeia se faz a partir das na-

---

1 BITSCH, Marie-Thérèse – *L'Histoire de la construction européenne de 1945 à nos jours*. Bruxelles: Complexe, 2004.

ções e não pela destruição das nações. Na verdade, um traço particular da experiência europeia é que o princípio nacional coexiste com a ambição universal. A este propósito, recorde-se que Jean Monnet procurou fazer convergir os diferentes interesses nacionais numa comunidade de interesses. E Jacques Delors desejava uma União Europeia como uma federação de Estados-Nação.

Face à mundialização, é importante uma estratégia comum a nível económico e social, mas igualmente no campo da segurança. Promover a democracia como elemento fundamental da “segurança humana”, pode ser um novo conceito da política da paz.

A crise europeia coloca o problema das fronteiras, problema este que está na ordem do dia. A incerteza das fronteiras é uma das particularidades da União Europeia.

Um outro desafio prende-se com a Europa social. O social faz parte do desenvolvimento durável da democracia participativa. Este é um dos desafios permanentes no processo de aprofundamento da integração europeia.

Todavia, não podemos esquecer as tensões existentes na UE entre o quadro nacional e a visão comunitária. No domínio político, os problemas adensam-se. A Europa não é um conjunto definido pela origem étnica, mas pode ser pela cultura, pela educação, pela história, pelos valores, pela visão de futuro.

Ao considerar os valores europeus, é evidente que eles podem ser relevados de formas diversas. Tzvetan Todorov, historiador, filósofo, linguista de origem búlgara (1939-2017)<sup>2</sup>, salienta a racionalidade, a justiça, a democracia, a liberdade. O filósofo polaco Krzysztof Michalski (1948-2013) destaca a promoção da liberdade dos direitos do homem, da democracia, do Estado de direito, do direito das minorias, da solidariedade<sup>3</sup>.

Um elemento nodal é a referência à pessoa humana. Este cadinho de valores europeus é o resultado do destino coletivo da Europa. Ele não é uma mera construção ideológica, mas o resultado do destino comum da Europa.

Torna-se imperativa a aproximação das culturas, a recuperação da memória europeia. A Europa tem necessidade de um quadro cultural e educativo comum para além das diversidades, em concreto, para além da diversidade das línguas.

Importa, como sempre, lembrar a reflexão filosófica sobre a Europa. Recordo o filósofo checo Jan Patočka (1907-1977), que proclamava a necessidade da unificação europeia pelo reencontro da sua dimensão espiritual, pela *cura animi*. Podemos ainda referir a representação literária da Europa e evoco o poeta, músico, crítico literário americano, Ezra Pound (1885-1972), para quem as aspirações dos povos encontram a sua justificação na poesia.

Uma questão crucial coloca-se nesta interrogação, que permanece: a Europa deve ser vista como síntese e/ou mosaico de histórias e de culturas nacionais (com subdivisões

---

2 TODOROV, Tzvetan - *Le Nouveau Désordre mondial*. Paris: Robert Laffont, 2003.

3 MICHALSKI, Krzysztof - *Conditions of European Solidarity*. Vol. I. New York: Central European University Press, 2006.

regionais), ou de uma outra forma, uma forma nova, uma forma a inventar, como sugeria Bronislaw Geremek (1932-2008)?<sup>4</sup>.

A Europa e a UE devem ser um processo contínuo de aprendizagem, de educação. Aprendizagem e prática de tudo quanto possa promover a compreensão mútua dos Europeus e a percepção mais clara das interdependências internacionais. Este é um profícuo caminho para o futuro comum. Desse perguntar–responder recíproco, as diferentes culturas nacionais sairão enriquecidas.

Dessa interação cultural pode resultar uma certa consciência comum, uma síntese de valores, uma *common core* de ideias e de princípios de validade universal.

Nas palavras de Ortega y Gasset, liberdade e pluralismo são elementos que se interpenetram e ambos constituem a essência da Europa. Seria assim...

Evoco, para concluir, o europeísta federalista Denis de Rougemont, que define a Europa como a “pátria da memória”. Mais do que a Casa Comum europeia, Denis de Rougemont acalentava este desígnio no porvir da Europa: “É vocação dos europeus fazer a Europa, porque é preciso fazer o Mundo”. Estas suas palavras são hoje plenas de atualidade.

Um agradecimento à Reitoria da Universidade de Coimbra na pessoa da Senhora Vice-Reitora, Professora Doutora Clara Almeida Santos, pelo apoio que viabilizou esta publicação no âmbito da 20.<sup>a</sup> edição da Semana Cultural da Universidade de Coimbra. Reconhecimento é devido ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e à Fundação Eng.º António de Almeida, que nos deram uma inextinguível colaboração.

Aos Autores que, numa perspetiva interdisciplinar, nos oferecem o seu saber e a sua competência, e nos propiciam uma reflexão profunda sobre temas de particular atualidade, um grato obrigada.

A Coordenadora  
Maria Manuela Tavares Ribeiro  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 17 de abril de 2018

---

4 PITCH, Robert - Perspectives: à la recherche de l'Europe réelle. In GEREMEK, Bronislaw, PITCH, Robert (dir.), *ob. cit.*, p. 419-430.



## *O Europeu e os seus penates*

### *The European and its penates*

Cristina Robalo Cordeiro  
Universidade de Coimbra  
crobaloc@uc.pt

#### **Resumo**

Onde se sente o Europeu verdadeiramente em casa senão na sua formação intelectual, na sua língua materna e na sua confissão religiosa? É à luz desta tripla determinação que examinamos a imagem da “casa europeia”, ao mesmo tempo, como qualquer casa, inclusiva e exclusiva. Mas a esse sentimento de familiaridade e de pertença opõe-se cada vez mais a angústia de uma desposseção. As normas da cultura universitária e as condições da sua permanência estão ameaçadas, a liberdade de falar a sua língua nacional, em vez de uma “língua franca” limitativa, vê-se reduzida ao espaço privado, o direito de atestar a inspiração cristã da Europa histórica e comunitária exerce-se com crescente reticência. Como não experimentaria o Europeu, identificando-se com estes valores contestados, os seus “penates”, o doloroso sentimento de ver a sua casa irremediavelmente hipotecada?

**Palavras-chave:** Europa, casa, língua, universidade, religião.

#### **Abstract**

Where does the European really feel at home, if not in his academic culture, in his mother tongue, in his Christian tradition? Attending to these three dimensions, I will look at the European construction, which, as a house, is both inclusive and exclusive. But it happens that this very sense of homeliness is put in check today by the fear of having to lose it all. The intellectual norms and values of the University life are threatened, the liberty of speaking our own national language, instead of a constraining “lingua franca”, is reduced to the private space, the will to recall the Christian roots of the historical Europe and of the European Union is more and more controversial. No wonder that, under such circumstances, the European citizen should see his home as definitely mortgaged.

**Keywords:** Europe, home, university, tongue, religion.

Para ser perfeitamente sincera, não sei bem a que título tenho o prazer e a honra de participar nesta jornada consagrada à “Europa: uma casa comum”. Não sendo nem politóloga, nem historiadora, nem economista, nem jurista, nem versada em estudos sociais e culturais, creio unicamente dever à amizade da Manuela Tavares Ribeiro esta tomada de palavra perante colegas ilustres, para quem a Europa é, desde há longos anos, objecto de reflexão e de investigação.

A minha qualidade de professora de literatura francesa não me autorizaria a monopolizar a vossa atenção: tudo parece ter sido dito sobre a presença da ideia de Europa em escritores como Jules Michelet, Victor Hugo, Paul Valéry, André Gide ou Jules Romain – apesar de ser de toda a justiça relembrar como e quanto cada um deles contribuiu para elevar os espíritos acima dos horizontes nacionais, fazendo-nos tomar consciência do indissolúvel parentesco das nossas culturas.

Reflectindo, contudo, na forma de tratar este tema sem abandonar totalmente o meu campo disciplinar, pensei primeiro partir do livro de Paul Hazard, *La Crise de la Conscience européenne*, que lera (e muito anotara na sua tradução portuguesa), enquanto estudante desta faculdade. Do surgimento da modernidade, com Espinosa, até ao da pós-modernidade com Nietzsche, a Europa da razão grega, do direito romano e da fraternidade cristã passou pela prova da crítica das autoridades teológica e política, e pelo niilismo, e encontra-se hoje, 73 anos depois da Segunda Guerra Mundial, contraditoriamente construída no plano institucional e desconstruída – para não dizer destruída – nos seus valores fundadores.

Renunciei, todavia, a desenvolver perspectivas tão vastas quanto conhecidas. A produção de ideias foi tão intensa em matéria de cultura europeia que nada de novo parece poder refrescar o intelecto fatigado pelo abuso de conceitos – e, diga-se de passagem, esta saturação intelectual é um dos principais obstáculos ao aparecimento do fervor que deveria continuar a suscitar o ideal de uma Europa como casa comum. Por falta de conceitos novos, a “poética” da casa tem, contudo, a vantagem de revivificar o nosso imaginário europeu. Podemos sonhar, à maneira de Gaston Bachelard, sobre a cave, a mansarda, os corredores e os recantos, as escadas e os salões da Europa. Aqui, a minha modesta competência literária dar-me-ia um certo à-vontade para percorrer um espaço estruturado segundo o modelo de um inconsciente colectivo.

Seria aliás interessante analisar, no discurso político, o recurso a esta imagem da casa. Há alguns dias apenas, o nosso Presidente da República afirmava, dirigindo-se no Egipto a compatriotas e fazendo alusão à diáspora portuguesa: “O mundo é a nossa casa. Temos uma casinha chamada Portugal, que é o nosso território, mas o mundo é nossa casa”. Que queria ele sugerir? A casa é um espaço afectivo e um “presidente dos afectos” não pode falar de globalização em termos frios, precisando da imagem da casa para tocar o coração de cada um de nós... Todavia uma observação, restritiva, é devida: a metáfora da casa europeia não deixa de ter implicações negativas. Quem diz casa diz abertura, aco-

lhimento, hospitalidade, mas também propriedade, pertença, privacidade.

A casa é o interior, mas também o exterior, é a inclusão, mas também necessariamente a exclusão. A não ser que se trate da casa global do Presidente da República ou da casa do Pai celeste, da morada messiânica (e mesmo aí, nem todo o pecador é digno de nela entrar...), a casa, mesmo comum, não está disposta a receber toda a gente. Se a Europa é a nossa casa, não pode ao mesmo tempo ser a casa dos outros – excepto se não fizerem senão visitar-nos por tempo limitado ou se aceitarem comungar dos nossos valores...

Assim perante a imagem da casa, somos imediatamente confrontados com reações antagonistas: alguns desejam que a Europa se feche, outros que ela se abra. Os primeiros serão apelidados de xenófobos, os segundos de sonhadores. Sem dúvida que vale mais ser sonhador, mas o idealismo tem o seu preço. Aliás retomando uma imagem do polemista francês Alain Finkielkraut, existe uma terceira possibilidade: acolher o estrangeiro numa “casa vazia” ou esvaziada dos valores com os quais os Europeus se identificaram durante muito tempo, pois é assim que lhe aparece a Europa, prisioneira do seu idealismo moral ou, para citar o autor:

“Ce n’est plus son héritage que l’Europe met en avant, ce sont les valeurs de respect et de tolérance... Pour mieux recevoir les autres, elle fait le vide dans sa maison”<sup>1</sup>.

Mas uma casa não se reduz a um espaço, nem os valores a móveis ou a quadros. O que distinguia uma casa romana de uma outra casa romana, eram os deuses familiares, os antepassados, cujas estatuetas eram conservadas no fundo do *atrium*, no *tablinum*, com os arquivos e as provisões. Os penates, é também o espírito da casa, que podemos levar connosco para longe dos nossos muros e do nosso espaço original, e que, pensando na casa europeia, resumirei em 3 manifestações ou 3 figurações: em primeiro lugar, a cultura, e mais precisamente a cultura universitária; em segundo lugar, a língua, e mais precisamente a língua materna; em terceiro lugar, a religião, e mais precisamente a religião cristã. A interrogação que me guiará é a seguinte: em que estado se encontra hoje, na Europa de 2018, esta tripla herança do espírito europeu?

Da ideia de casa europeia, é fácil chegar à de universidade. A Europa das universidades interessa qualquer europeu que beneficiou, ou pode beneficiar, de uma formação superior. Se a expressão *Alma Mater* não é nunca pronunciada sem um toque de ironia, ela traduz, apesar de tudo, a força de um laço e de uma gratidão à nossa escola pois que é dos estudos universitários que datamos o aparecimento e a maturação da nossa personalidade intelectual. Em suma, se o europeu tem penates que leva consigo, é nos valores com os quais se familiarizou na sua juventude estudiosa que os encontra: o respeito pela investigação desinteressada, pela difícil busca da verdade, o gosto pelas ideias abstractas, a confiança no método e no trabalho.

---

1 FINKIELKRAUT, Alain - *La seule exactitude*. Paris: Stock, 2015, p. 108.

Posso estar instalada em qualquer quarto de hotel, algures no mundo, longe do meu país e dos meus, tenho sempre perto de mim, em mim, as minhas exigências, as minhas normas, o meu saber, a minha razão (e essa Razão possui uma estranha semelhança com as aptidões - dir-se-ia hoje as “competências” - laboriosamente adquiridas entre os 18 e os 25 anos, na universidade, com a maneira de argumentar ou de analisar que pude admirar em alguns dos meus professores). Não me sinto nunca tanto *chez moi*, em minha casa, quanto nestas referências familiares, nesta lógica, nesta dialéctica onde me encontro na companhia dos meus livros e dos velhos mestres desaparecidos.

É um privilégio redobrado ter estudado numa das mais antigas universidades da Europa que, com algumas outras, forma uma espécie de rede tutelar, onde a liberdade de espírito encontrou asilo, durante séculos (sem dúvida, com restrições impostas pelas conjunturas...). Falando depois do meu colega italiano, não posso deixar de mencionar o Grupo de Coimbra, de que a universidade de Pádua é um dos membros fundadores com Poitiers, Lovaina, Salamanca... Relembro que o intuito que esteve na origem da criação deste colégio de universidades históricas (situadas fora das capitais da Europa) era fazer da cultura o cimento que permitiria refundar a universidade europeia, a do futuro Processo de Bolonha. Nos primórdios do Grupo de Coimbra esteve o desejo de partilhar patrimónios seculares (monumentos, bibliotecas, arquivos, parques, tradições e trajes académicos, etc.) e tudo isto a partir da música, através de intercâmbios de orquestras e coros de estudantes. A formação do Grupo de Coimbra foi contemporânea da entrada de Portugal na União Europeia. Os seus promotores, animados por fortes convicções europeístas, consideravam que a cultura universitária deveria inspirar a construção da Europa, que não poderia ser unicamente uma aliança de interesses económicos e financeiros, mas sim o lugar onde se forma o espírito científico e o espírito humano na diversidade das suas produções e projecções. E, acima de tudo e na base de tudo, o lugar do estudo, do amor pelo estudo e pela pesquisa.

Ora, que universitário europeu não se lamenta hoje da situação que vive, da raridade dos momentos de calma onde pode entregar-se ao labor paciente e probo cuja alegria profunda outrora conheceu? O peso das tarefas pedagógicas – que a investigação deveria acompanhar e activamente enriquecer -, a multiplicação das formalidades, dos inquéritos, dos relatórios, dos procedimentos e outras constricções administrativas, a falta de tempo para comunicar em profundidade com os estudantes (cada vez mais vulneráveis...) e com os colegas (cada vez mais submersos...), a aceleração geral da vida quotidiana são alguns dos factores de degradação da cultura universitária autêntica, de que não restará em breve senão uma lembrança nos mais velhos de nós.

Não julgo necessário descrever mais esta deterioração das nossas condições de existência, de que cada um sofre certamente tanto quanto eu. Basta-me declarar que a preocupação da gestão e das boas práticas de governança substituiu a vontade de cultura. Tendo sido vice-reitora no momento da expansão brasileira do grupo de Coimbra

e da implantação da reforma de Bolonha na nossa universidade, não posso impedir-me de dizer (como o Imperador Guilherme II no fim da Grande Guerra): “Ich habe es nicht gewollt...” Cinquenta anos depois das revoltas de Maio de 68, nunca as razões objectivas de uma sublevação universitária me pareceram tão substanciais, mas nunca também me pareceu menos provável a eclosão de uma revolta.

Se a cultura universitária, pelo menos tal como a perspetivávamos outrora, corre o perigo real de se adulterar, sob a influência de fatores diversos – e nomeadamente a extrema compartimentação disciplinar -, as línguas europeias (e passo ao meu segundo ponto) não se encontram hoje menos ameaçadas. Entre a imagem da casa e a língua materna a relação é imediata: com as divindades domésticas, a língua partilha a vida íntima da família e, como os Penates romanos, as próprias refeições (lembremo-nos de que se dispunham os alimentos em frente das estatuetas). Não vou alongar-me sobre a invasão desta intimidade pelo anglo-americano. Todos estamos conscientes do flagelo, e dele somos fatalmente cúmplices. O argumento do inglês como *língua franca* seria admissível se o inglês tivesse permanecido a língua de Shakespeare, de Dickens ou d’Hemingway; mas ele tornou-se a língua, nem sequer de Rockefeller, mas de Trump em pessoa, e mais ainda de todo o sistema que está por detrás dele. Reconheço ter cada vez mais repugnância em redigir, ou fazer traduzir, relatórios ou comunicações no idioma do capitalismo mais cínico e mais vulgar que jamais existiu. O latim medieval não tinha esse odor de dinheiro sujo (talvez transportasse um pouco o odor do incenso da igreja...) e o francês do século XVIII tinha o brilho das Luzes.

Quiçá não é este senão um mau momento a atravessar e, com a desoladora saída da Inglaterra da União europeia, talvez possamos agora não apenas honrar, mas também praticar a diversidade das nossas línguas europeias. A tecnologia permitir-nos-á dentro em pouco dispor de tradução automática elevada a um ponto de perfeição nunca até agora atingido. Haverá então realmente várias moradas na casa europeia e as nossas línguas latinas retomarão o seu lugar ao sol do Mediterrâneo. Um universitário italiano poderá de novo falar italiano... E de resto, não vejo por que razão o italiano, língua cultural por excelência, não possa ser adoptada como nova língua franca europeia, se é que precisamos de uma.

Não insisto nesta questão, senão para citar *Monsieur Teste* de Paul Valéry : “ Je suis chez moi, je parle ma langue ”. O que não significa sacrificar ao que Ferdinand de Saussure designava como “l’esprit de clocher” :

“C’est par l’esprit de clocher qu’une communauté linguistique restreinte reste fidèle aux traditions qui se sont développées dans son sein. Ces habitudes sont les premières que chaque individu contracte dans son enfance ; de là leur force et leur persistance<sup>2</sup>.

Linguista, Saussure não raciocinava em termos de política cultural. E se é verdade

---

2 SAUSSURE, Ferdinand - *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1968, p. 281.

que “da minha língua vê-se o mar” (escrevia Vergílio Ferreira, no discurso de atribuição do Prémio Europália em 1991), é porque a minha língua é a minha cultura. Ou para parodiar uma fórmula célebre de Heidegger: a língua é a morada do *meu* ser.

Precisamos de paciência durante ainda algum tempo, mas se bastou uma geração para vermos, por exemplo, desaparecer o francês em Portugal, uma nova geração far-nos-á talvez assistir a uma outra revolução. Cabe, em particular, aos dirigentes e responsáveis europeus modificar o actual estado de coisas. Mas enquanto a elite europeia, sobretudo universitária, se obstinar a utilizar o inglês, a nossa casa comum estará hipotecada.

Para chegar ao terceiro e último tema que anunciei, queria referir um acontecimento recente que teve em mim, e não só em mim, o efeito de um choque eléctrico, despertando-me do meu euroceticismo. Trata-se da morte heroica, a 23 de Março, no sul de França, do tenente-coronel Arnaud Beltram. Percebi então que o meu mau humor de universitária europeia tinha algo de inconveniente e mais ainda algo de ultrapassado, perante a acção tão autêntica e tão generosa deste oficial de “gendarmerie”. A sua coragem foi muito comentada na imprensa e nas redes sociais, em França e fora dela, e podemos interrogar sobre as razões profundas do extraordinário impacto psicológico deste episódio, relativamente menor se atentarmos apenas nos factos materiais: *uma* pessoa oferece-se em troca de *uma* outra pessoa (desconhecida), e todas as outras circunstâncias – tratou-se de um atentado terrorista perpetrado por um islamista de nacionalidade francesa – foram relegadas para segundo plano. O que contou aos olhos do público foi a generosidade do gesto. Emmanuel Kant teria falado talvez de *acto moral puro*, Henri Bergson teria admirado um exemplo do que chamava *l’appel du héros*. Pela minha parte, nele leio uma espécie de desmentido ao niilismo generalizado de que padecemos e que nos leva a achar suspeitos, senão mesmo enfadonhos, os valores que estão na base da construção europeia e em nome dos quais nenhum de nós estaria disposto a dar a vida de forma tão deliberada.

Ora, quando um homem, em nome do dever e da fé, vem tomar o lugar de alguém preso como refém, ele ensina-nos, por um lado, que o dever e a fé não são vestígios de um outro tempo ou expressões de uma cultura menos evoluída do que a nossa, e por outro lado que a Europa só poderá sobreviver se assumir e afirmar os seus valores fundadores.

É significativo notar que em parte nenhuma, que eu saiba, nos preâmbulos e declarações solenes, são recordadas as fortes convicções religiosas de Robert Schuman, d’Adenauer, de Gasperi ou de Jacques Delors. Digo que é significativo, mas não me escapa que a União Europeia, porque se declara respeitadora da consciência de cada um, deva esconder os seus deuses, e nomeadamente o Deus dos seus pais fundadores. Ainda hoje, é preciso vasculhar um pouco a biografia de Hermann von Rompuy, o antigo presidente do Conselho europeu, para descobrir que ele se converteu, na idade adulta, ao catolicismo, que pratica com assiduidade.

Admito que seja difícil, sem dúvida impossível, em matéria de diplomacia europeia, chamar as coisas pelos seus nomes. Mas não vejo por que razão, no âmbito de uma discussão universitária livre, teria que praticar a discricção de linguagem de um comissário europeu... Assim, falar de cultura europeia ou de culturas europeias silenciando a história, sempre dramática, do cristianismo na Europa, é considerar a vida das formas culturais como um mero jogo combinatório. Acresce que há uma dualidade evidente que aparece mais claramente quando se consideram as coisas do exterior: instituição de inspiração cristã, e mesmo mística (pelo menos no espírito de um Robert Schuman), a UE declara-se, não indiferente, mas estrangeira a qualquer religião. Sem dúvida, um historiador explicar-me-á que a separação entre o rei homem público e o rei homem privado, entre a inteligência política e a consciência cristã, remonta aos conselheiros, aos “légistes”, de Philippe le Bel, distinção que pôs fim à hegemonia pontifical e à teocracia na Europa.

Não significa isto que julgue possível ou desejável ver, numa Europa dita pós-cristã, a União europeia renunciar ao princípio salutar da laicidade. Sim, as instituições europeias devem permanecer neutras em matéria confessional, a fim de tornar possível a coabitação de todos, crentes de todas as confissões e não crentes de todas as convicções. Mas poderá a União europeia, face aos países muçulmanos, continuar a apresentar-se como não religiosa, correndo o risco de ser para os próprios Europeus uma pura entidade administrativa? A Rússia, com a desintegração do Império soviético, recuperou a sua velha religião ortodoxa. Os EUA invocam Deus a torto e a direito, e mesmo o presidente Donald Trump, a acreditarmos no que diz, passa a vida a “rezar” pelas vítimas do terrorismo... Face a estas religiões publicamente, senão hipocritamente professadas, prefiro, com certeza, a reserva europeia em virtude da qual o adjectivo “cultural” é com frequência tomado em lugar da palavra “espiritual”.

Aliás, é sob a invocação de Erasmo, amigo de São Thomas More, o primeiro editor da tradução grega do Novo Testamento e autor do *Manual do soldado cristão*, que a juventude universitária europeia percorre a Europa, mesmo se 80% dos jovens europeus dizem-se não cristãos... Assim a Europa se reclame da sabedoria de Erasmo, deixando a cada um o cuidado de pesquisar a origem e o sentido de uma tal visão humanista? Não tendo nem autoridade nem competência particular, não posso falar senão da minha experiência singular, a partir de circunstâncias onde a ideia de Europa se apresentou a mim com uma certa acuidade. Tendo vivido quase 5 anos no Magrebe, de 2012 a 2016, regresssei ao mesmo tempo mais europeia e mais cristã do que parti. Não por ter sido mal acolhida ou por não me ter aclimatado, bem pelo contrário, mas porque o contacto com o mundo muçulmano me fez sentir (e viver de outro modo) a minha diferença, essa cultura europeia e cristã, os meus penates, que transporto comigo.

Artigo Recebido a 27 de maio de 2018 | Aceite a 22 de junho de 2018.

## **Bibliografia final**

FINKIELKRAUT, Alain - *La seule exactitude*. Paris: Stock, 2015, p. 108.

SAUSSURE, Ferdinand - *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot, 1968, p. 281.

# ***El Relato sobre el Proceso de Construcción Europea. Anatomía de una Crisis\****

## ***The Report on the European Construction Process. Anatomy of a Crisis***

Antonio Moreno Juste  
Universidad Complutense de Madrid  
amjuste@ghis.ucm.es

*“El futuro es un escenario lleno de pesadillas”*

Zigmunt Bauman

### **Resumen**

Durante varias generaciones se ha retratado habitualmente a la construcción europea como la historia de un éxito sin precedentes, sin embargo, en términos historiográficos, la integración europea aparece alejada de los convencionalismos de esa narrativa de posguerra y se presenta como una acción preñada de pragmatismo intergubernamental, determinada por las necesidades de unos debilitados Estados europeos, coherente con una nueva concepción de la política económica y por supuesto, condicionada por el contexto internacional. El problema reside en que el proceso de integración y la misma idea de Europa que dice representar necesitan con urgencia un nuevo relato, sin embargo su construcción es compleja en la perspectiva del trabajo del historiador.

### **Abstract**

For several generations has usually portrayed to the construction of Europe as an unprecedented success story. However, in historiographical terms, European integration appears away from the conventions of the postwar narrative is presented as an action fraught with intergovernmental pragmatism, determined by the needs of a weakened European, coherent states with a new conception of economic policy and of course, conditioned by the international context. The problem is that the process of integration and the idea of Europe claiming to represent urgently need a new story, but its construction is complex in view of the work of the historian.

## 1. Algunas consideraciones previas

Pocas cosas en la vida y por supuesto en el espacio público nacional o internacional-, son tan importantes como tener un relato, una buena historia y es que de algún modo la historia de los pueblos y de las naciones, siempre ha sido también la historia de sus relatos. Pero toda buena historia necesita contar con unos ingredientes mínimos: necesita un buen referente intelectual, necesita de un conjunto de héroes públicos y anónimos, y necesita, como en las buenas películas, que tenga una cierta continuidad, que no se escriba al final *the end* sino simplemente *to be continued*. El éxito del relato dependerá por supuesto de su capacidad de enganche, de que la mayor parte de la gente se sienta reconocida e integrada en él<sup>1</sup>, y el relato de Europa, hay que reconocerlo, es bastante bueno: habla de un continente que tras haber alumbrado la Ilustración y la revolución industrial se devastó a sí mismo (y al mundo) en dos ocasiones debido a una irracional y trágica combinación de nacionalismo y totalitarismo<sup>2</sup>. El relato prosigue narrando cómo al terminar la guerra los “padres fundadores” se reconciliaron y unieron en un hermoso “nunca más” que les llevó a crear la Europa comunitaria que conocemos hoy<sup>3</sup>. Pero lo mejor está por llegar, porque la narrativa europeísta promete acabar con un final feliz llamado “Estados Unidos de Europa” en el que todos los pecados de la memoria se redimirán y el nacionalismo y la xenofobia habrán desaparecido de la faz del continente por siempre jamás.

Un relato, en consecuencia, puede ser explicado como una elaboración selectiva de hechos en los que subyace un cierto latido metafórico y a los que se les quiere conferir una coherencia narrativa. Lo que no es, es una mera enumeración de acontecimientos históricos, ni una fuerza ineluctable, ni tampoco un listado de deberes futuros, sino una narración que confiere ciertos significados a acciones pasadas y futuras<sup>4</sup>. Significados a los que se da aprobación y hacen inteligible un proyecto colectivo confiriéndole legitimidad social<sup>5</sup>. En ese sentido, no debe olvidarse que el relato viene a funcionar como un

---

1 \*Este artículo forma parte del proyecto de investigación “España y Portugal ante la segunda ampliación de las Comunidades Europeas. Un estudio comparado, 1974-1986”. Ref. HAR2017-84957-P

Independientemente del uso y abuso que en los últimos tiempos se viene realizando del término “relato”, al que peyorativa se relaciona como una forma *cursi* de referirse a la idea de “cuento”, es preciso hacer notar que se trata de un concepto análogo al inglés “story” o al francés “récit”.

2 Vid. RIBEIRO, Rita - Narratives of Redemption: Memory and Identity in Europe. En CABECINHAS, Rosa y ABADIA, Lilia (eds.) - *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Braga: University of Minho, 2013, p. 221-231.

3 COHEN, Antonin - El “padre de Europa”. La construcción social de un relato de los orígenes. En FORNER, Salvador y SENANTE, Heidy-Cristina (eds.) - *La unidad europea. Aproximaciones a la Historia de la Europa Comunitaria*. Publicacions Universitat D'Añacant, 2016, p. 35-52 (Original “Le père de l'Europe: la construction sociale d'un récit”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2007/1, p. 14-29).

4 BAL, Mieke - *Narratology: Introduction to the Theory of Narrative*. Toronto: University of Toronto Press, 2009, p. 16-17.

5 La iniciativa de la Comisión Europea de abril de 2013 para construir “Una nueva narrativa sobre Europa” en su esfuerzo por revitalizar el espíritu europeo, es buen ejemplo de ello. El punto de partida en este caso es la desconfianza creciente hacia un proyecto que parece no poder dar respuesta a los principales retos del siglo XXI, ha obligado a la UE a tener que buscar nuevos argumentos que justifiquen su ex-

bastidor sobre el que se modulan los discursos de diferentes actores y que, a pesar de la pérdida de sustancia y la apelación a las emociones, es algo más que un atajo retórico o una mera técnica de persuasión en búsqueda de consignas de solidaridad grupal, por lo que no puede sorprender ni la tendencia a la continuidad más que al cambio, ni la pluralidad de narradores o el interés social y político por su control<sup>6</sup>.

Asimismo, el relato es, generador e interpretador de la realidad en una constante retroalimentación. Podría decirse que establece un “modelo de” realidad y un “modelo para” crear realidad, dentro de un marco interpretativo. El motor de vida del relato es la adhesión o no de la población a la realidad que intenta legitimar. La operatividad del discurso depende tanto de la coherencia del mismo, como de su adaptabilidad a un escenario cambiante. En este sentido, podríamos decir que el mito suele tener una fecha de caducidad, marcada por el devenir histórico, los remplazos generacionales y el surgimiento de nuevos problemas e interrogantes. Al igual que la Historia interpreta los hechos en base a las preguntas que formula el presente, el mito debe modificarse en base a las cuestiones que plantean las necesidades de un nuevo tiempo histórico. Todo régimen o proyecto político necesita de un discurso legitimador que le dé una razón de ser y que le permita saber de dónde viene y hacia dónde va.

En suma, cualquier aproximación a estas cuestiones, por tanto, debe realizarse con cautela y teniendo presente que los historiadores no pueden conformarse con ser unos meros “story teller”, ni ignorar tampoco que toda narrativa es una selección interesada de información sobre la realidad en relación con el pasado<sup>7</sup>.

A partir de Paul Ricoeur y Hyden White que, desde posiciones diferentes en los años ochenta, comienzan la reivindicación de la narrativa en el quehacer histórico<sup>8</sup>, se han venido realizado investigaciones dirigidas a demostrar su importancia para la comprensión del mundo simbólico y cultural<sup>9</sup>.

---

istencia y espoleen nuevamente sus ciudadanos. Su objetivo definir una nueva visión del proyecto europeo, de la mano de artistas, intelectuales, científicos, académicos y la ciudadanía europea en su conjunto. La experiencia se desarrolló entre 2014 y 2015. Speech by President Barroso: “A new narrative for Europe” European Commission, 23/04/2013. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-357\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-357_en.htm) (Consultado 9/04/2017).

6 CLOET, Quency - Two sides to every story (teller): competition, continuity and change in narratives of European integration. *Journal of Contemporary European Studies*. Vol. 25: n° 3-1 (2017), p. 285-290.

7 Al respecto interesa la lectura de KOSELLECK, Reinhardt - *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2004.

8 Vid, respectivamente, RICOEUR, Paul - *Temps et Récit*. Paris: Le Seuil, T. I., 1983 (traducción en español: *Tiempo y narración I. Configuración del tiempo en el relato histórico*. Madrid, Siglo XXI, 2004). WHITE, Hyden - *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore. MD: Johns Hopkins University Press, 1987.

9 Entre otros, SARBIN, Theodore R (ed.) - *Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct*, New York, Praeger, 1986 y SOMERS, Margaret - *The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach. Theory and Society*. Vol. 23 (1994), p. 605–649.

En efecto, como señalaba Clifford Geertz<sup>10</sup>, los símbolos, los rituales y las narrativas insertan dentro del concepto de cultura, una serie de elementos sociales transmitidos que generan significaciones que nos permiten comprender la realidad. Esos símbolos sintetizan la cosmovisión de una sociedad.

El relato es pues un elemento más de este mundo simbólico, capaz de crear un esquema operante para comprender la realidad y darle sentido. La diferencia, en este caso, es el hecho de que dicho relato asume ser un elemento legitimador de un determinado proyecto o un determinado orden político-social. Para Lavob, por otra parte, las narrativas significan “la elección de una técnica lingüística específica para relatar eventos pasados”<sup>11</sup>. Los autores de la narrativa controlan lo que se cuenta, y en este sentido, la historia refleja las percepciones, visiones e intereses e intenciones de los que lo cuentan. El objetivo es el de hacer que la audiencia, a través de la historia, comparta esos mismos valores, intereses y objetivos<sup>12</sup>.

Un marco que si bien ha venido asociado conceptualmente al *giro narrativo*<sup>13</sup>, ha dado lugar a un variado elenco de propuestas metodológicas hasta convertirse en una interesante herramienta para comprender la construcción de los consensos y disensos en torno a los proyectos políticos colectivos y la construcción de identidades<sup>14</sup>. Precisamente por ello ha alcanzado ese carácter de *mantra* que caracteriza su valor de uso como indisoluble de toda acción política en el fragmentado mundo actual. Es más, la centralidad política que ha adquirido el concepto de relato ha conducido a que la política se ha convertido, en buena parte, en un combate por el establecimiento de relatos hegemónicos y en este terreno, la idea de Europa como forjadora de relatos, se convierte en una herramienta formidable.

---

10 GEERTZ, Clifford - *La Interpretación de las Culturas*. Mexico: Ed. Gedisa, 1987, p. 87-118.

11 LAVOB, William - Some Further Steps in Narrative Analysis. *Journal of Narrative and Life History*. N° 7 (1987), p. 395-415.

12 Vid. CLOET, Quincy - Two sides to every story (teller)..., p. 291-306.

13 ANDREWS, Molly - *Shaping History: Narratives of Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. KNUDSEN, Anna-Christina L. y GRAM-SKJOLDAGER, Karen - Historiography and Narration in Transnational History. *Journal of Global History*. Vol. 9, n° 1 (2014), p. 143-161; REIDI, Hazel y LINDEN, West (eds.) - *Constructing Narratives of Continuity and Change: A Transdisciplinary Approach to Researching Lives*. Londres: Routledge, 2014.

14 Vid. Por ejemplo, MAYER, Hartmut - Historical Narrative as Normative Drivers of Integration and Dis-Integration in Europe and Asia. En MURRAY, Philomena, BRENNAN, Louis (eds.) - *Drivers of Integration and Regionalism in Europe and Asia*. Routledge: London, 2015, p. 52-68, y MCMAHON, Richard - Progress, democracy, efficiency: normative narratives in political science EU studies. *National Identity Critical Inquiry into Nationhood, Politics & Culture*. Vol. 19, n° 2, (Junio 2017), p. 231-250.

No obstante, el estudio de las narrativas en el contexto de los *european studies*<sup>15</sup> es, con algunas notables excepciones<sup>16</sup>, relativamente novedoso<sup>17</sup>. De hecho, su desarrollo en los últimos años es preciso relacionarlo con la profundidad de la crisis experimentada por el proyecto europeo-, y en especial lo que muchos consideran el agotamiento de los grandes relatos sobre sus orígenes y más concretamente de la épica emanada de la narrativa europea de posguerra<sup>18</sup>. Asimismo, y por extensión, su objeto de estudio se ha dirigido progresivamente a considerar su impacto sobre las narrativas nacionales, deudoras en mayor o menor medida de una legitimidad procedente del éxito del proceso de integración.

Por otra parte, el estudio del caso europeo ha puesto de manifiesto que su narrativa no sólo no resulta inmutable, sino que su agotamiento “relativo” se relaciona con la pérdida de aceptación entre aquellos a los que va dirigida<sup>19</sup>. Es decir, cuando deja de ser una referencia en positivo, compartida por la gran mayoría de los ciudadanos europeos, para transformarse en símbolo de la crisis sistémica por la que atraviesa el proceso de construcción europea como proyecto, incluyendo a las instituciones a las que ha dado lugar<sup>20</sup>.

---

15 Vid. entre otros, ROSAMOND, Ben - Methodology in European studies. En LYNGGARD, Kennet, MANNERS, Ian y LÖFGREN, Karl - *Research Methods in European Union Studies*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2015, y del mismo autor Field of Dreams: The Discursive Construction of EU Studies, Intellectual Dissidence and the Practice of ‘Normal Science’. *Journal of Common Markets Studies* (JCMS). Vol. 54, nº1 (2016), p. 19-36 (2015), p. 18-36; Asimismo, ADLER-NISSEN, Rebecca - Towards a Practice Turn in EU Studies: The Everyday of European Integration!. *JCMS*, vol. 54, nº 1 (2016), p. 87-103, y publicado en España FORNER, Salvador y SENANTE, Heidy-Cristina - Visiones y realidades de la integración europea. En FORNER, Salvador y SENANTE, Heidy-Cristina (eds.) - *La unidad europea...*, p. 19-33.

16 SASSATELLI, Monica - *Becoming European. Cultural Identity and Cultural Policies*. New York: Palgrave-MacMillan, 2009; EDER, Klaus - A Theory of Collective Identity Making Sense of the Debate on a ‘European Identity’. *European Journal of Social Theory*. Vol 12, nº 4, (2009), p. 427-447; STRATH, Bo - A European identity. To the historical limits of a concept. *European Journal of Social Theory*. Vol. 5 nº 4 (2002), p. 387-401.

17 Vid. el número monográfico de la revista *National Identity*, dedicado a esta cuestión, bajo el título de “Narrating European Integration; Transnational Actors and Stories”, coordinado por KAISER, Wolfrang y MCMAHON, Richard - *National Identity Critical Inquiry into Nationhood, Politics & Culture*. Vol. 19, nº 2, Junio 2017).

18 El corolario de todo ello posiblemente lo encontremos en que de forma un tanto inadvertida, la agenda de investigación ha ido modificando progresivamente su enfoque y cambiando la orientación general de la pregunta de base. Si durante décadas los European Studies respondían en última instancia a la certeza liberal de que la construcción europea estaba condenada al éxito, hoy posiblemente la pregunta de base se encamina a interrogarse por la causa de sus problemas. De la respuesta que se consiga dar dependerá, en buena medida, la formulación de una nueva narrativa europea, del “tan anhelado” nuevo relato europeo. Vid. MORENO JUSTE, Antonio - The Crisis of the Integration Process and its Impact on the European Narrative. In LEVI, Guido y PREDA, D. (eds.) - *Euro-scepticisms. Resistance and Opposition to the European Community/European Union*. Bolonia: Società Editrice Il Mulino, 2018, p. 75-88; MANNERS, Ian y MURRAY, Philomena - The End of a Noble Narrative? European Integration Narratives after the Nobel Peace Prize. *JCMS*. Vol. 54, nº1 (2016), p. 185-202.

19 KARLSSON, Klas-Goran - The Uses of History and the Third Wave of Europeanisation. En PAKIER, Malgorzata y STRÅTH, Bo (eds.) - *A European Memory? Contested Histories and Politics of Remembrance*. New York: Berghahn Books, 2010, p. 38-55.

20 Y que le permita, por ejemplo, a las instituciones europeas hacer frente a los populismos que amenazan el proceso de integración. Vid. entre otros muchos MANNERS, Ian - Symbolism in European Integration. *Comparative European Politics*. Vol. 9, nº 3 (2011), p. 243-68 y SASSATELLI, Monica - Narratives of European Identity. En BONDEBJERG, Ib y NPVRUP REDWALL, Eva (eds.) - *European cinema and televisión...*, p. 25-42.

Sin embargo, no se trata de un problema exclusivamente de comunicación: las malas políticas siempre son más difíciles de explicar y justificar. De hecho, entre sus causas, la alusión al abuso de la idea de inevitabilidad funcional por parte de las políticas culturales desarrolladas por la Unión Europea durante los últimos veinticinco años<sup>21</sup>, se ha convertido en un lugar común. Mientras que el corolario al que ha dado lugar -la necesidad de un nuevo relato europeo-, se ha transformado, en el punto de partida de una nueva narrativa cuya idea fuerza incide en la premisa de que: “Europa no tendrá sentido mientras no tenga un relato que pueda ser entendido y aceptado por sus ciudadanos”<sup>22</sup>. O por expresarlo en otros términos –y por paradójica que parezca la situación-, la afirmación de que *Europa necesita un nuevo relato*<sup>23</sup> ha resultado en sí misma el punto de partida de otro relato que, con variantes, pretende tanto explicar el problema de los déficits de ininteligibilidad, como dar respuesta al déficit de legitimidad social del proyecto europeo en la actualidad<sup>24</sup>.

En cualquier caso, la cuestión reside en que no se trata solo de que la Unión necesite encontrar un nuevo relato o una mejor forma de contarlo; más bien necesita que lo que Vincent della Sala llama “construcción de mitos” sobre la Unión se convierta en parte del discurso político<sup>25</sup>. Una entidad política que no pueda conformar sus propios relatos y hacer que sean contados una y otra vez, se enfrentará a grandes dificultades para generar apoyo al propio régimen de gobierno.

En resumen, lo que es incontrovertible a estas alturas es que la crisis del proceso de integración desarrollada en la última década ha tenido un impacto determinante en los relatos tradicionales que sustentaban este proceso y ha puesto en cuestión no solo su continuidad, sino que ha producido una revisión del camino avanzado y un cuestionamiento de la Unión Europea como entidad política. En esa dirección, para el historiador, una de las claves del problema actualmente es que la historia europea de posguerra ha sido un

---

21 Se presenta habitualmente como una reacción ante la progresiva pérdida de épica y de emoción de su argumentario. Cfr. GILBERT, Mark - Narrating the Process: Questioning the Progressive Story of European Integration. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 46, n.º 3 (2008), p. 641-662; JOUAN, Quentin - Narratives of European Integration in Times of Crisis: Images of Europe in the 1970s. *Journal of European Integration History*. Vol. 22, n.º1 (2016), p. 11-28.

22 En ese sentido, el relato de la Unión Europea sería el de la inteligibilidad, la transparencia institucional, la capacidad de generar riqueza, competir y ser un protagonista geopolítico que ponen orden donde había caos. Vid. MANNERS, Ian - European Communion: Political Theory of European Union. *Journal of European Public Policy*. Vol. 20, n.º 4 (2013), p. 473-94.

23 Vid. BOUZA GARCIA, Luis - The ‘New Narrative Project’ and the politicisation of the EU. *Journal of Contemporary European Studies*. Vol. 25, n.º 3-1 (2017), p. 340-353.

24 Por un lado, el que reivindica un relato único en el que se incorpore el concepto de desintegración y preste más atención a los retrocesos y crisis experimentados por la construcción europea, como aquel otro que postula la necesidad de una pluralidad de relatos al objeto de abrir una competencia democrática en el seno de una Unión Europea entendida como una democracia compleja, capaz de organizar espacio más densos, abiertos e interdependientes que los Estados-nación. Vid. KAISER, Wolfram - Clash of Cultures: Two Milieus in the European Union’s “A New Narrative for Europe” Project. *Journal of Contemporary European Studies*, n.º 23 (2015), p. 364-377.

25 DELLA SALA, Vincent - Political Myth, Mythology and the European Union. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 1, n.º. 48 (2010), p. 1-18.

período de progreso genuino en el que la integración económica y política de Europa ha desempeñado un gran papel tanto en el logro de la paz, como de la prosperidad y por supuesto, en la formación de la Europa tolerante y democrática que conocemos. Una historia de éxito que queda empañada si la miramos sólo desde el presente.

En su *Ecrire l'histoire du temps présent*<sup>26</sup>, Paul Ricoeur hablaba de la necesidad de distinguir dos tipos de historia del tiempo presente, la historia de un pasado reciente que comporta un punto y final (la Segunda Guerra Mundial, los imperios coloniales, el mundo comunista) aunque los efectos de la memoria hacen que no se diluyan, y una historia del tiempo presente no cerrada y de la que no se ha dicho la última palabra. En ese sentido, la Historia de Europa -por supuesto- y dentro de ella la historia del proceso de integración europea formaría parte de la segunda categoría con todos los riesgos y ventajas que ello comporta.

## 2. El relato europeo de posguerra y el proceso de integración europea

Durante varias generaciones los historiadores han retratado habitualmente a la construcción europea<sup>27</sup> como la historia de un éxito sin precedentes, como un relato en el que con diferentes variantes se he venido narrando el avance y la expansión del proceso de integración, primero de seis a nueve países, después a doce, luego a quince, y hoy, a los actuales veintisiete estados miembros de la Unión Europea<sup>28</sup>. Un proyecto en el que se embarcaron los europeos de la segunda mitad del siglo XX al intentar construir una unión que superase los estados nacionales, “el único proyecto realmente utópico y apasionante de las últimas décadas”<sup>29</sup>. Y éste es, según Tony Judt, “el mito fundacional por excelencia de la Europa moderna, que la Comunidad Europea fuera y siguiera siendo la semilla de una idea paneuropea más amplia (...). Sin este mito todos los medios por los que esta Europa cobró vida – el plan Marshall, la CECA, la planificación económica indicativa, la OCDE, la PAC, etc – no habrían pasado de ser un montón de soluciones prácticas a problemas concretos”<sup>30</sup>.

Por otra parte, los relatos pueden clasificarse, según la división de della Sala, en

---

26 RICOEUR, Paul - Remarques d'un philosophe. *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Éditions, IHTP, 1993, p. 38-39.

27 LOTH, Wilfred - Explaining European Integration: The contribution from Historians. *Journal of European Integration History*. Vol. 14, nº 1 (2008), p. 9-26.

28 KAISER, Wolfram - From Isolation to Centrality: Contemporary History meets European Studies. In KAISER, Wolfram and VARSORI, Antonio (eds.) - *European Union History. Themes and Debates*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010, p. 45-65.

29 KØLVRAA, Christoffer L. - European Fantasies..., p. 169-184.

30 JUDT, Tony - ¿Una gran ilusión? *Un ensayo sobre Europa*. Madrid: Taurus, 2013, p. 152.

primarios y derivados<sup>31</sup>. Los relatos primarios son los que nos cuentan quienes somos y por qué estamos juntos; un ejemplo sería la historia que afirma que la Unión Europea es responsable de la paz, prosperidad y democracia en Europa. Los relatos derivados, por su parte, intentan dar sentido a la acción política realizada en nuestro nombre; por ejemplo, el relato de Europa como potencia normativa. Hay acuerdo en el relato fundacional de la integración europea, pero hay más dudas sobre si este relato fundacional ha dado lugar a relatos derivados que den sentido a lo que la Unión hace. Precisamente por esa ausencia, como abordaremos en el último apartado, este debe ser el pilar a reforzar y el que puede ofrecer una mayor proyección hacia el futuro.

Estos relatos políticos suelen reforzarse en torno a un número de tópicos comunes: la edad dorada (por ejemplo, la ilustración como la base de la identidad europea), el sufrimiento (la Segunda Guerra Mundial como el proceso que desencadena el proyecto europeo) o el excepcionalismo (la Unión como un sujeto político *sui generis*).

El origen de ese *relato primario europeo* - un “christmas story” a juicio de Jost Duffer<sup>32</sup>-, se encontraría en la actitud complaciente de una gran mayoría de políticos y estudiosos que ha convertido a la reconciliación en el nudo del relato europeo, proyectando la imagen de una historia ejemplar que ha convertido a antiguos enemigos en socios, unido políticamente a todo un continente, y estimulado paralelamente la acumulación y redistribución de riqueza. O, dicho de otra manera, un continente de paz que se construye a través del proceso de integración, un modelo político y social y un poderoso referente económico y cultural para el conjunto de países europeos que no participaron en las primeras fases del proceso de construcción europea primero –como España-, y después, para el resto del mundo. Y es que, como decíamos al comienzo de estas páginas, el relato de Europa es bastante bueno –no olvidemos que consta, como las grandes epopeyas, de huida, travesía del desierto y tierra prometida-. Pero ahí reside también su principal talón de Aquiles, ya que si bien este relato, como la misma idea de Europa, reivindica la aspiración a la racionalidad de la ilustración, tiene mucho de acto de fe que hay que renovar periódicamente<sup>33</sup>.

No obstante, también conecta con la idea de narrativa y por qué es necesaria. Tras la acción política y la descripción de un hecho, proceso o institución, todavía quedaría un reto pendiente: hacerlo comprensible. De hecho, su punto de partida se encuentra en la propia actitud de los políticos que no han perdido, desde el tiempo de los “padres fundadores”, ninguna oportunidad para explicar que la razón que les ha movido ha sido siempre el idealismo, el deseo de realizar un viejo sueño europeo, aunque es discutible

---

31 DELLA SALA, Vincent - *Political Myth, Mythology...*, p. 13.

32 DUFFER, Jost - The Balance of Historiography. The History of European Integration: from Integration History to the History of Integrated Europe. En LOTH, Wilfred. (ed.) - *Experiencing Europe. 50 Years of European Construction 1957-2007*. Bruselas: Nomos, 2008, p. 17-32.

33 KAISER, Wolfram - One narrative or several? Politics, cultures elites, and citizen in constructing a “New Narrative for Europe”. *National Identity*, *op. cit.*, p. 215-230.

que realmente creyeran en ello y que sus acciones no estuviesen en mayor o menor medida motivadas en la defensa de los respectivos intereses nacionales. Un relato, en suma, construido en gran medida sobre la vocación europeísta de muchos historiadores que, entre sus principales derivadas, permite presentar “Europa” y su proceso de integración a través de lo que Jeremy Rifkin calificó a comienzos de la década pasada como “el sueño europeo”<sup>34</sup>.

En último término, todos estos relatos y construcción lingüísticas, como se ha ido analizando, están compuestos por metáforas, que construyen realidad a través de la proyección de lo conocido sobre lo desconocido. Este proceso se denomina objetivación: las metáforas quedan fuertemente adheridas a los objetos que representan. Usamos metáforas muy similares a la hora de hablar sobre un tema concreto porque nuestro lenguaje nos proporciona dichas interpretaciones, que forman parte del bagaje colectivo. Todo discurso dispone de un conjunto de metáforas que se usa de forma habitual para referirse al tema en cuestión, que usamos de forma automática porque nos permiten comunicarnos más fácilmente con nuestros iguales. Aquellos marcos más exitosos acaban sedimentados en nuestro lenguaje y se perpetúan a través de su repetición y difusión. En esto consiste, precisamente, la cuestión de las narrativas.

No puede sorprender, por tanto, el esfuerzo realizado por las Comunidades/Unión Europea, especialmente desde los años ochenta, por construir y controlar –también desde el punto de vista histórico- *el relato de Europa*. Al respecto, un ejemplo –valga como botón de muestra- lo encontramos en la forma en que la Unión Europea se ha presentado a sí misma como parte del relato de la democratización de Europa, como un proceso que avanzaría sin fracturas de Aristóteles a Barroso o Juncker, olvidando con ello la fragilidad que históricamente ha caracterizado la construcción de la democracia en Europa en el siglo XX e ignorando muchas de las grandes cuestiones de nuestra actual organización política, económica y social, por no mencionar los aspectos culturales<sup>35</sup>.

Sin embargo, el impacto de la crisis económica sobre el relato europeo ha adquirido tal gravedad que la legitimidad del proceso de integración ha llegado a tal grado de erosión durante los momentos más críticos de la misma, que los únicos relatos poderosos que parecían quedar en pie eran las impugnaciones populistas antieuropeas, alimentadas por el juego de echar las culpas a Bruselas, cultivado con fruición por los Estados Miembros de la Unión Europea, sobre todo desde mediados de los años noventa en pleno proceso de convergencia hacia la tercera fase de la unión económica y monetaria.

La narrativa dominante sobre la Unión Europea se ha basado, tradicionalmente,

---

34 RIFKIN, Jeremy - *El sueño europeo. Como la visión europea del futuro está eclipsando el sueño americano*. Barcelona: Paidós, 2004.

35 GILLINGHAM, John R. - A Theoretical Vacuum: European Integration and Historical Research Today. *Journal of European Integration History*. Vol. 14, nº 1 (2008), p. 27-34.

en la idea de un avance progresivo y continuo del proceso de integración. No cabía ni retroceso ni repliegue de instituciones, identidades, intereses e ideas implicadas en el proyecto, sino todo lo contrario: se trataba de un proceso proyectado hacia el futuro de forma ineluctable, que se reforzaba con el paso del tiempo y se retroalimentaba con el propio avance del proceso de integración. Las coyunturas de crisis eran interpretadas en el relato europeo como «una ampliación del campo semántico del término “crisis” para agregarle el significado de “estímulo”. Esta correlación crisis-estímulo se entendía bien como una reacción de los Estados en momentos de inestabilidad política o económica, bien como una respuesta a amenazas externas que pusieran en cuestión la estabilidad interna, generando incentivos y oportunidades para una mayor integración.

La aceptación de la correlación crisis-estímulo como patrón estructural de la integración tuvo como efecto la creación de una idea dialéctica del proceso: a un periodo de estabilidad le seguiría otro de conflicto, «cuya resolución se saldaría invariablemente con un fortalecimiento de las instituciones y/o de las políticas europeas». Es lo que Majone ha llamado «teoría de la bicicleta» de la integración europea<sup>36</sup>, según la cual el proceso tiene que seguir avanzando, especialmente en momentos de crisis, para evitar que la bicicleta se caiga. Esta política de hechos consumados ha dominado la historia de la construcción europea y aún quedan ecos en la actualidad.

En cualquier caso, ese distanciamiento, en opinión de Jürgen Habermas, se había iniciado con anterioridad, tras la firma del Tratado de Unión Europea<sup>37</sup>, para traducirse en los últimos años en expresión de la desaparición del consenso permisivo ante el proyecto europeo que había caracterizado a la ciudadanía europea durante décadas. Un consenso que había beneficiado a las elites dirigentes en el diseño del modelo de Unión Europea y a las que coincidiendo con la crisis se comienza a exigir responsabilidades en muy diferentes frentes, y en especial en la forma en que se ha gestionado<sup>38</sup>.

Finalmente, hay un elemento más a considerar en la perspectiva del historiador. La cuestión reside en que podemos afirmar con rotundidad que, tras la Segunda Guerra Mundial, Europa vivió un periodo de estabilidad y prosperidad sin precedentes, y que esto coincidió con la creación de las Comunidades Europeas. Hasta aquí todo claro. Sin embargo, tenemos que crear un relato concreto sobre la integración europea para que la relación entre estos dos hechos se convierta en una correlación causal: la creación de la Unión Europea permitió el mayor periodo de paz y prosperidad de la historia europea, un

---

36 MAJONE, Giandomenico - The general crisis of the European Union: a genetic approach. En FOSSUM, John Erik y MENÉNDEZ, Agustín José (eds.) - *The European Union in Crisis or the European Union as Crises?*. Oslo: University of Oslo, 2014, p. 217.

37 HABERMAS, Jürgen - *¡Ay Europa!*. Madrid: Trotta, 2009, p. 4-9.

38 Desde el punto de vista de la historia de la integración europea vid. HORNE, John - Une histoire à repenser. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*. Nº 71 (2001), p. 67-72. Asimismo, interesa la lectura de “Entretien avec Pierre Gerbet”, realizada el 3 mayo de 2007 por DULPHY, Anne y MANIGAND, Charles - *Histoire@Politique. Politique, culture et société*. “Portraits et témoignages”, <http://www.histoire-politique.fr> (consultado 30/04/2017).

continente desgajado por las guerras durante siglos. ¿Este periodo de paz y prosperidad podría haber existido sin la creación de la Unión? ¿Podría una Europa de pactos bilaterales, bajo el paraguas defensivo y económico de Estados Unidos durante la guerra fría, haber provocado el mismo efecto? Las respuestas del relato oficial, ampliamente divulgado y socializado, van en la misma dirección: la Unión fue el factor que permitió que antiguos enemigos cooperaran en paz para el beneficio mutuo, pero también tiene ciertos límites.

### 3. Las instituciones europeas y las narrativas sobre Europa

Según observó ya hace unos años Jean Pierre Rioux<sup>39</sup> -y son muchos los historiadores que piensan de forma análoga-, escribir la historia de Europa es una tarea que se ve complicada por la “Europa tecnocrática de Bruselas“, ya que induce a la prueba *a fortiori* de que no hay o hay poco o ningún espacio para una historia europea fuera de una historia militante y “bruselense”. Lo cierto es que parte de la narrativa sobre el proceso de construcción europea se halla en demasiadas ocasiones muy próxima al discurso oficial de las instituciones comunitarias que han desarrollado y difundido todo tipo de pequeños y grandes mitos. Asimismo, ha servido como coartada institucional a intereses particulares al presentar las instituciones de la Unión Europea como resultado inevitable de un proceso histórico mediante el cual las instituciones nacionales están siendo sustituidas por otras de carácter supranacional y fundamento de un modelo europeo conformado en torno al Estado de bienestar, la justicia social y el respeto a la diversidad o simplemente como coartadas de la desregulación y el fundamentalismo de mercado<sup>40</sup>. Las narrativas con las que contamos qué es, qué hace y por qué necesitamos la Unión Europea importan. Nuestras visiones condicionan cómo pensamos sobre Europa, qué expectativas tenemos y cómo actuar en el futuro. Por eso, cuando no se adecúan a la realidad o a las necesidades del momento, pierden su fuerza y dejan de ser un apoyo para el sistema político que pretenden defender.

No obstante, es de justicia reconocer los esfuerzos desarrollados a largo de la última década por diversas instituciones comprometidas en la tarea de superar esa retórica a partir de la elaboración de un relato europeo entendido como una historia común de los europeos, una nueva narrativa europea. Desde las investigaciones amparadas por la *Eu-*

---

39 RIOUX, Jean Pierre - Le Séminaire européen de Blois. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*. N.º 71 (2001), p. 57-58.

40 Esta disyuntiva entre retórica y realidad se cubre la “hipocresía” mencionada en el título de su libro, a saber: la retórica de una Unión cada vez más próxima. SCHULZ-FORBERG, Hagen y STRATH, Bo - *The Political History of European Integrations. The hypocrisy of democracy-through-market*. Londres-Nueva York: Routledge, 2012, p. XI.

*European Cultural Foundation*<sup>41</sup>, a los talleres organizados por el *Consejo de Europa*<sup>42</sup> para el debate y la discusión de temas centrales de la Historia de Europa como por ejemplo la revolución industrial para su inclusión en los manuales escolares europeos más allá de las perspectivas nacionales, o la labor impulsada por la *Casa de la Historia Europea*<sup>43</sup> de Bruselas sobre métodos interactivos a partir de los cuales articular y presentar una historia de los europeos a sus visitantes, entre otros muchos.

En cualquier caso, estas iniciativas que pretenden generar tanto un cierto nivel de convergencia en el modo en que recordamos, individual y colectivamente nuestro pasado como de acuerdo general sobre las bases de discusión de un futuro común, tampoco deben considerarse prácticas culturales inocentes, sino que resultan una práctica sumamente politizada cuyo objeto es sostener una particular posición “europea” en lo que el sociólogo Claus Leggewie<sup>44</sup> calificó hace ya unos años como “*el campo de batalla de la memoria europea*”. Pero, cuáles son las razones que permiten explicar esa búsqueda institucional de una narrativa europea. En nuestra opinión, es necesario considerar dos experiencias contemporáneas vinculadas con la crisis del estado-nación en Europa, pero también con una contracción de las pulsiones *eurocentristas*: el impacto del proceso de globalización y la búsqueda de legitimidad de las instituciones europeas.

En primer lugar, el proceso de globalización, la mundialización, ha generado también innumerables “perdedores” como consecuencia de cambios significativos en la relación del ciudadano con el Estado-nación y que van desde la ruptura de la composición relativamente homogénea de las poblaciones nacionales -es decir, la base prepolítica para la integración de los ciudadanos-, a la pérdida de legitimación soberanía al observar cómo disminuyen su autonomía, su capacidad de acción y su sustancia democrática ante las interdependencias entre mercado, democracia y soberanía. Lo que se traduce en la necesidad de muchos ciudadanos de sentirse emocionalmente seguros en su identidad y que permite desde ciertos ámbitos políticos e institucionales canalizar una respuesta, evocando un pasado idealizado, apelando a la memoria colectiva y facilitando con ello el regreso de ciertos relatos de cariz nacionalista -y en ocasiones xenófobo- que se creyeron definitivamente desterrados<sup>45</sup>. Un ejemplo de esa resurrección de los grandes relatos nacionales puede observarse en los Países Bajos con el cambio de canon en la interpretación de los acontecimientos clave de la historia nacional o en Gran Bretaña donde las propuestas no

---

41 Sobre la *European Cultural Foundation* y sus actividades, vid. <http://www.culturalfoundation.eu> (Consultado 5 de octubre de 2017).

42 Acerca de la labor del *Consejo de Europa* vid. <http://hub.coe.int> (Consultado 5 de octubre de 2017).

43 Sobre la *Maison de l'Histoire Européenne* vid. <http://www.europarl.europa.eu/visiting/es/visits/historyhouse.html> (Consultado 5 de octubre de 2017).

44 LEGGEWIE, Claus - Seven circles of European memory. *Eurozine* <http://www.eurozine.com> (Consulta: 6 de octubre de 2017).

45 KØLVRAA, Christoffer - European Fantasies... *JCMS*. Vol. 54, nº 1 (2016), p.172-176.

se han centrado tanto en los contenidos sino en el método sobre la enseñanza de la historia en las escuelas, por no mencionar la campaña del referéndum sobre el Brexit <sup>46</sup>.

Pero también es preciso considerar la necesidad de ofrecer formas más inclusivas de recordar el pasado sin diluir la narrativa nacional en el océano de la globalización, parece encontrar en el signifiante “Europa” el potencial de servir como elemento aglutinador y suficientemente inclusivo, como un lugar intermedio para el desarrollo de nuevas narrativas que podría proporcionar todavía un cierto grado de orientación histórica y cultural en tiempos de cambio rápido<sup>47</sup>.

Por último, es preciso destacar que si el populismo se ha convertido en la alternativa electoral al discurso oficial proeuropeo en muchos Estados miembros ha sido por la falta de voluntad política de gobiernos y grandes partidos tradicionales de plantearse abiertamente si ha llegado el momento de reescribir el camino que nos ha llevado hasta aquí, no sólo de generar un nuevo relato<sup>48</sup>.

En segundo lugar, no puede ignorarse que la construcción de esa narrativa europea está a menudo motivada en *el deseo más o menos explícito de fortalecer la legitimidad de la Unión Europea*, y para ello se busca un cierto grado de convergencia y consenso en la forma en que los europeos recuerden individual y colectivamente su pasado y articulen el debate de futuro sobre ese proyecto común que requiere toda sociedad y singularmente el conjunto de sociedades nacionales europeas<sup>49</sup>.

La necesidad de reforzar ese flanco se debe fundamentalmente al desgaste del consenso que caracterizó las primeras fases del proceso de integración ya que hoy, por expresarlo en términos de Zygmunt Bauman<sup>50</sup>, el *telos*, el aura metapolítica, que tradicionalmente ha rodeado el proceso de integración, no basta. La estructura de la Europa política tal como ha estado siendo construida en las dos últimas décadas es para los ciudadanos demasiado lejana y abstracta y la calidad de sus políticas tampoco parece suficiente como fuente de legitimación, ya que a las críticas surgidas ya en los años setenta sobre los déficits democráticos existentes en las instituciones europeas y sus procesos de toma

---

46 Vid. En ese sentido HARMSSEN, Robert y SPIERING, Menno (eds.) - *Euro-scepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amsterdam: Editions Rodopi, 2004. TAYLOR, Paul - *The End of European Integration: Anti-Europeanism Examined*. Londres: Routledge, 2008. Desde una perspectiva histórica más concreta vid DEWEY, Richard - *British national identity and opposition to membership of Europe, 1961-63: the anti-marketeers*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

47 NICOLAÏDIS, Kalypso y PELABAY, Janai - Comment raconter l'Europe tout en prenant la diversité narrative au sérieux?. *Raison Publique*. N° 7 (2007), p. 63-83.

48 MAYER, Hartmut - Historical Narrative as Normative Drivers of Integration and Dis-Integration in Europe and Asia. In MURRAY, Philomena y BRENNAN, Louis (eds.) - *Drivers of Integration and Regionalism in Europe and Asia*. Routledge: London, 2015, p. 52-68.

49 Al respecto vid. los volúmenes coordinados por LACROIX, Justine y COMAN, Ramona (eds) - *Les résistances à l'Europe: Cultures nationales, idéologies et stratégies d'acteurs*. Bruselas: Editions de l'Université de Bruxelles, 2007 y por LACROIX, Justine y NICOLAÏDIS, Kalypso (eds.) - *European Stories Intellectual Debates on Europe in National Contexts*. Oxford: University Press, 2010.

50 Vid. Prólogo a BAUMAN, Zigmunt - *Europa. Una aventura inacabada*. Madrid: Losada, 2006.

de decisiones, se ha unido a lo largo de última década un crecimiento desmedido de las desigualdades sociales que viene a cuestionar los beneficios económicos derivados del proceso de integración<sup>51</sup>. Si alguna vez hubo una visión de una Europa unida, esta se está cayendo a pedazos por falta de apoyo de gobiernos y ciudadanos, de pueblos y naciones. Los resentimientos y las sospechas respecto a los otros ponen de manifiesto el mismo problema: muy pocos piensan primero en sí mismos como europeos.

En consecuencia, la Unión Europea como organización política necesita de unas nuevas narrativas que le proporcionen un mejor anclaje dentro de una visión compartida de la historia y la cultura de Europa<sup>52</sup>, aunque esta visión, como afirma Benedict Anderson, probablemente no sea otra cosa que un nuevo intento por construir un imaginario basado en las ideas de cohesión histórica y cultura heredados del siglo XIX<sup>53</sup>. Pero quizás, el principal problema reside en los numerosos flancos débiles que comienzan a observarse en esas narrativas europeas<sup>54</sup>. Por un lado, la crítica incide en la predisposición a presentar la construcción europea en su fase actual como el resultado inevitable de los cambios económicos y tecnológicos, algo así como una forma de progreso político que corre pareja a los adelantos materiales y se apoya sobre la convicción liberal forjada en torno a la idea de progreso para explicar la legitimidad de la Unión Europea de forma mecánica y ahistórica, ignorando otros elementos positivos como el reconocimiento y la protección de los derechos humanos y la negociación transnacional institucionalizada de las ideas y los intereses en su seno.

Por otro, los fenómenos de conflicto y hostilidad *hacia la integración europea* han sido generalmente mal estudiados, dando una visión de ellos demasiado edulcorada y alejada de la realidad<sup>55</sup>. Tienden a negar otras narrativas posibles justo cuando el “relato canónico” del proyecto europeo está siendo cuestionado tras perder a lo largo de la última

---

51 JUDT, Tony - *Algo va mal*. Madrid: Taurus, 2011, p. 185.

52 Consciente de esta situación y como una especie de legado de la presidencia de la Comisión Barroso, la Unión Europea publicó en el otoño de 2014 el resultado de una experiencia piloto, comandada sobre todo por artistas plásticos e intelectuales, que reclama la cultura como eje sobre el que construir una nueva narrativa para Europa. En su manifiesto, se llama explícitamente a colaborar a artistas y científicos, educadores y periodistas, historiadores y sociólogos, y empresarios y funcionarios que estén preparados para ir más allá del confort de su torre de marfil para emprender nuevas responsabilidades con Europa como cuerpo político. J.M.D., Barroso - 2013. Speech by President Barroso: “A new narrative for Europe” [WWW Document]. European Commission. URL [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-357\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-357_en.htm) (Consultado el 9 de octubre de 2017). *European Union, The mind and body of Europe: a new narrative*. Bruselas: European Union, 2014.

53 Cfr. ANDERSON, Benedict - *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo*. México: Fondo Cultura Económica, 1993, p. 22-24.

54 GILBERT, Mark - Narrating the Process: Questioning the Progressive Story of European Integration. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 46, nº 3 (2008), p. 641-662.

55 CRESPIY, Amandine y VERSCHUEREN, Nicolas - From Euroscepticism to Resistance to European Integration: An Interdisciplinary Perspective. En *Perspectives on European Politics and Society*. Vol. 10, nº. 3 (2009), p. 373-396. Desde una perspectiva específicamente histórica DÜLFFER, Jost - *The History of European Integration...*, p. 17-32.

década la construcción europea su aura de éxito<sup>56</sup>. Es el caso del disenso existente a nivel de elites sobre la marcha del proceso de integración y como se han mantenido en estado de hibernación dentro del debate político las posiciones más heterodoxas<sup>57</sup>. Lo cierto, es que cada vez hay un número de ciudadanos que votan anti Unión Europea posiblemente buscando una protección en el Estado-Nación cuando no está en condiciones de proporcionar. El correlato de todo ello es que la Unión Europea ve descender su legitimidad día a día. Una situación que es fácil de observar: cada vez que se ha sometido a votación una cuestión atinente a la integración europea, el resultado ha sido una derrota.

Asimismo, tienen tendencia al discurso único, curiosamente esos diferentes niveles de lectura sobre el proyecto europeo se hacen explícitos a partir del poso de decepción y amargura en relación con la expectativas generadas por el proceso de integración lo que recurrentemente ha conducido a ciertos actores (individuales y colectivos) a dar la espalda cuando no a negar el proyecto europeo<sup>58</sup>. Por último, las resistencias a los procesos de europeización; la crítica y la contestación del proceso de integración se encuentran también relacionadas con contextos más complejos como las mismas resistencias a las transformaciones económicas, políticas y sociales que se operan en Europa como consecuencia del proceso de integración en muy diferentes niveles nacionales, sectoriales o administrativos<sup>59</sup>. Así, se ha puesto especial énfasis en la distinción que debe hacerse no es entre partidos anti y pro UE, cuando quizás habría que haber valorado las diferencias entre eurofóbicos - como el Frente Nacional francés y el UKIP británico - y europesimistas, que hoy son mayoría, incluyendo a muchos partidos socialistas o socialdemócratas.

En tercer lugar, *negar los déficits de legitimación democrática* o al menos matizarlos en exceso. *Esos déficit* surgen cuando el conjunto de los implicados en la toma de decisiones democráticas no llega a coincidir con el conjunto de los que se ven afectados por éstas, ni tiene en cuenta como la legitimidad democrática se ve socavada cuando la creciente necesidad de coordinación, motivada por el aumento de la interdependencia, se cubre mediante acuerdos interestatales, dejando fuera de la narrativa cualquier elemento que cuestionase la lógica del *método Monnet*<sup>60</sup>, entendida como integración burocrática, tal y como la define Daniel Innerarity<sup>61</sup>.

---

56 WOLFRAM, Kaiser - Clash of Cultures: Two Milieus in the European Union's. A New Narrative for Europe Project. *Journal of Contemporary European Studies*. Nº 23, nº3 (2015), p. 364-377.

57 MANNERS, Ian y, WHITMAN, Richard - Another Theory is Possible: Dissident Voices in Theorising Europe. *Journal of Common Market Studies*. Nº 54 (2016), p. 3-18.

58 LEVI, Guido y PREDA, Daniela (eds) - *Eurocepticisms. Resistance and. Opposition...*

59 Al respecto, vid. FEATHERSTONE Kevin y RADAELLI Claudio (eds.) - *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press, 2003 y especialmente, CONWAY Martin y PATEL, Kiran Klaus (eds.) - *Europeanization in the Twentieth Century. Historical Approaches*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

60 MORAVCSIK, Andrew - In Defence of the Democratic Deficit: Reassessing Legitimacy in the European Union. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 40, nº 4 (2002), p. 193-214.

61 SEGURÓ, Miquel, y INNERARITY, Daniel (eds.) - *¿Dónde vas, Europa?*. Barcelona: Herder Editorial, 2017, p.12-24.

Finalmente, no se tienen en cuenta que la narrativa de lo europeo presentada como objetivo y faro de actuación, es *un relato abocado a una profunda reformulación*<sup>62</sup>. Y es que lo que nunca se contó – o no se explicitó lo suficiente en décadas transcurridas desde la *caída del Muro* – sobre ese relato es que fue una narrativa construida en mundo dominado por el conflicto bipolar con el objetivo de evitar una nueva guerra y de consolidar una cierta autonomía europea, y en ese contexto ciertamente tuvo un notable éxito. Sin embargo, el relato europeo de posguerra se adecua mucho peor a la globalización, al cambio civilizatorio y al juego de múltiples poderes a escala planetaria, y sus resultados necesariamente son mucho más mediocres.

En consecuencia, tampoco se ha valorado suficientemente la dinámica de cambio: el mundo ha cambiado de base, la segunda mitad del siglo XX preparó el camino, y resultó un periodo de cambios fundamentales y persistentes agudizados desde la finalización de la Guerra Fría<sup>63</sup>. No se trató sin embargo de un proceso de cambio único como en otras épocas, sino una serie de cambios sucesivos que han afectado profundamente a instituciones, estructuras y sistemas. De hecho, las actitudes frente al cambio no fueron alteradas una, sino varias veces y Europa ha asistido, con más resignación que esperanza, a la progresiva emergencia del mundo extra europeo al primer plano de la vida mundial. Lo que desde el Renacimiento ha sido una anomalía histórica: es decir, que una periférica península asiática, con menos del 20% de la población mundial, lograra dominar en lo político, en lo cultural y en lo económico al resto del planeta, parece estar llegando a su fin.

Quizás por ello, tras la concesión el 12 de octubre de 2012 del premio Nobel de la Paz a la Unión Europea en reconocimiento de un trabajo de sesenta años a favor de la democracia, los derechos humanos y el entendimiento entre europeos, muchos quisieron leer ese galardón como un epitafio, abriéndose un debate sobre si la construcción europea, en su formulación presente, tiene más pasado que futuro, una discusión que no se encuentra ni mucho menos cerrada<sup>64</sup>.

Lo más inquietante, sin embargo, reside en que si bien al proceso de construcción europea se le ha concedido un papel central tanto en la conformación del relato europeo como en las narrativas nacionales desde 1945, sus competencias y capacidades reales de actuación son difícilmente equiparables con ese rol. De hecho, la Unión Europea no es precisamente el resultado de un diseño político preciso, ni el ideal de una Europa unida tiene el potencial movilizador del socialismo o del nacionalismo. Pero sobre todo, como nos recuerda Andrew Moravcsik<sup>65</sup>, el problema reside en que de las cinco grandes

---

62 NICOLAÏDIS, Miquel y PELABAY, Jenay - *Comment raconter l'Europe...*, 2007, p. 63-71.

63 Para una visión de conjunto sobre el particular vid. KRASTEY, Ian - *After Europe*, Pensilvania: University of Pennsylvania Press, 2017.

64 MANNERS, Ian y MURRAY, Philomena - *The End of a Noble Narrative...*, p. 185-202.

65 MORAVCSIK, Andrew - Le mythe du déficit démocratique européen. *Raisons Politiques*. N.º 10 (2003), p. 87-105.

cuestiones en la agenda política de las democracias de Europa Occidental desde la conclusión de la Segunda Guerra Mundial (la prestación de atención sanitaria, la educación, la ley y el orden, las pensiones y la seguridad social, y la fiscalidad), ninguna es -ni ha sido tampoco- prioritariamente, competencia ni de la Comunidad ni de la Unión Europea, cuando son estos los problemas que ocupan el centro del debate político en Europa y alimentan la posibilidad de construir un espacio público europeo.

A este marco se ha añadido una inesperada coda tras el referéndum celebrado en Gran Bretaña el 23 de junio de 2016 sobre su salida de la Unión Europea, y más conocido como el Brexit. Su resultado -favorable al “no” a Europa-, es, sin lugar a dudas, el origen del cisma más grave producido en los sesenta años de historia de la integración europea. Pero los costes para el proyecto europeo no terminan ahí, ya que desnuda otros dos lugares comunes de la narrativa europea, al poner de manifiesto que ni la pertenencia a la Unión Europea es un proceso irreversible, ni la profundización en el proceso de la integración, es el único destino posible para Europa. Asimismo, el Brexit abunda en otras direcciones, especialmente en las dificultades del proyecto europeo para articular un mensaje en positivo sobre la adhesión emocional a la UE, algo que los expertos en espacio público europeo venían apuntando desde los inicios de la década pasada, durante el debate sobre la fallida Constitución europea: la “falta de identidad europea” (Europa siempre es el “otro”) y “la falta de conflicto” (déficit de politización) se hallan entre las principales causas del desapego ciudadano hacia las instituciones de Bruselas.

Posiblemente, como escribió Antonio Gramsci en sus *Cartas desde la cárcel* prisión, “el viejo mundo está muriendo y el nuevo tarda en aparecer”<sup>66</sup>. Lo cierto, es que si bien la incertidumbre, la desorganización y el caos que parecen presidir los últimos tiempos no se corresponden evidentemente con lo vivido por Europa durante el Período de Entreguerras, nuestro tiempo vivido tiene, sin duda, síntomas de ser un nuevo interregno en la historia de Europa, el pórtico de un “nuevo Viejo Mundo” como diría Perry Anderson<sup>67</sup>.

Artigo Recebido a 1 de maio de 2018 | Aceite a 15 de maio de 2018.

## **Bibliografía**

ADLER-NISSEN, Rebecca - Towards a Practice Turn in EU Studies: The Everyday of European Integration!. *JCMS*, vol. 54, nº 1 (2016), p. 87-103.

ANDERSON, Benedict - *Comunidades Imaginadas. Reflexiones sobre el origen y difusión del nacionalismo*. México: Fondo Cultura Económica, 1993, p. 22-24.

ANDERSON, Perry - *El nuevo viejo mundo*. Madrid: Akal, 2012.

---

66 GRAMSCI, Antonio - *Cartas desde la prisión*. Madrid: Veintisiete Letras, 2010, p. 68.

67 ANDERSON, Perry - *El nuevo viejo mundo*. Madrid: Akal, 2012.

ANDREWS, Molly - *Shaping History: Narratives of Political Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

BAL, Mieke - *Narratology: Introduction to the Theory of Narrative*. Toronto: University of Toronto Press, 2009, p. 16-17.

BAUMAN, Zigmunt - *Europa. Una aventura inacabada*. Madrid: Losada, 2006.

BOUZA GARCIA, Luis - The 'New Narrative Project' and the politicisation of the EU. *Journal of Contemporary European Studies*. Vol. 25 nº 3-1 (2017), p. 340-353.

CLOET, Quency - Two sides to every story (teller): competition, continuity and change in narratives of European integration. *Journal of Contemporary European Studies*. Vol. 25, nº3-1 (2017), p. 285-306.

COHEN, Antonin - El "padre de Europa". La construcción social de un relato de los orígenes. En FORNER, Salvador y SENANTE, Heidy-Cristina (eds.) - *La unidad europea. Aproximaciones a la Historia de la Europa Comunitaria*. Publicacions Universitat D'Añacant, 2016, p. 35-52 (Original "Le père de l'Europe: la construction sociale d'un récit ", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 2007/1, p. 14-29).

Consejo de Europa vid. <http://hub.coe.int> (Consultado 5 de octubre de 2017).

CONWAY Martin y PATEL, Kiran Klaus (eds.) - *Europeanization in the Twentieth Century. Historical Approaches*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010.

CRESPY, Amandine y VERSCHUEREN, Nicolas - From Euroscepticism to Resistance to European Integration: An Interdisciplinary Perspective. *Perspectives on European Politics and Society*. Vol. 10, nº. 3 (2009), p. 373-396.

DELLA SALA, Vincent - Political Myth, Mythology and the European Union. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 1, n.º. 48 (2010), p. 1-18.

DEWEY, Richard - *British national identity and opposition to membership of Europe, 1961-63: the anti-marketeers*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

DUFFER, Jost - The Balance of Historiography. The History of European Integration: from Integration History to the History of Integrated Europe. En LOTH, Wilfred. (ed.) - *Experiencing Europe. 50 Years of European Construction 1957-2007*. Bruselas: Nomos, 2008, p. 17-32.

DULPHY, Anne y MANIGAND, Charles - *Histoire@Politique. Politique, culture et société*. "Portraits et témoignages", <http://www.histoire-politique.fr> (consultado 30/04/2017).

EDER, Klaus - A Theory of Collective Identity Making Sense of the Debate on a European Identity. *European Journal of Social Theory*. Vol 12, nº 4, (2009), p. 427-447.

FEATHERSTONE Kevin y RADAELLI Claudio (eds.) - *The Politics of Europeanization*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

FORNER, Salvador y SENANTE, Heidy-Cristina - Visiones y realidades de la integración europea. En FORNER, Salvador y SENANTE, Heidy-Cristina (eds.) - *La unidad europea...*, p. 19-33.

GEERTZ, Clifford - *La Interpretación de las Culturas*. Mexico: Ed. Gedisa, 1987, p. 87-118.

GILBERT, Mark - Narrating the Process: Questioning the Progressive Story of European Integration. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 46, nº 3 (2008), p. 641-662.

GILLINGHAM, John R. - A Theoretical Vacuum: European Integration and Historical Research Today. *Journal of European Integration History*. Vol. 14, nº 1 (2008), p. 27-34.

GRAMSCI, Antonio - *Cartas desde la prisión*. Madrid: Veintisiete Letras, 2010, p. 68.

HABERMAS, Jurgen - *¡Ay Europa!*. Madrid: Trotta, 2009, p. 4-9.

HARMSSEN, Robert y SPIERING, Menno (eds.) - *Euroscepticism: Party Politics, National Identity and European Integration*. Amsterdam: Editions Rodopi, 2004.

HORNE, John - Une histoire à repenser. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*. Nº 71 (2001), p. 67-72.

J.M.D., Barroso - 2013. Speech by President Barroso: "A new narrative for Europe" [www Document]. European Commission. URL [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-357\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-357_en.htm) (Consultado el 9 de octubre de 2017). *European Union, The mind and body of Europe: a new narrative*. Bruselas: European Union, 2014.

JOUAN, Quentin - Narratives of European Integration in Times of Crisis: Images of Europe in the 1970s. *Journal of European Integration History*. Vol. 22, nº1 (2016), p. 11-28.

JUDT, Tony - *¿Una gran ilusión? Un ensayo sobre Europa*. Madrid: Taurus, 2013, p. 152.

JUDT, Tony - *Algo va mal*. Madrid: Taurus, 2011, p. 185.

KAISER, Wolfram - Clash of Cultures: Two Milieus in the European Union's "A New Narrative for Europe" Project. *Journal of Contemporary European Studies*. Nº 23 (2015), p. 364-377.

KAISER, Wolfram - From Isolation to Centrality: Contemporary History meets European Studies. In KAISER, Wolfram and VARSORI, Antonio (eds.) - *European Union History. Themes and Debates*. Londres: Palgrave Macmillan, 2010, p. 45-65.

KAISER, Wolfram - One narrative or several? Politics, cultures elites, and citizen in constructing a "New Narrative for Europe". *National Identities*. Vol. 19 (2017), p. 215-230.

KAISER, Wolfrang y MCMAHON, Richard - *National Identity Critical Inquiry into Nationhood, Politics & Culture*. Vol. 19, nº 2 (Junio 2017).

KARLSSON, Klas-Goran - The Uses of History and the Third Wave of Europeanisation. En PAKIER, Malgorzata y STRÅTH, Bo (eds.) - *A European Memory? Contested Histories and Politics of Remembrance*. New York: Berghahn Books, 2010, p. 38-55.

KNUDSEN, Anna-Christina L. y GRAM-SKJOLDAGER, Karen - Historiography and Narration in Transnational History. *Journal of Global History*. Vol. 9, nº 1 (2014), p. 143-161.

KØLVRAA, Christoffer - European Fantasies... *JCMS*. Vol. 54, nº 1 (2016), p. 169-184.  
KOSELLECK, Reinhart - *Futures Past. On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2004.

KRASTEV, Ian - *After Europe*. Pensilvania: University of Pennsylvania Press, 2017.

LACROIX, Justine y COMAN, Ramona (eds) - *Les résistances à l'Europe: Cultures nationales, idéologies et stratégies d'acteurs*. Bruselas: Editions de l'Université de Bruxelles, 2007.

LACROIX, Justine y NICOLAÏDIS, Kalypso (eds.) - *European Stories Intellectual Debates on Europe in National Contexts*. Oxford: University Press, 2010.

LAVOB, William - Some Further Steps in Narrative Analysis. *Journal of Narrative and Life History*. Nº 7, 1987, p. 395-415.

LEGGEWIE, Claus - Seven circles of European memory. *Eurozine* <http://www.eurozine.com> (Consulta: 6 de octubre de 2017).

LEVI, Guido y PREDA, Daniela (eds) - *Euroscepticisms. Resistance and. Opposition...*

LÖFGREN, Karl - Field of Dreams: The Discursive Construction of EU Studies, Intellectual Dissidence and the Practice of 'Normal Science'. *Journal of Common Markets Studies*. Vol. 54, nº1 (2016), p. 19-36 (2015), p. 18-36.

LOTH, Wilfred - *Explaining European Integration: The contribution from Historians*. *Journal of European Integration History*. Vol. 14, nº 1 (2008), p. 9-26.

MAJONE, Giandomenico - The general crisis of the European Union: a genetic approach. En FOSSUM, John Erik y MENÉNDEZ, Agustín José (eds.) - *The European Union in Crisis or the European Union as Crises?*. Oslo: University of Oslo, 2014, p. 217.

MANNERS, Ian - European Communion: Political Theory of European Union. *Journal of European Public Policy*. Vol. 20, nº. 4 (2013), p. 473-94.

MANNERS, Ian - Symbolism in European Integration. *Comparative European Politics*. Vol. 9, nº 3 (2011), p. 243-68.

MANNERS, Ian y MURRAY, Philomena - The End of a Noble Narrative? European Integration Narratives after the Nobel Peace Prize. *JCMS*. Vol. 54, nº1 (2016), p. 185-202.

MANNERS, Ian y WHITMAN, Richard - Another Theory is Possible: Dissident Voices in Theorising Europe. *Journal of Common Market Studies*. Nº 54 (2016), p. 3-18.

MAYER, Hartmut - Historical Narrative as Normative Drivers of Integration and Dis-Integration in Europe and Asia. En MURRAY, Philomena, BRENNAN, Louis (eds.) - *Drivers of Integration and Regionalism in Europe and Asia*. Routledge: London, 2015, p. 52-68.

MCMAHON, Richard - Progress, democracy, efficiency: normative narratives in political science EU studies. *National Identity Critical Inquiry into Nationhood, Politics & Culture*. Vol. 19, nº 2 (Junio 2017), p. 231-250.

MORAVCSIK, Andrew - In Defence of the Democratic Deficit: Reassessing Legitimacy in the European Union. *Journal of Common Market Studies*. Vol. 40, nº 4 (2002), p. 193-214.

MORAVCSIK, Andrew - Le mythe du déficit démocratique européen. *Raisons Politiques*. N.º 10 (2003), p. 87-105.

MORENO JUSTE, Antonio - The Crisis of the Integration Process and its Impact on the European Narrative. In LEVI, Guido y PREDA, D. (eds.) - *Euro-scepticisms. Resistance and Opposition to the European Community/European Union*. Bolonia: Società Editrice Il Mulino, 2018, p. 75-88.

NICOLAÏDIS, Kalypso y PELABAY, Janai - Comment raconter l'Europe tout en prenant la diversité narrative au sérieux?. *Raison Publique*. N.º 7 (2007), p. 63-83.

REIDL, Hazel y LINDEN, West (eds.) - *Constructing Narratives of Continuity and Change: A Transdisciplinary Approach to Researching Lives*. Londres: Routledge, 2014.

RIBEIRO, Rita - Narratives of Redemption: Memory and Identity in Europe. En CABECINHAS, Rosa y ABADIA, Lilia (eds.) - *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Braga: University of Minho, 2013, p. 221-231.

RICOEUR, Paul - Remarques d'un philosophe. Écrire l'histoire du temps présent. Paris: CNRS Éditions, IHTP, 1993, p. 38-39.

RICOEUR, Paul - *Temps et Récit*. Paris: Le Seuil, T. I., 1983 (traducción en español: *Tiempo y narración I. Configuración del tiempo en el relato histórico*. Madrid, Siglo XXI, 2004).

RIFKIN, Jeremy - *El sueño europeo. Como la visión europea del futuro está eclipsando el sueño americano*. Barcelona: Paidós, 2004.

RIOUX, Jean Pierre - Le Séminaire européen de Blois. *Vingtième Siècle. Revue d'Histoire*. N.º 71 (2001), p. 57-58.

ROSAMOND, Ben - Methodology in European studies. En LYNGGARD, Kennet, MANNERS, Ian y LÖFGREN, Karl - *Research Methods in European Union Studies*. Basingstoke: Palgrave-Macmillan, 2015.

SARBIN, Theodore R (ed.) - *Narrative Psychology: The Storied Nature of Human Conduct*, New York, Praeger, 1986.

SASSATELLI, Monica - *Becoming European. Cultural Identity and Cultural Policies*. New York: Palgrave-MacMillan, 2009.

SASSATELLY, Monica - Narratives of European Identity. En BONDEBJERG, Ib y NPVRUP REDWALL, Eva (eds.) - *European cinema and televisión...*, p. 25-42.

SCHULZ-FORBERG, Hagen y STRATH, Bo - *The Political History of European Integrations. The hypocrisy of democracy-through-market*. Londres-Nueva York: Routledge, 2012, p. XI.

SEGURÓ, Miquel, y INNERARITY, Daniel (eds.) - *¿Dónde vas, Europa?*. Barcelona: Herder Editorial, 2017, p.12-24.

Sobre la *European Cultural Foundation* y sus actividades, vid. <http://www.cultural-foundation.eu> (Consultado 5 de octubre de 2017).

Sobre la *Maison de l'Histoire Européenne* vid. <http://www.europarl.europa.eu/visiting/es/visits/historyhouse.html> (Consultado 5 de octubre de 2017).

SOMERS, Margaret - The Narrative Constitution of Identity: A Relational and Network Approach. *Theory and Society*. Vol. 23 (1994), p. 605-649.

Speech by President Barroso: "A new narrative for Europe" European Commission, 23/04/2013. [http://europa.eu/rapid/press-release\\_SPEECH-13-357\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-357_en.htm) (Consultado 9/04/2017).

STRATH, Bo - A European identity. To the historical limits of a concept. *European Journal of Social Theory*. Vol. 5 n° 4 (2002), p. 387-401.

TAYLOR, Paul - *The End of European Integration: Anti-Europeanism Examined*. Londres: Routledge, 2008.

WHITE, Hyden - *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*, Baltimore. MD: Johns Hopkins University Press, 1987.

WOLFRAM, Kaiser - Clash of Cultures: Two Milieus in the European Union's. A New Narrative for Europe Project. *Journal of Contemporary European Studies*. N° 23, n°3 (2015), p. 364-377.

## ***Territórios de medo e privatização da segurança na Europa***

### ***Territories of fear and privatization of security in Europe***

João Luís J. Fernandes, PhD

Professor, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEIS20/CEGOT

[jfernandes@fl.uc.pt](mailto:jfernandes@fl.uc.pt)

#### **Resumo**

A crise de refugiados; o terrorismo; os fluxos que escapam à regulação; as desigualdades; a desconstrução da comunidade familiar e a suspeição perante Estados a gerir restrições orçamentais, estão entre os fatores que aumentaram a desconfiança na Europa. O levantamento de muros; a difusão de um urbanismo defensivo e a privatização da segurança constituem uma tendência em muitos países europeus. É nesse sentido que, em diferentes escalas geográficas, uma Europa agora menos coesa se vai estruturando em territórios de medo que têm levado a processos de confinamento e atomização social e ao aumento das distâncias entre os cidadãos.

**Palavras-chave:** Medo, Desconfiança, Muros, Coesão Territorial.

#### **Abstract**

The 2015 refugee crisis; the realization that the risk of terrorism in Europe is now greater; the increasing intensity of flows that escape regulatory instruments; the deepening of inequalities; the deconstruction of the traditional idea of family community, and the suspicion of states managing budgetary constraints, are among the factors that increase distrust and promote self-closing attitudes. The lifting of material and immaterial walls and barriers that fragment space; the diffusion of safe urban planning, such as closed condominiums, as well as the expansion of the economy of private surveillance, control and protection of products and services, are among the most important issues in most European countries. It is in this sense that, at different geographical scales, a Europe, that is now less cohesive, is structured around territories of fear and mistrust that have led to

the privatization of public space, to processes of confinement and social atomization and to the increase of distances between citizens.

**Keywords:** Fear, Distrust, Walls, Territorial Cohesion.

## 1. Introdução

Na atualidade, problematiza-se o processo de integração europeia, questionando-o até que ponto se está, ou não, a construir um território coeso e uma casa comum de partilha de interesses estratégicos e valores. Tratando-se de uma abordagem multi e interdisciplinar, esta pode ser perspetivada a partir de diferentes pontos de vista. A distância é um deles. Uma casa comum deve, à partida, implicar uma maior proximidade e acessibilidades mais fortes: entre as pessoas, entre estas e os poderes políticos, entre as populações e os serviços e equipamentos essenciais, apenas para citar alguns aspetos.

Contudo, a distância é um conceito lato que se abre a diferentes leituras. Pode ser um valor absoluto e quantificável através de métricas euclidianas, como a distância física. Mas pode tratar-se de uma medida variável com as circunstâncias e os contextos, como a distância-tempo ou a distância-custo, que se alteram com a construção de uma infraestrutura (uma autoestrada, por exemplo), ou com uma qualquer inovação institucional (como a criação das companhias aéreas *low cost*). No entanto, tudo se complica se se acrescentarem ao debate dimensões como a distância cultural ou a distância social, conceitos relativos e de difícil quantificação que nos remetem para problemáticas como as identidades, as desigualdades ou a coesão social e territorial.

A respeito deste debate entre proximidade e distância, podem construir-se muitas narrativas, assentes em leituras diferentes de uma realidade empírica complexa onde coexistem processos contrastados e, por vezes, até contraditórios.

No que diz respeito à distância, aqui entendida em sentido lato, há uma tendência otimista de fundo que parece apontar para o abatimento dos muros e das fronteiras, para a compressão do espaço-tempo e para o conseqüente aumento da proximidade entre as populações<sup>1</sup>. Neste ponto de vista, a queda do muro de Berlim simboliza os tempos de encurtamento das distâncias e levantamento dos obstáculos de relação entre os povos. Fatores como, entre outros, a integração europeia e a liberdade de circulação interna no espaço Schengen; o desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações; o aumento generalizado dos fluxos materiais e imateriais; a expansão e difusão global do turismo; o desenvolvimento de metrópoles globais e de mega cidades-região, parecem apontar para uma era na qual as fronteiras seriam vestígios anacrónicos de um passado objeto de evocação e memória. Na lista de Património Mundial classificado pela Unesco,

---

1 HARVEY, David - *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 2002, 388 p. ISBN 9780631162940.

dentro e fora da Europa, das históricas cidades muralhadas de Carcassone e Elvas, à Muralha da China, há exemplos de velhas fronteiras e limites que agora se classificam, protegem e aliciam visitantes. O que outrora separava é agora um fator de atração, partilha e responsabilidade global.

Num mundo tecnológico de viagens fáceis e de segurança garantida, o espaço é plano, sem os efeitos de atrito e sem os contrangimentos da localização que foram importantes no passado. Neste quadro de liberdade de movimentos e hipermobilidade espacial, o acesso às redes digitais de comunicação tornaria indiferente o lugar a partir do qual se vive a globalização<sup>2</sup>.

Contudo, esta narrativa de otimismo que aponta para uma comunidade global de partilha é acompanhada, e contestada, por dinâmicas e discursos que apontam para a permanência de velhos riscos e para o desenvolvimento de novas vulnerabilidades e desequilíbrios<sup>3</sup>. Nesta geometria variável, a realidade é diversificada e contraditória. Por um lado, aumentam as mobilidades, a fluidez dos fluxos e a proximidade. Por outro, persistem e renovam-se os fatores de atrito e os obstáculos ao movimento e à comunicação. Esta redução da velocidade é socialmente assimétrica, os seus efeitos são diferenciados de acordo com a localização geográfica e as características socioeconómicas das populações. Apenas um exemplo: os aeroportos são símbolos da globalização, do encurtamento das distâncias custo e tempo e da flexibilidade geográfica de uma classe hipermóvel que se movimenta com facilidade pelo mundo. No entanto, em muitas cidades, como Nairobi ou São Paulo, estas infraestruturas localizam-se em espaços urbanizados na proximidade de populações que não têm acesso a essas mobilidades encurtadas e organizam as suas territorialidades em contextos locais, sem participação direta e efetiva nas dinâmicas mais aceleradas da globalização.

Um dos fatores que contribui para o alargamento das distâncias e para a permanência, ou aumento, dos efeitos de atrito do espaço e das barreiras ao movimento, são a desconfiança e o receio em atravessar determinadas fronteiras de conforto e segurança<sup>4</sup>.

O medo é um conceito multidimensional, com uma construção complexa que terá algum vínculo com certas realidades empíricas, como um território que recebe fluxos de imigrantes ou uma cidade na qual os índices de criminalidade apresentam valores acima da média<sup>5</sup>. No entanto, o medo pode estar associado a perceções estimuladas por atores que, numa lógica de relações hierquizadas de poder, visam assegurar o controlo sobre

---

2 FRIEDMAN, Thomas L. - *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora, 2006, 520 p. ISBN 9789729972010.

3 BECK, Ulrich - *Sociedade de Risco Mundial - Em Busca da Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70, 2015, 448 p. ISBN 9789724418575.

4 TUAN, Yi-Fu - *Landscapes of fear*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013, 262 p. ISBN 978-08166-8459-5.

5 ROUET, Gilles - European Union: fears and hopes. *Eastern Journal of European Studies*. Iasi: Centre for European Studies. ISBN 978-1-137-56169-5. Volume 7, Issue 1 (2016), p. 5-33.

populações e territórios ou, como veremos mais adiante, promover ideologias políticas e comportamentos defensivos e securitários, quantas vezes com dividendos económicos para determinados setores.

A este nível, estudam-se as paisagens e as territorialidades do medo e procuram-se os fatores subjetivos que condicionam a imagem dos lugares, pelos quais nutrimos mais ou menos desconfiança<sup>6</sup>. No domínio das relações de poder, trabalha-se a geopolítica das emoções<sup>7</sup>, que destaca a importância do subjetivo nas dinâmicas do quotidiano e nos comportamentos de encurtamento ou, pelo contrário, alargamento das distâncias face ao desconhecido.

O medo terá múltiplas territorializações e modos diferentes de se expressar por atitudes e comportamentos geográficos. No limite, podem viver-se topofobias, sentimentos de repulsa por determinados lugares, dos quais nos afastamos.

Os espaços que se visitam durante as férias e os que se evitam, aqueles onde se investem capitais e os outros que se contornam, os lugares onde se fixa ou não residência, todas estas opções geográficas respondem a fatores objetivos e mensuráveis, mas estão também condicionadas por um sempre impreciso equilíbrio entre o objetivo e o subjetivo: o medo em termos de segurança e perdas de qualidade de vida, o medo de não retorno dos investimentos, o medo por uma má opção que implique custos demasiado elevados e irreversíveis ou apenas a falta de desejo e a desconfiança em estar-se aqui ou ali. A estas expressões geográficas do medo, devem juntar-se a vontade de não sair, de não deixar entrar ou não deixar passar.

Como se confirma com Reece Jones<sup>8</sup> e Rogério Haesbaert<sup>9</sup>, uma das expressões do medo e da aspiração em regular e controlar o espaço, tem sido a crescente multiplicação de barreiras e muros que obstaculizam a mobilidade espacial e interferem com as relações espaciais de vizinhança. Sobrepostos a fronteiras políticas interestatais ou fragmentando espaços urbanos, esses obstáculos alargam as distâncias e tornam mais difíceis os contactos de proximidade. Rogério Haesbaert<sup>10</sup>, alerta para as contradições da atualidade: “Paradoxalmente, ao mesmo tempo que hoje os limites territoriais aparentam ser muito mais porosos e ambivalentes em suas práticas de abertura e fechamento, alguns limites passaram a ser reforçados apelando-se inclusive (...) para o velho recurso das cercas e dos muros, em processos que denominamos de contenção territorial”.

---

6 AVRAHAM, Eli; KETTER, Eran - *Media strategies for marketing places in crisis*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann, 2008, 256 p. ISBN: 978-0750684521.

7 MOISI, Dominique - *The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World*. New York: Anchor Books Edition, 2010, 192 p. ISBN 978-0307387370.

8 JONES, Reece - *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*. London: Zed Books, 2012, 224 p. ISBN 978-1848138230.

9 HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 395 p. ISBN 9788528610611.

10 HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização...*, p. 242.

Esta circunscrição espacial, como a delimitação dos perímetros nas favelas no Rio de Janeiro estudadas por este autor, visará o acantonamento geográfico de populações que se deveriam afastar dos espaços públicos urbanos. Segundo Edward Soja (1971: 1), “The surface of the earth is enmeshed in a labyrinth of boundaries created and maintained by men.” Para este geógrafo, a delimitação espacial será um ato inerente à condição humana. O aumento das desigualdades e o incremento das incertezas estão entre os fatores que se materializam numa nova geração de muros e barreiras de circulação que, juntando-se às velhas fronteiras existentes, criam processos de contenção espacial de grupos humanos mais vulneráveis. Em paralelo com esta dinâmica integrada, acontece o autoencerramento de elites que se afastam dos espaços públicos de proximidade e definem uma geografia reticular de nós. Nestes, há contacto fácil com o que está longe e uma atitude defensiva para o que está, em termos euclidianos, mais perto. Estes fenómenos de insularização territorial, como os condomínios fechados, os resorts turísticos ou os parques temáticos de escala internacional, têm uma expressão global, mas marcam também a geografia europeia.

## **2. Europa - crise de confiança e muros de fragmentação territorial**

O continente europeu, em geral, e a União Europeia em particular, atravessam uma fase crítica de confiança que, como se discutirá adiante, se revela em aspetos como a crescente tendência para uma dinâmica social securitária, com expressão no quotidiano das populações e na organização dos territórios.

Sendo sistémica, essa crise de expectativas tem múltiplas razões, conjunturais algumas, estruturais outras, que atuam em diferentes escalas no tempo e no espaço. A recente instabilidade financeira associada às dívidas públicas e à moeda única na Europa do Euro, as políticas de austeridade que se seguiram em países mais vulneráveis, como Portugal e a Grécia, e a perceção que as desigualdades sociais e territoriais terão aumentado nesta fase de arrefecimento económico, contribuíram para esta descida da confiança que se acusa, entre outros aspetos, no aumento das votações populistas e nas tendências nacionalistas.

O Brexit e a deriva independentista na Catalunha encaixam naquilo que autores como Laurent Davezies<sup>11</sup> denominam como um novo egoísmo territorial. À escala europeia ou no interior de unidades políticas estatais, espaços geográficos com uma riqueza acima da média convocam argumentos identitários e de justiça espacial para reafirmar o direito a uma trajetória individual e pouco solidária.

O aumento dos fluxos no contexto da Europa Schengen, ao qual se associou a crise dos refugiados que teve o seu apogeu em 2015, terão também contribuído para um estado de

---

11 DAVEZIES, Laurent - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: La République des Idées/Seuil, 2015, 106 p. ISBN 978-2021230154.

desconfiança que é hoje mais notório. A associação direta destas mobilidades espaciais, que se movimentaram no interior do continente europeu e pressionaram as fronteiras externas da Europa, a um conjunto mediatizado de ocorrências terroristas, fez aumentar o medo, a insegurança e até a repulsa perante as migrações.

Em paralelo com os factos ilustrados pelo número de ataques e pelo total de vítimas, há hoje a perceção que a natureza do terrorismo mudou e que os alvos potenciais se tornaram difusos, indefinidos e imprevisíveis. Tudo isto aumentou as incertezas, num ambiente geopolítico hoje mais instável. O ressurgimento de novas frentes de tensão com a Rússia; a turbulência na fronteira sul da Europa, no sahel, no norte de África e, em particular, a desintegração da Líbia; os efeitos laterais do conflito na Síria e o papel contraditório da Turquia, membro da NATO com elevada centralidade estratégica e (oficialmente) ainda um candidato para adesão à União Europeia, tudo isto tem contribuído para um novo cenário, ao qual não é alheia a orientação da administração Trump, nos EUA, relativamente à Europa e à necessidade desta reforçar as sua componente militar e securitária.

Neste contexto, que deve ser lido em múltiplos tempos e com o foco em diferentes escalas geográficas, são evidentes os sinais que apontam para uma perda de coesão interna e para a menorização económica e política da Europa no contexto internacional.

A demografia, com o envelhecimento da população europeia e a não renovação das gerações, terá um duplo efeito. Por um lado, fará aumentar a desconfiança e o medo. Por outro, amplifica o potencial de risco e torna menos provável a reação rápida do conjunto perante problemas que exigem políticas proativas mais efetivas.

Um dos momentos matriciais desta versão menos otimista da Europa coincidiu com a crise dos refugiados de 2015. Afinal, o mundo permeável dos fluxos financeiros e de informação e o território plano das viagens rápidas e sem obstáculos, é um espaço rugoso e de barreiras à circulação de populações vulneráveis. A pressão migratória que se fez sentir no Mediterrâneo e em países do sul e sudeste da Europa, trouxe à superfície problemas como a falta de controlo da União Europeia sobre as periferias de proximidade, a necessidade de reforço das fronteiras externas, a falta de coesão interna, a ausência de uma política comum e de partilha de interesses assim como a falta de solidariedade entre os diferentes países comunitários.

Este fluxo teve repercursões no levantamento de múltiplas barreiras de interrupção do movimento espacial, algumas com expressão física, a exemplo das vedações erguidas, no passado, em Ceuta (em 1993, com 9 km de comprimento) e Melilla (em 1998, com 12 quilómetros), para proteção do enclave espanhol no norte de África.

Após 2015, a Hungria ergueu barreiras nos limites que a separam da Croácia e da Sérvia. A Áustria criou um muro e postos de controlo em Spielfeld, na fronteira com a Eslovénia. O mesmo ocorreu com a Grécia, na fronteira com a Turquia, junto à aldeia de Nea Vyssa, onde se construiu uma vedação de 12,5 km, coroada por um reforço suplementar de arame farpado. Também a fronteira entre a Macedónia e a Grécia viveu o

mesmo esforço policial e securitário, fazendo da aldeia grega de Idomeni um território de espera e contenção que travou a viagem dos refugiados para norte.

Nesta geografia de muros temporários, impôs-se a lógica do levantamento de barreiras na retaguarda, sempre que o fluxo, na sua caminhada para o centro da União Europeia, em especial em direção à Alemanha, não era interrompido.

Na Europa securitária que aqui se foi revelando, também se levantaram muros em territórios de contenção, como na ilha grega de Lesbos. O mesmo ocorreu mais a norte, em Calais (França), no perímetro de espera e aglomeração precária da denominada Jungle, na proximidade do Canal da Mancha, já nos limites da deslocação do fluxo para Inglaterra.

Nesta Europa defensiva, para além dos muros físicos, reforçaram-se os postos de vigilância. A exemplo do que ocorreu na Dinamarca, nalgumas fronteiras do espaço Schengen foi retomado o controlo temporário dos movimentos.

Nesta arquitetura espacial de medo, interrupção do movimento e imposição política da distância perante os refugiados, os Estados afirmaram o seu poder de autodecisão. No entanto, em casos como a Áustria e a Hungria, para além das forças públicas de segurança, levantaram-se outras barreiras e muros (in) visíveis erguidos por milícias populares que, desta forma, assinaram o seu apoio às atitudes de autoconfinamento dos poderes políticos. Este facto encaixa na tendência, que desenvolveremos mais à frente, de privatização da segurança que ocorre no mundo e na Europa.

Como se pode verificar no *Europeans' Attitudes Toward Security- Special Eurobarometer 464b*, em Dezembro de 2011 e Junho de 2017, fizeram-se sondagens a respeito da segurança sentida pelos cidadãos europeus nos seus territórios de proximidade, mas também noutras escalas geográficas.

Ainda que os dados incluam a totalidade dos países e que, neste conjunto de 28 membros, os medos e as (in)seguranças possam apresentar variações regionais, é possível aferir algumas tendências a partir dos valores agregados.

Por exemplo, quando se afirma que os territórios de vizinhança são espaços seguros para viver, em 2011, 53% dos inquiridos responderam concordar totalmente. Em 2017, esse valor sobe para 57. Se se colocar a mesma questão à escala europeia, isto é, se se questionar que a União Europeia, no seu todo, é um lugar seguro, a variação é inversa. Em 2011, 28% concorda plenamente, enquanto que em 2017 esse valor desce para 23%. Da mesma forma, em 2011, 16% da população inquirida discorda totalmente que a União Europeia seja um território seguro. Em 2017, esse valor sobe para 28%. O efeito conjunto dos fluxos de refugiados e dos atentados, territorializados longe dos lugares de residência dos inquiridos mas percebidos como um fenómeno no interior das fronteiras europeias, estará refletido nestes números.

Como se referiu, este eurobarómetro faz o levantamento da perceção da segurança em várias escalas geográficas: a local e de vizinha; a da cidade e região; a nacional e a da União Europeia. Tomando como referência os resultados de 2017, é importante referir que

a confiança diminui à medida que nos afastamos do primeiro patamar. 91% dos inquiridos tem confiança na sua vizinhança imediata, mas esse valor vai decrescendo nos outros referenciais geográficos: 82% ainda considera o seu país seguro mas, à escala europeia, esse valor desce para 68%. Esta diferença suscita outras questões: para a população europeia, o afastamento em relação aos seus territórios do quotidiano implica um acréscimo do risco e uma perda de confiança. A Europa, em sentido lato, é menos segura que os espaços familiares. A construção de uma identidade europeia e a promoção de experiências de partilha, como o Programa Erasmus (no caso do ensino superior), colide com esta perceção mais confinada do espaço e com a relação inversa entre a distância em relação à casa habitual e a sensação de segurança: estar mais longe de casa implica correr mais riscos.

A desagregação dos cerca de 28 mil inquiridos segundo a estrutura etária, o género, a formação académica e a localização (rural ou urbana) das respetivas residências, deixam-nos dados pertinentes, em especial no que se refere, mais uma vez, à perceção da segurança à escala da União Europeia.

Em todas as classes etárias, há um decréscimo de confiança e de perceção de segurança entre a escala de proximidade local, o respetivo país e a Europa comunitária. Ainda assim, existem diferenças entre os escalões etários no que respeita à sensação de (in) segurança, sobretudo à escala europeia. Nesta perspetiva, a população adulta/idososa (acima dos 55 anos de idade) é aquela que menos confiança tem em relação à Europa em termos securitários. Nesta classe, que está no topo da pirâmide, apenas 62% dos inquiridos revelam que a União Europeia é um lugar seguro. Na população mais jovem inquirida (na classe etária entre os 15 e os 24 anos), esse grau de confiança ascende a 77%. Como se referiu atrás, o envelhecimento da população é um problema que se pode traduzir no aumento da desconfiança.

A mesma variação ocorre se considerarmos os anos de escolaridade. Segundo o eurobarómetro citado, a população com mais anos de frequência académica e, por inerência, maior formação, é aquela cujo grau de confiança é maior em todas as escalas geográficas consideradas. Por exemplo, no grupo dos inquiridos com menos de 15 anos de escolaridade, 76% entendem que o respetivo país é um lugar seguro para viver. Nos inquiridos com mais de 20 anos de escolaridade, esse valor sobe para 88%, enquanto que nos jovens ainda a frequentar o sistema de ensino essa confiança ascende a 90%.

Se se considerar a escala da União Europeia, essa variação repete-se. 80% dos atuais estudantes e 77% dos que apresentam mais de 20 anos de escolaridade, entendem que este é um território seguro. Nos inquiridos com menos de 15 anos de frequência do sistema educativo, esse grau de confiança desce para 55%. Com efeito, a educação é uma opção essencial para reduzir os níveis de medo e desconfiança que se nutrem pela União Europeia e pelos espaços geográficos mais afastados dos territórios familiares do quotidiano.

Há também uma clivagem entre os inquiridos do mundo rural e aqueles que têm residência nas maiores cidades. Nos primeiros, a confiança nos territórios de proximidade é maior. No entanto, à medida que caminhamos para escalas menores, isto é, para a cidade/região e para a União Europeia em conjunto, essa diferença inverte-se. Os inquiridos urbanos têm mais confiança no país e na Europa no seu todo. Esta é uma questão a comprovar. No entanto, enquanto hipótese de trabalho, é legítimo associar os inquiridos urbanos (assim como os mais jovens e os que têm mais anos de escolaridade) à população mais propensa a viajar e a assumir a Europa como uma casa comum de circulação.

Os mais idosos, a população com menos anos de escolaridade e de matriz rural, apresenta margens de maior desconforto relativamente aos territórios longe dos respetivos espaços do quotidiano. Estes dados não podem deixar de ser considerados nas políticas europeias para a demografia e educação.

Comparando o eurobarómetro de 2011 com o de 2017, também se verificaram mudanças substanciais na tipologia dos medos e dos fatores de insegurança. Entre estes dois inquéritos, todas as ameaças consideradas (terrorismo, crime organizado, riscos naturais e antrópicos, cibercrime e a fragilidade das fronteiras externas da União Europeia) apresentaram uma subida enquanto preocupação europeia. Por exemplo, em 2011, 58% dos inquiridos apontava o terrorismo como um problema. Em 2017, esse valor ascendia a 76%. No caso do crime organizado, a subida ocorre entre os 54 e os 63%, respetivamente. No caso das fronteiras externas, em 2011 esta ameaça era apontada por 41% dos inquiridos. Em 2017, esse valor ascendia a 51%.

Não é conveniente fazer deduções diretas e apressadas a partir destes valores. No entanto, os resultados desta inquirição mostram-nos existir na Europa uma margem de cidadãos inseguros, desconfortáveis e descontentes, potencialmente mobilizáveis para movimentos políticos de natureza populista, leituras simplistas da realidade e apresentação de soluções fáceis, que passam, quase sempre, pelo autoencerramento e pela exarcebação de identidades monolíticas<sup>12</sup>.

Esta insegurança perante a imprevisibilidade materializa-se também à microescala, com a expansão dos condomínios fechados e o autoconfinamento de quem se exclui dos territórios de proximidade. A difusão e consolidação de uma sociedade de controlo e vigilância (de espaços privados e públicos) e o desenvolvimento de uma paisagem defensiva, são também reveladores deste estado de desconfiança que, não sendo exclusivo da Europa, também vai entrando e marcando o quotidiano deste continente, em particular nas cidades.

Muitos destes centros urbanos estão agora polvilhados por muros mais ou menos discretos de proteção antiterrorista, mas também por pormenores arquitetónicos que visam o afastamento de indesejáveis, como os sem abrigo, dos espaços mais nobres e visíveis

---

12 SEN, Amartya - *Identidade e Violência*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007, 254 p. ISBN 9789728955199.

destes lugares. Para Bauman (2009), na sua origem, a cidade desenvolveu-se porque criou perímetros de proteção relativamente a um exterior mais violento. Na atualidade, ainda para o mesmo autor, essa mesma cidade assimilou os medos e fragmenta-se internamente para os enfrentar.

Para além deste urbanismo defensivo com expressão material, esta é uma nova cidade tecnológica, um território digital de vigilância e denúncia, um lugar de *geofences* e algoritmos que controlam a passagem, a saída, a entrada ou a invasão de perímetros protegidos por fronteiras informáticas, que também atravessam territórios não urbanos<sup>13</sup>. Os limites que Kevin Lynch<sup>14</sup> identificou como matriciais na perceção do espaço urbano, podem ser invisíveis e imateriais, mas deixam um rasto tecnológico, continuam a condicionar o quotidiano da cidade e colocam questões pertinentes ao nível da proteção de dados e das garantias de privacidade.

Nesta nova cidade, o espaço público deixou de ser um território de reserva da identidade. Para além disso, o espaço privado, a tradicional ‘casa’, é agora uma *smart home*, um território de controlo e invasão digital a partir do exterior<sup>15</sup>.

Já atrás se referia a organização de milícias populares perante a vaga de refugiados de 2015. Este foi um sinal de uma tendência de fundo, que caminha para um maior envolvimento da sociedade civil e, sobretudo, dos atores individuais e atomizados, na procura e garantia de espaços de vida mais previsíveis e higienizados. A crescente privatização da segurança é, neste ponto de vista, uma tendência à qual se deve estar atento.

### **3. A privatização da segurança. Contexto e referências gerais**

A constituição e consolidação dos Estados vestefalianos, após o século XVII, regulou a segurança e tornou-a uma questão coletiva. Contudo, neste tempo longo, as circunstâncias foram mudando, assistindo-se agora, nas sociedades complexas contemporâneas, à coexistência entre os sistemas coletivos e estatais e as estratégias privadas de salvaguarda de bens e pessoas, em espaços públicos e privados.

A casa simboliza essa transição. A segurança da habitação é agora um campo de expansão de investimentos em inovações tecnológicas que visam aumentar o grau de confiança das famílias perante os riscos externos que a ameaçarão. Uma das dimensões das *smart homes* está precisamente nos sistemas securitários de vigilância e controlo. À escala

---

13 ZIMBELMAN, Eloise G.; KEEFE, Robert F.; STRAND, Eva K.; KOLDEN, Crystal A.; WEMPE, Ann M. - Hazards in motion: development of mobile geofences for use in logging safety. *Sensors* 17, 822 (2017), p.1-15.

14 LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, 208 p. ISBN 9789724403793.

15 SCHWARZ, Daniel - *The Current State of Security in Smart Home Systems. Threats in the Internet of Things*. Viena: SEC Consult, 2016, 15 p.; LIN, Huichen; BERGMANN, Neil W. - *IoT Privacy and Security Challenges for Smart Home Environments. Information*. Basel: MDPI. Volume 7, Issue 3, 44 (2016). p. 1-15.

global, estima-se que, entre 2015 e 2021, os investimentos na segurança privada destas casas inteligentes aumentem cerca de 760 %, na sequência de uma progressão positiva que se sentirá, de modo gradual, em todos os anos<sup>16</sup>.

Não é fácil elencar os fatores que possam estar a contribuir para o aumento da privatização da segurança à escala global e, em particular, no continente europeu. Estes devem ser devidamente ponderados e aprofundados. Contudo, o aumento dos sentimentos de medo e desconfiança, as maiores incertezas mas também a crescente atomização social e o acréscimo de práticas individualistas, são questões importantes que não podem deixar de se refletir nos comportamentos e atitudes na área da segurança.

O medo pode também ser induzido. Os sentimentos de insegurança refletem relações de poder e constituem um campo de manipulação política. Já no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro novecentista, se instrumentalizava o medo perante as revoltas de escravos como forma de sustentar e manter o sistema escravagista<sup>17</sup>.

Na atualidade, o medo ajudou à expansão de uma área de negócios e de uma economia privada de segurança que vai crescendo à medida que se promovem as incertezas. Estas derivam também de algumas dinâmicas da realidade empírica. O aumento das desigualdades e das fragmentações sociais e territoriais, sobretudo em áreas urbanas; o incremento dos fluxos materiais e imateriais e o desenvolvimento de atores organizados em territórios-rede e, com isso, menos sujeitos ao controlo (numa variedade de agentes que podem ir das empresas multinacionais aos grupos de pressão e destes às associações criminosas ou mesmo terroristas), todos estes fatores contribuíram para um ambiente de maior desconfiança.

Esta nova geografia, mais flexível e difusa, retira poder e margem de intervenção aos tradicionais atores de regulação – os Estados, hoje com um papel menos efetivo na aplicação dos instrumentos de controlo do movimento.

Pelo menos na União Europeia, os ajustamentos dos orçamentos públicos, com reflexos na redução de gastos em áreas como a segurança, contribuíram para esta tendência de privatização. Por vezes, porque os limites entre privado e público nem sempre são fáceis de estabelecer, o próprio Estado tem também recorrido a empresas privadas de segurança.

Tudo isto ocorreu em paralelo com a complexificação das sociedades ocidentais. Aumentou o número de eventos e de pretextos para a concentração de massas. Os valores e os bens estão hoje mais dispersos (apenas um exemplo, com o alargamento do número de segundas habitações). As mobilidades são hoje mais intensas e difusas. Com o turismo e o laser, os negócios, os percursos pendulares e o afastamento entre a habitação e os

---

16 THE STATISTICS PORTAL - *Revenue of the global smart home security market from 2015 to 2021* [Em linha] (2018). [Consult. 2 de abril de 2018]. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/645392/smart-home-security-revenue-worldwide>.

17 BATISTA, Vera Malaguti - *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, 272 p. ISBN 9788571062935.

lugares de trabalho, as territorialidades são hoje mais multivariadas e a necessidades de acautelar a segurança de bens (ex: a casa) que ficou para trás, é agora maior.

Em muitos casos, a suburbanização e a dispersão do povoamento, com acréscimo dos níveis de isolamento de muitas habitações, levou também a uma maior necessidade de vigilância por terceiros (as empresas de segurança) e pelos próprios (com o controlo remoto, e em tempo real, através de novas tecnologias digitais).

Esta tendência pode ser analisada a partir de muitos pontos de vista. Ainda assim, não deixam de ser expressão, por um lado, dos novos egoísmos territoriais<sup>18</sup> e, por outro, das crises de desintermediação que têm deixado marcas nas sociedades ocidentais. A desconstrução das comunidades locais<sup>19</sup> é, ao mesmo tempo, causa e efeito da insularização territorial que acompanha os processos de privatização da segurança.

Essa segurança passa, cada vez mais, pela inovação tecnológica. Também neste setor se estão a viver as consequências da automatização e da revolução digital. Ainda assim, os vigilantes privados continuam a simbolizar esta deriva, coexistindo na Europa, de acordo com regulamentos e disposições legais aprovadas, com as forças públicas de manutenção da ordem. Em 2017, segundo a *Confederation of European Security Services*, dos 34 países constituintes desta organização (os 28 da União Europeia, mais a Sérvia, a Bósnia, a Macedónia, a Turquia, a Noruega e a Suíça), é na Bulgária (123 mil vigilantes), na Letónia (21500) e na Estónia (13234) que a relação entre o número de vigilantes e o total de residentes é maior. Nesta listagem, Portugal ocupa a 12<sup>a</sup> posição (em 34 países), com 37104 profissionais legalmente registados.

No caso português, segundo o *Relatório Anual de Segurança Privada 2016*, em 2005 detinham alvará 99 empresas de segurança privada. Entre 2006 e 2012, esse valor ultrapassou a centena, com o máximo (114), em 2012. Desde então, esse valor voltou a descer. Em 2014 estavam registadas 91 empresas e, em 2016, 94. Estas oscilações merecem uma análise mais aprofundada, mas oscilam de acordo com fatores como os ciclos económicos ou os processos de concentração empresarial.

Sendo um fenómeno sobretudo urbano, não surpreende que, em 2016, das empresas que detinham autorização legal para exercer serviços de segurança privada, 78% tenha a sua sede no distrito de Lisboa, 17% no Porto e 12% em Faro, os três territórios mais representados numa geografia sobretudo litoral. É evidente que a localização da sede não impede a prestação de serviços noutras regiões do país. No entanto, é um indício do protagonismo que as cidades detêm neste processo.

Ainda de acordo com o *Relatório Anual de Segurança Privada*, de 2016, 76% dos vigilantes têm idades compreendidas entre os 26 e os 50 anos de idade. 89% são do género masculino. É importante também verificar que 97,5% dos vigilantes associados a estas

---

18 DAVEZIES, Laurent - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise...*

19 BAUMAN, Zygmunt – *Community*. Cambridge: Polity Press, 2001, 159 p. ISBN 0-7456-2634-3.

empresas privadas são de nacionalidade portuguesa, proporção que contrasta com outras profissões menos qualificadas, nas quais o número relativo de estrangeiros é maior. Dos restantes 2,5% de vigilantes que não têm a nacionalidade portuguesa, nota-se o peso dos contratados no universo dos imigrantes de língua portuguesa. Destes, 35% são brasileiros, 30% guineenses e 14% caboverdianos. Deste conjunto, refira-se uma exceção: no total dos vigilantes estrangeiros, cerca de 6% *têm* nacionalidade romena.

Ainda segundo a mesma fonte, a distribuição destes ativos pelas atividades e categorias específicas dá mostras da sociedade mais complexa na qual agora se vive. Também em 2016, 57% dos vigilantes são indiferenciados enquanto 22% estão na categoria de seguranças-porteiros, que tanto podem estar distribuídos por instituições privadas, como empresas financeiras ou espaços de diversão noturna, como podem também exercer atividade em instituições públicas, como hospitais ou ministérios.

Para além desses, 15% são considerados assistentes de recintos desportivos e/ou espetáculos. A entrada de Portugal na rota dos concertos musicais, das provas desportivas e de outros eventos com concentração de espetadores, abriu um mercado ao qual apenas o setor privado consegue dar resposta.

Para além disso, surgem ainda valores residuais de ativos que trabalham em áreas como a segurança pessoal, o transporte de valores e a vigilância de equipamentos aeroportuários. A internacionalização do país, o aumento dos fluxos gerais de mercadorias e passageiros, a realização de acontecimentos de escala internacional, com a chegada de personalidades de diferentes áreas às quais se deve assegurar proteção, todos estes fatores têm contribuído para esta tendência.

Neste ponto de vista, Portugal não é um caso à parte. A sociedade portuguesa terciarizou-se e urbanizou-se, abriu-se ao contexto internacional, tornou-se mais complexa. O Estado, em termos de segurança, não consegue responder às novas solicitações. Por outro lado, ainda que os medos sentidos em Portugal sejam diferentes daqueles que se percebem noutros territórios europeus, também aqui chegou a ideia que o mundo é mais instável e imprevisível.

#### **4. Notas finais**

A compressão do espaço-tempo deu-nos a ilusão que o mundo se tornou mais pequeno e que o espaço geográfico seria plano. As distâncias deixariam de ser um fator distintivo e a localização não condicionaria. Neste determinismo tecnológico alimentado pelos avanços no domínio dos transportes e das comunicações, estar aqui ou ali seria o mesmo, desde que se assegurasse a conectividade a uma rede digital. Ainda assim, restando entusiasmos, há um mundo rugoso e lento que persiste. Os adventos da velocidade não estão ao alcance de todos. A sociedade não caminha para uma comunidade global. Pelo contrário, não só resistem os desequilíbrios do passado como se criam novas linhas de

fragmentação. Um projeto europeu em crise reflete estas contradições. A vaga de refugiados de 2015 parece ter exposto insuficiências como a perda de poder económico e político por parte de uma Europa confrontada com as pressões e as incertezas de um mundo mais instável e menos regulado. Nesta ocasião, veio à superfície a falta de coesão interna na União Europeia e consolidou-se a ideia de que o mundo continua rugoso e que as fronteiras, na sua definição mais lata, continuam a ser um instrumento na relação entre os países e as populações. Nessa ocasião, ergueram-se muros, retomaram-se estratégias de vigilância e controlo e levantaram-se milícias populares na defesa dos seus acantonamentos territoriais, sobretudo em países como a Hungria e a Áustria. Estes movimentos de cidadãos anónimos, ainda que tenham sido interpretados como um pormenor numa dinâmica mais geral de encerramento da Europa, simbolizam uma trajetória global, mas também ocidental e europeia, para a privatização da segurança. Nem sempre a fronteira entre o público e o privado é fácil de traçar. Ainda assim, são evidentes as tendências para o reforço das estratégias individuais de proteção. Esta tendência deve ser acompanhada de forma a não colidir com os sistemas democráticos que constituem a matriz da União Europeia e do mundo livre. O problema está nos sentimentos que, de forma implícita, possam sustentar esta deriva. O egoísmo territorial, a insularização espacial e a atomização social, apontam para caminhos individualistas de medo, autoencerramento e desconfiança perante um mundo que, apesar de mais pequeno, é hoje mais desconhecido e, em muitos aspetos, está mais distante. Os resultados do eurobarómetro sobre a temática da segurança apontam para desequilíbrio. Os transportes estão mais rápidos, temos mais aeroportos, algumas viagens estão mais acessíveis. No entanto, o grau de confiança nos espaços que estão fora da nossa fronteira de segurança são agora maiores. O mundo em movimento, tal como o conhecemos, e que vai do turismo às experiências Erasmus, depende não apenas da facilidade em viajar mas assenta sobretudo na confiança e nos mapas mentais, mais abertos e flexíveis, ou mais fechados e estáticos. Estes valores, a confiança e os mapas mentais, devem constituir uma das preocupações fundamentais para a preparação da Europa do futuro, que se pretende mais coesa, aberta e participada.

Artigo Recebido a 30 de abril de 2018 | Aceite a 22 de maio de 2018.

## **Bibliografia**

AVRAHAM, Eli; KETTER, Eran - *Media strategies for marketing places in crisis*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann, 2008, 256 p. ISBN: 978-0750684521.

BATISTA, Vera Malaguti - *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003, 272 p. ISBN 9788571062935.

BAUMAN, Zygmunt - *Community*; Cambridge: Polity Press, 2001, 159 p. ISBN 0-7456-2634-3.

BAUMAN, Zygmunt - *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2009, 94 p. ISBN 978-85-378-0122-2.

BECK, Ulrich - *Sociedade de Risco Mundial - Em Busca da Segurança Perdida*. Lisboa: Edições 70, 2015, 448 p. ISBN 9789724418575.

CONSELHO DE SEGURANÇA PRIVADA - *Relatório Anual de Segurança Privada 2016*. Lisboa, Ministério da Administração Interna, 2017, 40 p.

DAVEZIES, Laurent - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: La Republique des Idees/Seuil, 2015, 106 p. ISBN 978-2021230154.

EUROPEAN COMMISSION - *Europeans' Attitudes Toward Security- Special Eurobarometer 464b* [Em linha] (2017). [Consult. 2 de abril de 2018]. Disponível em [https://data.europa.eu/euodp/data/dataset/S1569\\_87\\_4\\_464B\\_ENG](https://data.europa.eu/euodp/data/dataset/S1569_87_4_464B_ENG) ISBN 978-92-79-73522-6.

FRIEDMAN, Thomas L. - *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora, 2006, 520 p. ISBN 9789729972010.

HAESBAERT, Rogério - *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p. ISBN 9788528610611.

HARVEY, David - *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell, 2002, 388 p. ISBN 978-0631162940.

INNERARITY, Daniel - *A política em tempos de indignação*. Lisboa: D. Quixote, 2016, Lisboa, 384 p. ISBN 9789722060738.

JONES, Reece - *Border walls. Security and war on terror in the United States, India and Israel*. London: Zed Books, 2012, 224 p. ISBN 978-1848138230.

LIN, Huichen; BERGMANN, Neil W. - IoT Privacy and Security Challenges for Smart Home Environments. *Information*. Basel: MDPI. Volume 7, Issue 3, 44 (2016). p. 1-15.

LYNCH, Kevin - *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, 208 p. ISBN 9789724403793.

MOISI, Dominique - *The Geopolitics of Emotion: How Cultures of Fear, Humiliation, and Hope are Reshaping the World*. New York: Anchor Books Edition, 2010, 192 p. ISBN 978-0307387370.

ROUET, Gilles - European Union: fears and hopes. *Eastern Journal of European Studies*. Iasi: Centre for European Studies. ISBN 978-1-137-56169-5. Volume 7, Issue 1 (2016). p. 5-33.

SCHWARZ, Daniel - *The Current State of Security in Smart Home Systems. Threats in the Internet of Things*. Viena: SEC Consult, 2016, 15 p.

SEN, Amartya - *Identidade e Violência*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007. 254 p. ISBN 9789728955199.

TUAN, Yi-Fu - *Landscapes of fear*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2013, 262 p. ISBN 978-08166-8459-5.

THE STATISTICS PORTAL - *Revenue of the global smart home security market from 2015 to 2021* [Em linha] (2018). [Consult. 2 de abril de 2018]. Disponível em <https://www.statista.com/statistics/645392/smart-home-security-revenue-worldwide>.

ZIMBELMAN, Eloise G.; KEEFE, Robert F.; STRAND, Eva K.; KOLDEN, Crystal A.; WEMPE, Ann M. - Hazards in motion: development of mobile geofences for use in logging safety. *Sensors* 17, 822 (2017). p.1-15.

## *A cultura como pertença – da nação à casa comum europeia?*

*The culture as belonging – from the nation  
to the European common house?*

Conceição Meireles Pereira

Faculdade de Letras – Universidade do Porto / CEPESSE

mcoelho@letras.up.pt

### **Resumo**

Este texto começa por propor uma reflexão sobre a cultura como forma de unidade da Europa nos últimos três séculos, não obstante o surgimento do fenómeno do nacionalismo cultural, e as cogitações dos intelectuais a propósito da “cultura europeia”. Esta questão tem sido valorizada no quadro da União Europeia, que simultaneamente visa promover as singularidades identitárias nacionais, numa equação complexa que pretende compatibilizar a diversidade na unidade. Colocam-se, pois, ao presente, desafios que vão da demanda da “alma europeia” ao fomento do diálogo intercultural, assentes na convicção de que a cultura constitui um fator de comunhão indispensável à “casa europeia”.

**Palavras-chave:** cultura europeia, identidades nacionais, interculturalidade, políticas culturais, “casa europeia”.

### **Abstract**

This paper begins by proposing a reflection on culture as a form of European unity in the last three centuries, notwithstanding the emergence of the phenomenon of cultural nationalism, and the cogitations on the subject of “European culture”. This issue has been valued in the framework of the European Union, which simultaneously seeks to promote national identity singularities, in a complex equation that seeks to make diversity compatible with the unity. Present challenges range from the demand of the “European soul” to the promotion of intercultural dialogue, considering that culture is an indispensable factor of communion in the “European house”.

**Keywords:** European culture, national identities, intercultural dialogue, cultural policies, “European house”.

Participo neste Encontro com o maior gosto, em resposta e agradecimento ao convite da Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Os meus estudos focam-se na História Contemporânea e a experiência profissional na docência universitária em Portugal. Assim, esta é uma abordagem histórica, mas que não pretende confinar-se ao passado, e parte da premissa que ele é sucessivamente revisitado, convocado em função de urgências do presente, explicando apropriações e representações de diversa natureza, atitudes de adesão ou de resistência, passividade ou pro-atividade, entusiasmo ou desencanto.

No título do presente texto é evocado o tema geral deste Colóquio – casa comum europeia – mas menciona-se também a nação. A abordagem não é nova, dir-se-á que sobre esta eventual contradição tem assentado vasta reflexão que se debruça sobre o complexo relacionamento entre o Estado-Nação e o Estado-União, numa aceção preminentemente política, ou entre a(s) nacionalidade(s) e a “europeidade”, numa significação predominantemente cultural. Este percurso é visto como projeto, aspiração, utopia, não obstante as décadas que leva de construção o edifício da União Europeia.

Como é consabido, é na cultura que radica o conceito de Europa, cujas origens e metamorfoses se articulam com o legado greco-latino e o Cristianismo, pilares fundamentais que sustentaram a chamada “cultura ocidental”.

Num plasma de universalismo filosófico e cosmopolitismo cultural, o Iluminismo sonhou com a república europeia das letras, invocada sobretudo para sublinhar uma hegemonia eurocêntrica, que todavia não escondia diferenciações internas flagrantes, com fronteiras culturais que passavam pela religião, a política, a ciência e, inexoravelmente, pela economia, entre o Norte protestante, laborioso e liberal, e o Sul católico, refratário à inovação ideológica e científica. Equilíbrio entre as nações do Sul e as do Norte lhe chamou Montesquieu, na obra *Do Espírito das Leis* (1748), num quadro racionalista-determinista. Em contextos e discursos diversos, ao longo dos tempos proceder-se-ia à reelaboração destas diferenças; no discurso historiográfico, por exemplo, Braudel empregou as metáforas da “Europa da carroça” e da “Europa do vapor”, e na própria Comunidade Económica Europeia falou-se da “Europa a duas velocidades”.

Na falência do dogmatismo racionalista das Luzes, a Europa reinventou-se – como já o fizera no passado, e o presente a impele a fazê-lo novamente – e a revolução romântica reabilitou as tradições, o vernáculo, o histórico. Eduardo Lourenço sublinhou que no século XIX assistiu-se ao fenómeno do nacionalismo cultural, que “só podia surgir quando a cultura ascendeu a componente, e componente *essencial* da intensidade nacional”<sup>1</sup>.

Nesta conformidade, a realidade da nação é substancialmente diferente antes e depois do século XIX; para alguns, a modernidade criou “comunidades imaginadas”<sup>2</sup>,

---

1 LOURENÇO, Eduardo - Nacionalistas e Estrangeirados. In GASPAR, Jorge [et al.] (org.) – *Portugal e a Europa. Identidade e Diversidade*. Porto: ASA, 1991. ISBN 972-41-0753-1, p. 100.

2 ANDERSON, Benedict - *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. 2nd Edition. London / New York: Verso, 1991. ISBN 0-86091-546-8.

uma autoconsciência da população como grupo nacional moldada pela partilha em massa de perceções e interpretações veiculadas pela força do Estado; as gradações e naturezas do nacionalismo são múltiplas, havendo quem liminarmente o identifique com a guerra, experiências a que a Europa ficou indelével e dolorosamente ligada no século XX.

Mas o nacionalismo cultural, para além da ontologia do ser coletivo, ensinou sobretudo que todos os povos são singulares, e essa singularidade é um valor patrimonial inalienável.

Ao agigantamento da centralização do Estado, contrapôs-se, na centúria de Oitocentos, o princípio federativo, que elegia a Federação como a melhor forma de organizar pequenos Estados segundo as suas leis, usos e costumes próprios. Neste seguimento, alguns acalentaram a utopia dos Estados Unidos da Europa, sobre as bases do pacifismo, reelaborando a aspiração de paz perpétua. Renan chamou-lhe “confederação europeia”.

Vítor Hugo aliou à “irmandade europeia” uma união cultural do Ocidente, como denunciam as suas palavras no Congresso Internacional da Paz, em Paris, no ano de 1849: “Um dia virá em que veremos [...] os Estados Unidos da América e os Estados Unidos da Europa face a face, procurando-se para lá dos mares”<sup>3</sup>.

Postulava-se o princípio da liberdade dos povos, o respeito pela sua autonomia como garante da paz, mesmo quando essa autonomia se inscrevia em vínculos de associação ou federação, isto é, em formas de organização supranacional. Assim, nenhuma associação poderia vingar sem a aceitação das diferenças, e só pelo esguardo das singularidades se alcançaria a união, buscando o equilíbrio da diversidade num certo tipo de unidade.

Ortega y Gasset, nos anos 1930, abordou as pluralidades nacionais europeias de forma moderna, quase instrumentalista, afirmando que o “caráter nacional” não “é um dom inato, mas um fabrico”, e ainda “a nação não nasce, faz-se”, *surpreendendo-se* com a “incompreensão mútua” em que os povos do Ocidente haviam caído nos últimos cinquenta anos nestes termos: “Porque a Europa foi sempre como que uma casa, onde as famílias nunca vivem separadas, antes misturam a toda a hora a sua existência doméstica. Estes povos, que agora se ignoram tão gravemente, brincaram juntos quando crianças nos corredores da grande mansão comum”<sup>4</sup>.

Com efeito, essa Europa dominante, foco maternal de poder e saber, atravessaria no século XX crises profundas de civilização, mormente suscitando duas guerras mundiais que muitos perseveraram em designar guerras civis europeias.

A decadência após o primeiro destes conflitos foi tratada por numerosos autores, alguns particularmente polémicos, como George Sorel, ambíguo e exaltado, que criticou a razão e a democracia, ou ainda Oswald Spengler, cuja obra, *O Declínio do Ocidente*

---

3 *Apud* SANDE, Paulo de Almeida - *Estados Unidos da Europa*. [Em linha]. Euroogle. Dicionários. Outubro de 2017 [10.4.2018]. Disponível em <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=1004>>.

4 GASSET, Ortega y - Epílogo para Ingleses [1938]. In *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d'Água, 1989, p. 180 e 182.

(1918), recusava a progressão em linha reta da história, substituindo-a pela teoria dos ciclos sob influência do eterno retorno de Nietzsche, e permaneceu como um marco nos debates da época, arregimentando apoiantes e detratores. Durkheim falou então da anomia como doença social, do colapso da crença e da moral que geravam desilusão e desencanto. Já a grande obra do historiador britânico Arnold Toynbee, *A Study of History*, estudava em doze volumes, publicados antes da II Guerra Mundial, o processo de nascimento, crescimento e queda das civilizações sob uma perspectiva global e evidenciava a angústia da Europa que entrava então num “tempo de dificuldades”. Também o ensaio filosófico de Ralph Tyler Flewelling, *The Survival of Western Culture. An Inquiry into the problem of its Decline and Resurgence*, publicado pouco depois<sup>5</sup>, examinava as bases e tendências da civilização europeia-americana, mas, ao contrário de Spengler, revelava uma perspectiva mais otimista.

Definitivamente, a questão da decadência ocidental generalizou-se: “O declínio da Europa, ou do Ocidente: quantos europeus, e não só historiadores como Spengler e Toynbee, nem apenas alemães, repisaram este tema antes, entre e depois das duas guerras mundiais. [...] Pessoas que se acharam epígonos, testemunhando o fim de uma era, ou talvez de uma civilização”<sup>6</sup>.

No pós-II Guerra Mundial, a reflexão sobre a crise civilizacional democratizou-se, como é exemplo a série de conferências radiodifundidas na Grã-Bretanha sobre o tema “The Challenge of our Time”, com a participação de eminentes pensadores e cientistas. Revestindo-se todas as comunicações de grande interesse, a tónica era posta em quatro dimensões: a moral, a ciência, a economia e a política. Por exemplo, E. L. Woodward, professor de História em Oxford, no texto *Has all this happened before?* defendia que a crise do seu tempo parecia mais séria dos que as anteriores pelo facto de haver uma consciência generalizada da possibilidade de calamidade total<sup>7</sup>. Por sua vez, o químico Michael Polanyi, um húngaro de nascimento que em 1933 abandonara a Alemanha, onde ensinava, em protesto contra a legislação antissemita, encontrando-se então a lecionar Estudos Sociais em Manchester, já que era um dos mais reputados cientistas interessado na relação entre a ciência e a sociedade, confessava que já não acreditava que os problemas do mundo moderno pudessem ser resolvidos pela ciência; nessa palestra, sugestivamente intitulada *Can Science bring Peace?*, afirmava: “A condição essencial para o governo livre mundial consiste no estabelecimento de confiança entre as nações [...], e a grande questão é em que bases tal confiança pode assentar. Este é o problema decisivo”<sup>8</sup>.

---

5 FLEWELLING, Ralph Tyler - *The Survival of Western Culture. An Inquiry into the problem of its Decline and Resurgence*. New York / London: Harper & Brothers Publishers, 1943.

6 BAUMER, Franklin L. - *O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990, p. 281.

7 *The Challenge of our Time: a series of essays*. London: Percival Marshall, 1948, p. 21.

8 *The Challenge of our Time: a series of essays*. London: Percival Marshall, 1948, p. 42.

Colocando-se a utopia pró-federativa com maior acuidade nos momentos de crise, da Europa em ruínasurgia sair uma reconstrução europeia com novas fundações. Tal realização passava pela crença na capacidade de autorregeneração europeia, embora as leituras variassem de gradação quanto à problematização do mito europeu.

A visão do suíço Denis de Rougemont fundava-se na convicção da função universalizadora de uma Europa, que descobrira, dominara e influenciara a civilização universal. Partidário fervoroso do federalismo, numa das suas muitas obras sobre a Europa lembrava que, a qualquer momento, qualquer um dos Estados europeus podia perder ou ter de ceder a sua soberania, mas numa união da Europa nunca se perderia a “alma europeia”, sairia até fortalecida, pois esse seria “o único poder capaz de salvaguardar” a entidade nacional e regional, as diferentes maneiras de ser, o direito de cada povo a permanecer igual a si próprio<sup>9</sup>.

Edgar Morin pensou também a Europa, questionou a história e culturas europeias, evidenciando a unidade múltipla e complexa, mas recusou a retórica fácil: “A Europa é uma ideia vaga, provém do caos, com fronteiras mal definidas, de geometria variável, sofrendo deslizos, ruturas, metamorfoses”; assim, ao buscar um destino comum, devia-se “estudar justamente aquilo que tem de incerto, confuso e contraditório, a fim de tentar extrair a identidade complexa”<sup>10</sup>.

Mais recentemente, Gorge Stein, em *A Ideia de Europa*, publicada em 2004, lembrava que os “ódios étnicos, o nacionalismo chauvinista, as reivindicações regionais têm sido o pesadelo da Europa”, enquanto o seu “génio” reside na “diversidade linguística, cultural e social”. Nesta conformidade, afirmava: “A Europa morrerá efetivamente, se não lutar pelas suas línguas, tradições locais e autonomias sociais”<sup>11</sup>. Por isso formulava um problema que considerava prioritário e urgente, para o qual, no entanto, admitia não saber a resolução: “Mas como se poderão equilibrar as proposições contraditórias da unificação económico-política com aquelas da particularidade criativa? Como poderemos dissociar uma riqueza salvífica de diferenças da longa crónica de ódios mútuos? Não sei a resposta. Só sei que aqueles mais sábios do que eu têm de a encontrar, e que a hora é tardia”<sup>12</sup>.

Com efeito, para lá da Europa dos Estados e das Regiões, impõe-se com premência a Europa dos Europeus. Parte-se da ideia da Europa da diversidade mas com unidade suficiente para assumir uma consciência europeia comum. No entanto, essa cultura ancestral, esse legado civilizacional, essa vocação universal, tão reiteradamente evocados, se bem que nos últimos anos intensamente contestados por escolas historiográficas extraeuropeias mas também internas, não prescindem de novas formas de identificação coletiva.

---

9 ROUGEMONT, Denis - *Europa como probabilidade*. Madrid: Taurus Editiones, 1963, p. 10.

10 MORIN, Edgar - *Pensar Europa*. Barcelona: Edicions 62, 1989. ISBN 84-297-2891-0, p. 27.

11 STEIN, George - *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2007. ISBN 978-989-616-022-7, p. 48-49.

12 STEIN, George - *A Ideia de Europa*, p. 50.

Há que buscar um sentido comum. *Mutatis mutandis*, se Massimo d’Azeglio afirmou em meados de oitocentos “Nós fizemos a Itália; agora temos de fazer os italianos”<sup>13</sup>, também se tem indagado, nos últimos decénios, como fazer europeus.

Os intelectuais afirmam há décadas que existe uma “alma europeia”. E os pais fundadores da Europa, como Robert Schuman em *Pour l’Europe* (1960), acreditava que a consciência europeia, mais do que um corpo comum, necessitava de uma alma comum, afirmando que a Europa devia conceber uma alma<sup>14</sup>.

Todavia, essa aspiração mantém-se ou, pelo menos, carece de reforço, mercê do alargamento da União Europeia. Isto é, recentemente tem-se insistido na necessidade de dar uma alma à Europa. Esse foi o lema do Encontro de Berlim, em novembro de 2004, que evocou a sua herança espiritual e valores comuns.

Por sua vez, os “Encontros para a Cultura na Europa”, em Paris, no ano de 2005, reuniram oito centenas de personalidades de todos os países da União Europeia, com o fito de “afirmar a dimensão cultural da Europa”, produzindo uma “Declaração a Favor de uma Carta de Intenções para a Europa e a Cultura”. Projeto lento, como o seu próprio nome indica.

Só em 2008 – escolhido para Ano Europeu do Diálogo Intercultural – se tentou concretizar parte dessa carta, numa conjuntura de crise, sob o lema “Juntos na Diversidade”. A informação oficial reconhecia “que a grande diversidade cultural europeia representa uma vantagem única”, pelo que se encorajava “todos os que vivem na Europa a explorar os benefícios da nossa riqueza cultural e a oportunidade de aprender com as diferentes tradições culturais”. Concretamente, o Ano Europeu do Diálogo Intercultural integrava-se nos três grandes objetivos apresentados pela Comissão Europeia, em maio de 2007, com vista a definir uma Agenda Europeia para a Cultura, designadamente: a promoção da diversidade cultural e diálogo intercultural; a promoção da cultura como catalisador para os objetivos da estratégia de Lisboa; e a promoção da cultura como elemento vital nas relações internacionais da UE.

“O alargamento, a livre circulação de trabalhadores e a globalização, alargaram o carácter multicultural de muitos países – número de línguas, religiões, etnias e culturas” pelo que a Europa se tornava “cada vez mais um espaço de diversidade cultural”. Nesta conformidade, acreditava-se que o diálogo intercultural dava “mais significado ao papel da identidade e cidadania europeia<sup>15</sup>”.

Com a intensificação de fenómenos como a imigração e a globalização em geral, a casa europeia tem-se aberto à multiculturalidade pelo que torná-la “casa comum” constitui um desafio crescente, não se encontrando outra via senão o diálogo intercultural em busca da

---

13 *Apud* HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) - *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. ISBN 85-219-0188-7, p. 275.

14 *Apud* BALTAZAR, Isabel - O “Espírito Europeu”. Fundamentos para uma Europa Unida. O contributo dos Encontros Internacionais de Genebra (1946). *Lusitana, História*. Lisboa: Universidade Lusitana Editora. ISSN 0873-1330. 2007/v. 2: nº 4, p. 105.

15 *Eurocid. 2008 - Ano Europeu do diálogo intercultural* [Em linha].

identidade e cidadania europeias. Segundo várias opiniões, o conceito de tolerância revela já alguma caducidade, exigindo-se alterações profundas pois a efetiva interculturalidade pressupõe mudanças mentais e comportamentais nem sempre conciliáveis com representações inconscientes de hábitos e práticas de um “nacionalismo europeísta banal”, parafraseando Michael Billig<sup>16</sup>, rumo a um futuro incerto.

Assim, se o Ano Europeu de 2008 pretendia servir como instrumento para que os “cidadãos europeus e todos os que vivem na União Europeia”, pudessem adquirir “conhecimentos e capacidades que lhes permitam lidar com um ambiente cultural cada vez mais aberto e complexo”, bem como “despertar os cidadãos europeus para a importância de desenvolver uma cidadania europeia ativa”, simultaneamente “respeitadora da diversidade cultural e baseada em valores comuns na União Europeia”, o euro barómetro sobre essa iniciativa indicava: “O sentimento dominante na União Europeia sobre o diálogo intercultural é que é benéfico mas, para muitos também é importante preservar as culturas tradicionais”<sup>17</sup>.

Em 2009, por iniciativa do Conselho da União Europeia, foi publicado o livro *Europe: Giving shape to an idea*, uma compilação de excertos de quase trinta pensadores que desde o século XIII até à criação da União Europeia, ou seja, de Dante até Jean Monnet ou Robert Schuman, passando por Saint-Pierre, Kant, Saint-Simon ou Coudenhove-Kalergi, pensaram a Europa unida, prefigurando intenções e instituições hoje existentes. Pena é a sua fraca difusão, a não existência na maioria das bibliotecas escolares, ou de, pelo menos, algumas páginas em linha.

A iniciativa do presente ano de 2018 é a celebração do Ano Europeu do Património Cultural. Como tem sido hábito em eventos anteriores, o AEPC 2018 enquadra-se nos grandes objetivos da promoção da diversidade cultural, do diálogo intercultural e da coesão social, visando chamar a atenção para o papel do património no desenvolvimento social e económico e nas relações externas da União Europeia, que assim “reafirma a importância fundamental da cultura europeia como fator de identidade, de pertença a um espaço, que se quer inclusivo e aberto ao Mundo, mas capaz de se interrogar sobre os seus desenvolvimentos”<sup>18</sup>.

Assim, dos “passos curtos” às grandes realizações, as últimas sete décadas demonstram – não sem sobressaltos, evidentemente – um processo que é simultaneamente projeto. Projeto ambicioso que busca “uma conceção de Europa como pátria de valores, direitos e práticas”<sup>19</sup>, traves mestras potenciais para sustentar a casa comum europeia. Mas, como

---

16 BILLIG, Michael - *Banal Nationalism*. Los Angeles / London / New Delhi / Singapore / Washington DC: SAGE, 2010 [1995]. ISBN 978-0-8039-7524-8 ISBN 978-0-8039-7525-5.

17 *Eurocid. 2008 - Ano Europeu do Diálogo Intercultural* [Em linha].

18 *Eurocid. 2018 - Ano Europeu do Património Cultural* [Em linha].

19 MARTINS, Estevão C. de Rezende - Europa: ideia, cultura, projeto – ‘europeidade’ como tarefa e como proposta. In VALENTE, Isabel Maria Feitas (coord.) - *Europa, Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017. ISBN 978-989-26-1335-2, p. 73.

qualquer casa, está povoada de memórias. Escora-se numa multiplicidade de práticas locais e nacionais que a percorrem dos alicerces até ao topo, pelo que qualquer intervenção pode ter resultados diferentes nas diversas partes. Nesta conformidade, a mobilização do conhecimento é fundamental para informar e enformar as práticas e as políticas públicas europeias, designadamente as culturais.

Sem essa mobilização dificilmente podem gerar-se os efeitos desejados, e, com ela, sabe-se à partida, e apenas, quão difíceis eles são de atingir. As inércias regionais podem constituir entraves aos planos comunitários que no princípio de coesão viram a base da indispensável solidariedade do governo da casa europeia. Contudo, tem de haver vontade política contínua e efetiva para a coesão se tornar uma realidade. E, se os programas de coesão são fundamentais a nível cultural, por outro lado a “UE não tem legitimidade para impor qualquer ato de harmonização das disposições jurídicas e regulamentares dos Estados-Membros no domínio da cultura. Cada Estado-Membro tem a sua própria política cultural e o papel da União Europeia é complementar as políticas a nível nacional, acrescentando-lhes uma dimensão europeia”<sup>20</sup>.

Vivem-se tempos de encruzilhada, a construção de casa comum europeia, com 500 milhões de pessoas, 28 países e 24 línguas oficiais (além das regionais) constitui um dos maiores reptos do nosso tempo. Dois vetores (entre outros) não podem deixar de ver-se como essenciais: a educação e a política cultural.

A educação é uma tarefa que não pode ser negligenciada pelo comissariado da Educação, Formação, Cultura e Juventude. A par de projetos menos conseguidos, como a Educação Comum Europeia, de que o “Livro Europeu de História” foi apenas um pormenor, talvez pouco feliz, outros têm assumido elevada importância. Desde logo, o programa Erasmus, primeiro grande programa de mobilidade estudantil, que tem favorecido a dimensão europeia do ensino superior; até 2015 tinha abrangido mais de três milhões de estudantes, com particular impacto na troca de ideias, partilha de culturas e difusão do conhecimento. Igualmente auspicioso, revela-se o projeto Europeana (ainda em curso), criado em 2008 com a ambição de ser a plataforma digital da herança cultural europeia, através da qual os cidadãos possam aceder a imagens, texto, som, vídeo e material em 3D de museus, bibliotecas e galerias de toda a Europa. São milhões de itens virtuais, provenientes de milhares de coleções – um recurso didático extraordinário que não deve ser desperdiçado.

Tal como noutros setores, as políticas europeias na área da cultura têm mobilizado montantes vultuosos. É o caso do programa “Europa Criativa”, com uma duração de sete anos (2014-2020) dotado de um orçamento bastante expressivo. Não surpreende que nesta área a burocratização e a ambiguidade imperem, e os lóbis gravitem em torno de Bruxe-

---

20 *Eurocid. Cultura na UE: enquadramento* [Em linha].

las. Num tempo em que a “empresarialização” domina, e a cultura não é exceção a essa dominação, será, no entanto, fundamental que a política cultural europeia não se converta num instrumento hegemónico de proteção às grandes instituições. Para isso alertou há poucos anos António Pinto Ribeiro, sublinhando que até o termo cultura vinha sendo substituído por outros como “criatividade, redes, indústrias da inovação, cidades criativas, etc.”, acrescentando ainda: “Este léxico de substituição impõe uma amnésia sobre a ideia do que pode ser cultura nos múltiplos contraditórios sentidos, desviando-a para o terreno do consumo e da novidade fugaz”<sup>21</sup>.

Em jeito de conclusão, não será desadequado regressar ao início – ao conceito ou ideia de Europa, múltiplos e mutantes ao longo dos tempos. Não poderá deixar de mencionar-se as recentes interpretações historiográficas, sobretudo provenientes dos *postcolonial e subaltern studies*, produtoras de conceitos *sui generis* como o de “provincializar” a Europa<sup>22</sup>. Dir-se-ia que os valores universais postulados pela Europa estão na ordem do dia do debate intelectual, discute-se o binómio imposição/apropriação cultural ou o poder de fascínio/rejeição que exerce a civilização ocidental, outrora pujante, hoje vista até como “tóxica”<sup>23</sup>. Tal como na Europa, as reivindicações identitárias no mundo seguem o seu curso. E os constrangimentos da conjuntura de crise, que é mundial, não poderão permitir que a Europa perca a oportunidade de aprofundar o diálogo multicultural, resgatar (ou prosseguir, segundo as perspetivas) o seu pensamento crítico.

Um caminho fundamental para a organização interna da casa comum europeia é a cultura, fator também imprescindível nos seus relacionamentos externos. Como todas as casas, a europeia abriga confrontos e tensões, maneiras de ser e convicções, pelo que as janelas que abrir para o exterior passam também pelo diálogo intercultural, optando por responder à arrogância das miradas dos outros pelo reconhecimento crítico das suas próprias. As imagens emitidas de fora podem ser perturbadoras, mas são também enriquecedoras na medida em que provocam a autorreflexão. E, certamente, a grande casa europeia já interiorizou que a qualidade própria está na diferença e não na semelhança.

Artigo Recebido a 1 de maio de 2018 | Aceite a 22 de maio de 2018.

---

21 RIBEIRO, António Pinto - A Europa precisa de várias políticas culturais. *Público/Ípsilon*, 2 de maio de 2014 [12.4.2018]. Disponível em [www: <URL: https://www.publico.pt/2014/05/02/culturaipsilon/noticia/a-europa-precisa-de-varias-politicas-culturais-333754>](http://www.publico.pt/2014/05/02/culturaipsilon/noticia/a-europa-precisa-de-varias-politicas-culturais-333754).

22 CHAKRABARTY, Dipesh - *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN-13: 978-0-691-04909-2 ISBN-10: 0-691-04909-2.

23 GUILLEBAUD, Jean-Claude - L'Occident en crise. Qu'est-ce qui ne fonctionne plus?. *Le Monde. La Vie. L'Histoire de L'Occident. Déclin ou métamorphose?*. ISBN-10: 2368040242 ISBN-13: 978-2368040249. 2014, Hors-série, p. 168.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict - *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. 2<sup>nd</sup> Edition. London / New York: Verso, 1991. ISBN 0-86091-546-8

BALTAZAR, Isabel - O “Espírito Europeu” - Fundamentos para uma Europa Unida. O contributo dos Encontros Internacionais de Genebra (1946). *Lusíada, História*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. ISSN 0873-1330. 2007, v. 2, nº 4, p. 101-117.

BAUMER, Franklin L. - *O Pensamento Europeu Moderno. Séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições 70, 1990.

BILLIG, Michael - *Banal Nationalism*. Los Angeles / London / New Delhi / Singapore / Washington DC: SAGE, 2010 [1995]. ISBN 978-0-8039-7524-8 ISBN 978-0-8039-7525-5

CHAKRABARTY, Dipesh - *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN-13: 978-0-691-04909-2 ISBN-10: 0-691-04909-2.

Council of the European Union - *Europe: giving shape to an idea*. Anthem Press, 2009. ISBN 978-92-824-2519-0

*Eurocid. Cultura na UE: enquadramento* [Em linha]. Última atualização: 2014-12-22 [14-4-2018]. Disponível em www: <URL: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=8582](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=8582)>

*Eurocid. 2008 - Ano Europeu do Diálogo Intercultural* [Em linha]. Última atualização 2008-05-15 [14-4-2018]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p\\_cot\\_id=3701](http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=3701)>

*Eurocid. 2018 - Ano Europeu do Património Cultural* [Em linha]. [14-4-2018]. Disponível em: <URL: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/news/comunicados/ano-europeu-do-patrimonio-cultural-2018/>>.

FLEWELLING, Ralph Tyler - *The Survival of Western Culture. An Inquiry into the problem of its Decline and Resurgence*. New York / London: Harper & Brothers Publishers, 1943.

GUILLEBAUD, Jean-Claude - L'Occident en crise. Qu'est-ce qui ne fonctionne plus? *Le Monde. La Vie. L'Histoire de L'Occident. Déclin ou métamorphose?* ISBN-10: 2368040242 ISBN-13: 978-2368040249. 2014, Hors-série, p. 168-169.

GASSET, Ortega y - *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio d'Água, 1989.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.) - *A Invenção das Tradições*. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra. ISBN 85-219-0188-7.

LOURENÇO, Eduardo - Nacionalistas e Estrangeirados. In GASPAR, Jorge [et al.] (org.) - *Portugal e a Europa. Identidade e Diversidade*. Porto: ASA, 1991. ISBN 972-41-0753-1.

MARTINS, Estevão C. de Rezende - Europa: ideia, cultura, projeto – ‘europeidade’ como tarefa e como proposta. In VALENTE, Isabel Maria Feitas (coord.) – *Europa, Atlântico e o Mundo. Mobilidades, Crises, Dinâmicas Culturais. Pensar com Maria Manuela Tavares Ribeiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2017, p. 73-98. ISBN 978-989-26-1335-2.

MORIN, Edgar - *Pensar Europa*. Barcelona: Edicions 62, 1989. ISBN 84-297-2891-0

RIBEIRO, António Pinto - *A Europa precisa de várias políticas culturais* [Em linha]. *Público/Ípsilon*, 2 de maio de 2014 [12.4.2018]. Disponível em www: <URL: <https://www.publico.pt/2014/05/02/culturaipsilon/noticia/a-europa-precisa-de-varias-politicas-culturais-333754>>.

ROUGEMONT, Denis - *Europa como probabilidade*. Madrid: Taurus Editiones, 1963.

SANDE, Paulo de Almeida - *Estados Unidos da Europa*. [Em linha]. Euroogle. Dicionários. Outubro de 2017 [10.4.2018]. Disponível em www: <<http://euroogle.com/dicionario.asp?definition=1004>>.

STEIN, George - *A Ideia de Europa*. Lisboa: Gradiva, 2007. ISBN 978-989-616-022-7.

*The Challenge of our Time: a series of essays*. London: Percival Marshall, 1948.



# ***The role of culture as a vector for a common European house. The challenges of the EU action and the mobilisation of players in the field of culture to build a European casa comum<sup>1</sup>***

Fanny Bouquerel  
CRESPPA- LabTop,  
Université Paris 8  
[fannybouquerel@gmail.com](mailto:fannybouquerel@gmail.com)

## **Abstract**

At a time when the European project seems to have reached a stalemate, culture may be a valuable tool to find new ways to go forward and to contribute to lay the foundation of a European house. This paper explores the EU action related to culture and the role cultural actors may play in fostering a cohesive European society open to its neighbours and beyond. It analyses two cases: the implementation of the EU cohesion policy in Sicily, at the extreme south of Europe and in the heart of a turbulent Mediterranean, and the role of European cultural networks supported by EU institutions and promoting transnational cultural cooperation. It analyses the articulation between the EU cultural action, and the way it may answer the needs and priorities of the cultural players, supporting the development of *uma casa comum*.

**Keywords:** cultural field, European integration, cohesion policy, Sicily Region, cultural networks.

The process of the building of Europe is not a long river that glides along, and today, as the sociologist Monica Sassatelli puts it, one may wonder if it has lost the plot<sup>2</sup>. In other words, it seems that the recipe to build “unity in diversity”, the motto of the EU project trying to find ways to unite different people in a “*casa comun*”, is not effective any more.

---

1 The author would like to thank Christiane Dabdoub Nasser for her review of the text in English.

2 SASSATELLI Monica - Has Europe lost the Plot? In CHENAL, Odile, SNELDERS, Bas - *Re-mappings. The Making of European Narratives*. Amsterdam: European Cultural Foundation, 2012. ISBN 9789062820580.

On the one hand, the home that was dreamt and implemented by the founders of Europe, with its robustness and its fragility, seems incapable to host the European people any longer, as the Brexit vote has shown in 2016 in a dramatic way. On the other hand, Europe is seriously challenged by populations fleeing from Africa and the Middle East and risking their lives to reach it. The flows of migrants who tried to enter Europe in 2015 led to one of the most serious crises of the European project, and the conclusions of the European Council in June 2018 have shown that migration is still one of the most sensitive and challenging issues of the European agenda, revealing strong disparities among Member States' positions. Culture may be a valuable tool to find new ways to contribute to overcome this stalemate. Indeed, even if culture is the expression by excellence of one's singularities and has brought about dramatic conflicts<sup>3</sup>, it is also recognised as a vector to strengthen societies' identities and cohesion. In this sense, culture could play a key role in the building of Europe, and lay the foundation of a European house – *uma casa comum*. But is there such a thing as a European culture and how to define it? And if culture can be mobilised to carry on the EU integration process, how the EU action could foster its development?

There is no unique definition of culture, let alone of a European culture. Following the anthropological “modern” sense of culture referring to societies that produce culture through their interaction, culture appears as a particularly volatile notion – it is precarious precisely because of its social component<sup>4</sup>. However, in an attempt to define what European culture could be, different approaches could be adopted. First, the historical perspective developed by Paul Valéry suggests that the notion of a European culture is based on a Mediterranean heritage shaped by three influent components. For him, “any race and any land which has been successively Romanized, Christianized and subjected, in terms of spirit, to the discipline of the Greeks, is absolutely European<sup>5</sup>”. For the philosopher Denis Rougemont, who strongly believed that only culture could save Europe after the Second World War, the contribution of the German people was essential as they promoted the freedom of association, which in turn has inspired the European federalism. Another way to try and identify the specificities of Europe as an entity touches upon the analysis of its relation to the others through a dialogic perspective. For Rémi Brague, “European distinguishes itself from other cultural worlds through the specific mode of its relation to what is its own, appropriating what is perceived as foreign<sup>6</sup>”. In other words, Europeans have a unique way to make other cultures their own. This perception leads to another

---

3 STEINER George - *Dans le château de Barbe Bleue, notes pour une redéfinition de la culture*. Paris: Gallimard, 1986. ISBN 9782070323678.

4 REMOTTI, Francesco - *Cultura, dalla complessità all'impoverimento*. 4<sup>th</sup> edition. Roma-Bari: Laterza, 2011. ISBN 9788842095873.

5 VALERY, Paul - L'Européen. First published in *La Revue Universelle*, 1924. Reprinted In *Europes de l'Antiquité au XXe siècle*. Paris: Robert Laffont, 2000. ISBN 9782221085752.

6 BRAGUE, Rémi - *Europe, la voie romaine*. Paris: Gallimard, 1992. ISBN 2070408779, p. 120.

vision, seeing Europe as a process that needs to be thought through and that may be subject to variations - one could be more or less European and this perception may vary over the years. As Edgar Morin puts it, one needs to *Think Europe* and before considering its community of intention, it needs to consider its community of destiny<sup>7</sup>. For Beck and Grande<sup>8</sup>, there is no Europe but an institutionalised process that evolves along the way. One of its main difficulties is related to the fact that our usual framework of thought is not pertinent to think this process: beyond the national scale, one should shift to a cosmopolitan approach to question this process and contribute to it in a critical way.

Culture also alludes to heritage and works of arts from the past, as well as to the contemporary production of cultural goods. Through their work, dealing with our imaginary world, artists and cultural practitioners have the power to influence our perception of the world<sup>9</sup>. Fostering reflexive interactions, they also contribute to build communities who in turn contribute to shape Europe<sup>10</sup>. Since artists and cultural actors have been travelling for centuries, exchanging and getting influenced one by another from the beginning of art history, they have contributed to the making of Europe, a cultural Europe, in a subtle way. More broadly, culture encompasses the professional field composed of many actors described in the *Art Worlds* by H.S. Becker<sup>11</sup>. It has progressively been acknowledged as a significant and dynamic professional field, leading to an increased recognition of its contribution to economic development<sup>12</sup>. In other words, the assets of culture made it a valuable field to address for the EU, which designs and implements a cultural action through a series of papers, policies and programmes.

This paper will present succinctly how culture was progressively introduced in the EU legislative and political framework; it will then focus on the way it was translated into programmes and actions, questioning the way it may support the development of a cultural field in Europe. After a brief review of a number of milestones that reflect the cultural orientation of the EU, I will first tackle the cohesion policy, which is by far the EU policy that allocates more funding for culture. In that sense, the cohesion policy offers an opportunity for cultural players to develop their work while contributing to the “harmonious” development of Europe and to its integration process, which is the main objective of the

---

7 MORIN Edgar - *Penser l'Europe*. Paris: Gallimard, 1987. ISBN 2070325849, p. 20.

8 BECK Ulrich, GRANDE Edgar - *Cosmopolitan Europe*. Cambridge: Polity, 2007. ISBN 9780745635637.

9 PEQUIGNOT, Bruno - *La question des oeuvres en sociologie des arts et de la culture*. Paris: L'Harmattan, 2007. ISBN 9782296029330.

10 GIELEN, Pascal (ed.) - *No Culture, no Europe. On the Foundation of Politics*. Amsterdam: Antennae Valiz, 2015. ISBN 9789078088868.

11 BECKER, Howard-S - *Art Worlds*. University of California Press, 2008. ISBN 9780520256361.

12 KEA European Affairs - *The Economy of Culture in Europe. Study prepared for the European Commission. Brussels*, 2006. According to this document, the cultural and creative sector represent 2,6% of the EU GDP in 2003. [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/assets/eac/culture/library/studies/cultural-economy_en.pdf).

cohesion policy. However, the implementation of this policy raises some challenging issues that were explored through a field research in Sicily, at the extreme South of Europe<sup>13</sup>. Then, I will address the resources and strategies of cultural professionals engaged in European cultural networks, analysing how European institutions have engaged with these organisations. My analysis will bring some elements related to the way the EU action contributes to the building of a cultural community through the study of the priorities it tackles, the methodologies that are used to implement its action, and the profile of the players who are committed to this process. In other words, I will explore the articulation between the EU cultural action and the way it may answer the needs and priorities of the cultural players and support a European *casa comum*.

### 1. The milestones of the EU cultural action

Culture was included in the European legislative corpus thirty-five years after the foundation of the European Communities in 1957. Even if initiatives addressing culture were already carried out by European institutions before 1992, it is only with the Maastricht Treaty that culture is officially taken into account as a supporting competency. In other words, the EU coordinates and supplements the action of the Member States following the principle of subsidiarity: as cultural policies deal with sensitive issues such as the building of a national identity, Member States did not wish to delegate their competences in culture to the EU<sup>14</sup>. In the Maastricht Treaty's article dedicated to culture, it is stipulated that the EU shall contribute to the improvement of the knowledge and dissemination of the culture and history of the European peoples; bring the common cultural heritage to the fore while respecting the national and regional diversity of the Members States; encourage cultural cooperation with third countries, and take culture into account in different policies and programmes. In other words, it opens the possibility for a wide range of programmes to fund cultural projects in as much as they can contribute to achieve the objectives of developmental, external, employment, etc. policies.

The publication in 2007 of the *European Agenda for Culture in the era of Globalization*<sup>15</sup> (*Agenda*) resulting from of a wide consultation of the cultural sector, marks a turning point in offering a vision for an EU cultural action. The *Agenda* refers to the growing awareness that the EU has a role to play in cultural terms, it lists various sche-

---

13 BOUQUEREL, Fanny - Culture et politique régionale de l'Union européenne. Acteurs et dynamiques d'un cadre d'intervention inopérant : la région Sicile, PhD thesis. Université Paris 8 Saint Denis, 2015.

14 For an analysis of the European action in the field of culture, see CALLIGARO, Oriane, VLASSIS, Antonios - *La politique européenne de la culture* [Online], *Politique européenne*, L'Harmattan, 2017/2, n.56, p.8-28. DOI 10.3917/poeu.056.0008.

15 Communication COM (2007) 242 final on a European Agenda for culture in a globalizing world. [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0242:FIN:EN:PDF](https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0242:FIN:EN:PDF) >.

mes and programmes the European Commission (EC) has developed with success, and it underlines the necessity to provide a strategic umbrella to all these initiatives. It also sets three main objectives dealing with the promotion of cultural diversity and intercultural dialogue, the contribution of creative industries to growth and jobs, and the role of culture in the Union's international relations. Recently, a communication prepared jointly by the EC and the High Representative of the Union for Foreign Affairs and Security Policy, dealing with a strategy for culture in international relations, has raised some new interest in the soft power of culture to promote the EU on the global scene<sup>16</sup>. In addition, the 2018 European Year of Cultural Heritage has cast light on a multitude of initiatives, both from institutions and civil society organisations, which contributed to foster awareness about the social and economic role of heritage. Last but not least, the EC has published in May 2018 *A New European Agenda for Culture*<sup>17</sup> (*New Agenda*) leaning on a “unique momentum<sup>18</sup>” for culture, based on the Member States’ ambition to build “a Union which preserves [European] cultural heritage and promotes cultural diversity<sup>19</sup>”, and on their conviction that education and culture are keys to “strengthen European identity”<sup>20</sup>. The *New Agenda* aims to harness the potential of culture to make the EU more attractive and contribute to an inclusive growth that shall provide quality jobs for its citizens<sup>21</sup>. Not surprisingly, the main three objectives in the *New Agenda* are in line with the orientations of the EU action developed up till now, promoting culture to strengthen cohesive societies, fostering diversity and facilitate mobility; strengthening favourable economic ecosystems for the cultural and creative sectors; and reinforcing cooperation and intercultural dialogue on the international scene. It promotes the mainstreaming of culture, and though it puts a new emphasis on education<sup>22</sup>, the economic dimension of culture appears predominant – an approach questioned in research and professional cultural arenas debating about the instrumentalisation of culture by EU institutions. The number of actions the European Commission intends to develop and the way it invites the Member States to

---

16 Communication JOIN (2016) 29 final -Towards an EU strategy for international cultural relations [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at WWW: <URL: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52016JC0029&from=EN>>.

17 Communication from the Commission *A New European Agenda for Culture* COM (2018) 267 final [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www.ec.europa.eu/culture/sites/culture/files/communication\\_communication\\_a\\_new\\_european\\_agenda\\_for\\_culture\\_2018.pdf](http://www.ec.europa.eu/culture/sites/culture/files/communication_communication_a_new_european_agenda_for_culture_2018.pdf)>.

18 According to the words of Tamás Szűcs, a European Commission member, during a workshop organised at the European University Institute on the 24<sup>th</sup> May 2018 in Florence.

19 Declaration celebrating the 60<sup>th</sup> anniversary of the Treaties of Rome [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: http://europa.eu/rapid/press-release\\_STATEMENT-17-767\\_en.htm](http://europa.eu/rapid/press-release_STATEMENT-17-767_en.htm)>.

20 Communication COM (2017) 673 final Strengthening European Identity through Education and Culture [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-strengthening-european-identity-education-culture\\_en.pdf](http://www.ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/communication-strengthening-european-identity-education-culture_en.pdf)>.

21 Following the Europe 2020 Strategy. Communication COM (2010) 2020 final. Europe 2020, A Strategy for a smart, sustainable and inclusive growth. [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52010DC2020&from=EN)>

22 Introducing the notion of cultural capability.

assume their responsibilities looks in contrast rather ambitious, even if no detail is given about the way these initiatives should be implemented. In any case, the publication of the *New Agenda* reflects the state of the arts of the EU cultural action nowadays: an approach to culture and the creative sector that increasingly concentrates on its economic asset; a number of actions fostering culture provided it promotes objectives that serve social, economic, environmental or security policies; and a delicate balance between the role that all the stakeholders dealing with culture should engage in to implement a European cultural agenda, be they institutions, cultural organisations or private sector.

To implement these agendas, the European Commission has developed since the 90' a series of programmes addressing culture, such as "Creative Europe", formerly named "Culture", promoting mobility, cultural diversity, and more recently competitiveness in the cultural and creative fields. It has also offered many other opportunities to fund cultural projects through programmes that are not dedicated to culture. If this has allowed to dramatically increase the resources available for culture, it has also induced a series of constraints that have influenced the effect of the EU action on the cultural professional scene.

## **2. The European Cohesion Policy through the lenses of the cultural field in Sicily**

The European Cohesion Policy, also named the European Regional Policy, is a major European policy aiming at reducing economic and social disparities throughout the continent<sup>23</sup>. Its financial envelope, which represents one third of the EU budget, is allocated through the Structural funds<sup>24</sup>. General orientations are set at the communitarian level and translate into a series of programmes at national and local levels that address the needs and specificities of each country and region. The European Cohesion Policy involves a broad partnership including governmental authorities, the private sector, as well as civil society organisations. This configuration allows this policy to offer the potential to mobilize a considerable amount of people working at the national, regional and local level. Last but not least, its common methodology for implementation aims to facilitate the adoption of a shared "language" and a common *modus operandi* that should contribute to the European integration.

As culture is acknowledged for its contribution to socio-economic development, it could be given a predominant role in the framework of the cohesion policy. Some regions have chosen to invest massively in culture, such as Sicily, an autonomous region that has the competence to have its own cultural policy. This large island in the Mediterranean

---

23 See MANZELLA, Gian Paolo - *Una politica influente. Vicende, dinamiche e prospettive dell'intervento regionale europea*. Bologna: Il Mulino, 2011. ISBN 9788815149282. For the historian Tony Judt, regional expenditures a few years after the Treaty of Rome were "the leading source of budgetary expansion in Brussels and by far the most influential lever at the Community's disposal" JUDT, Tony - *Postwar*. London: Vintage, 2010. ISBN 9780099542032.

24 Mainly the European regional development Fund (ERDF) and the European Social Fund (ESF).

counts five million inhabitants and due to its low economic development level, it is one of the regions that benefits the most from the European Structural Funds. For the cycle 2000-2006, it decided to allocate around one billion euros to an axis that was fully dedicated to culture<sup>25</sup>. However, this opportunity didn't translate into a dynamic cultural and artistic scene, which I will explain by addressing a number of issues.

### *2.1 Apprehension of the paradigm of culture between EU and Sicily*

At the end of the 1990s, culture was given some attention in the framework of the cohesion policy as it was considered a means to preserve and enhance heritage, a major local asset, which would in turn stimulate tourism and provide employment. In 1996, the European Commission recognized the value of culture for employment, considering that culture was an “underexploited Potential”<sup>26</sup>. In the orientations it published for the 2000-2006 cycle<sup>27</sup>, culture associated with tourism is identified as one of the three sectors “with particular potential” that should be promoted. The private sector should contribute to a development strategy leaning on culture, and Member States are encouraged to foster cultural enterprises to better exploit their potential in terms of job creation. In the next cycle, 2007-2013, the communitarian orientations include only a brief, there is a brief reference to the way culture can contribute to the attractiveness of cities and regions through the preservation and the development of cultural heritage with potential spin offs for tourism<sup>28</sup>. In this sense, natural and cultural heritage should be part of an integrated approach to development in large cities as well as in rural regions. For the cycle 2014-2020, even if the role of culture is recognised as a valuable economic field<sup>29</sup>, it remains very marginal in the orientation documents<sup>30</sup>.

---

25 Out of the 8,5 billion Euros allocated to the whole Regional Operational Programme Sicily 2000-2006.

26 Communication from the Commission Cohesion Policy and Culture: a contribution to employment COM (96) 512 final. [OnLine] [20th May 2018]. Available at www: <http://aei.pitt.edu/6283/1/6283.pdf>>.

27 Communication from the Commission concerning the Structural Funds and their coordination with the Cohesion Fund: Guidelines for the programmes in the period 2000-2006 COM (1999) 344 final. For a summary of the text, see [OnLine] [20th May 2018]. Available at www: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=LEGISSUM:g24202&from=FR>>

28 Council Decision on Community strategic guidelines on cohesion (2006/702/EC) [OnLine] [20th May 2018]. Available at www: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006D0702&from=EN>>.

29 Communication from the Commission A New European Agenda for Culture COM (2018) 267 final [OnLine] [20th May 2018]. Available at www: [https://ec.europa.eu/culture/sites/culture/files/commission\\_communication\\_\\_a\\_new\\_european\\_agenda\\_for\\_culture\\_2018.pdf](https://ec.europa.eu/culture/sites/culture/files/commission_communication__a_new_european_agenda_for_culture_2018.pdf)>.

30 Regulation (EU) of the Parliament and the Council laying down common provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund, the Cohesion Fund, the European Agricultural Fund for Rural Development and the European Maritime and Fisheries Fund n°1303/2013 [OnLine] [20th May 2018]. Available at www: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32013R1303&from=FR>>.

Also, the paradigm of culture shifts more radically from cultural heritage to the creative sector, including design, fashion and even advertisement, and aims at contributing to innovation, without giving culture due recognition.

In Sicily, during the 2000-2006 cycle, the development strategy was based on the exploitation of the region's exceptional cultural resources to promote cultural tourism- particularly architectural and landscape heritage. Based on the priority defined at the national level (promotion of cultural and historical assets), the Sicily Region dedicated one full axis to cultural resources, especially cultural heritage, which was managed entirely by the regional Department of Culture. Culture was also mentioned in an axis dedicated to cities, with the building of strategic urban infrastructures for contemporary arts activities. In addition, Sicily's internationalisation of cultural activities was promoted through the production and dissemination of artistic works and festivals in international circuits<sup>31</sup>. In the end, and apart from the cataloguing of tangible and intangible cultural goods or the organisation of large events, most of the resources available were used to restore a huge number of cultural sites and buildings, including archaeological sites and churches, that were under the responsibility of the Region. Although the quality of the restoration work and the engagement of the regional staff involved in this process were acknowledged, not much attention was paid to the management of these buildings, or to support the professional development of a cultural sector that could operate in a variety of disciplines beyond heritage. Consequently, the effects of this axis were rather poor in relation to the cohesion policy objectives that focused on development. For the following cycle (2007-2013), the programme set one axis to promote cultural identities and environmental landscapes to increase tourism attractiveness and foster development<sup>32</sup>. This common axis shared with the Environment and Tourism Regional Departments aimed at promoting an integrated management of local assets to stimulate tourism demand. However, the decrease in the resources allocated to this axis, especially to the culture component, indicates the recession of culture in the Sicily Region development strategy. In addition, the implementation of this axis proved to be particularly challenging as it involved different departments that did not work together. In other words, the mainstreaming of culture, which stems from the EU approach to culture, and the divergent interpretation of the cultural paradigm in Brussels or Sicily has weakened its role. While the EU perspective reflects a one-dimensional vision paying attention mostly to its economic impact, the Sicily Region's cultural department aimed primarily at preserving its heritage, giving priority to the historic and symbolic value of its assets. This phenomenon also reflects the challenge of addressing culture, which by nature is a vector to express plurality, as a shared vision throughout the continent.

---

31 Programma Operativo Regionale Sicilia 2000-2006.

32 Programma Operativo Fondo Europeo per lo Sviluppo Regionale (FESR) Sicilia 2007-2013.

## 2.2 *The distortion of the partnership principle*

With the Single Act in 1986<sup>33</sup>, Jacques Delors introduces the major idea of the establishment of a partnership between the Community, the Member States and the Region to implement a cohesion policy. This document establishes that this policy is governed by a few rules and principles, among which the principle of partnership. In other words, all the stakeholders of a region should be associated to the programming, implementation and monitoring of the actions defined in the framework of the cohesion policy to guarantee its success. However, though institutions had to organise a series of consultations to mobilise all the players operating at the regional level, observers have questioned the way this partnership was implemented.

There are several reasons as to why: first, participating in consultations is conditioned by the legitimacy to represent a group in a formal way, depending on the rules for territorial representation, which excludes people who could bring valuable contributions. Already marked by a high level of fragmentation and deprived of strong representative figures, the culture field was marginalised even further by such a process. A research led in Italy about the influence of European regional policy on regional representation dynamics has also shown that in many cases, regions have followed the directive to consult economic and social organisations in a purely formal way, and never actually involved local players to design and implement their policies<sup>34</sup>. Even if the inclusion of new stakeholders as a result of partnerships had changed the group of people involved in the process, it very rarely succeeded in significantly influencing the “rules of the game” and the decision-making procedures. In addition, one needs to be well prepared to master the level of technicality required to understand the stakes, the constraints, and the margins of manoeuvre left to effectively bring a contribution to the design and implementation of the regional operational programmes. Last but not least, the partnership’s role is strictly consultative and there is little the European Commission can do to make sure that the voices expressed in these circles are taken into account. It is thus no wonder if some stakeholders who had tried to engage in this process were disillusioned. The “Code of conduct on Partnerships”<sup>35</sup> published in 2014 by the European Commission and aiming to support and facilitate Members States to manage their Partnership Agreements

---

33 Communication from the Commission The Single Act: A new frontier for Europe (COM(87)100) [OnLine] [20th May 2018]. Available at [www: <URL: http://ec.europa.eu/dorie/fileDownload.do?jsessionid=0-4IywJrlsIpAyGUT5UCTRORKuwirWbx3u-5FzO0nggaebJOWnwg!-898031139?docId=1443101&cardId=1443100>](http://ec.europa.eu/dorie/fileDownload.do?jsessionid=0-4IywJrlsIpAyGUT5UCTRORKuwirWbx3u-5FzO0nggaebJOWnwg!-898031139?docId=1443101&cardId=1443100)

34 FARGION, Valeria, MORLINO, Leonardo, PROFETI, *Stefania - Europeizzazione e rappresentanza territoriale. Il caso italiano.*

35 The European Code of Conduct on Partnership in the framework of the European Structural and Investment Funds [OnLine] [20th May 2018]. Available at [www: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0240&from=EN](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:32014R0240&from=EN).

reflects both the ambition and the limited power of the European Commission to influence these processes taking place at the national and regional level.

According to several researchers, the profile of the local political classes could be considered as another reason why the partnership principle seemed askew<sup>36</sup>. The challenges related to the implementation of cohesion policy are certainly not limited to Sicily, and difficulties could be identified in different countries of the European Union. Yet, following my fieldwork, it seems that the obstacles related to the implementation of this policy are particularly acute in Sicily. The fact that the main actors of the European regional policy are the regional administrations themselves have had an impact on the way it was implemented and influenced the results that were reached in Sicily. First, as the jurist Sabino Cassese asserts in a short essay, the primacy of politics on the administration in Italy has not allowed the emergence of a high public administration, as it exists in other countries<sup>37</sup>. Partly due to the Italian spoils system, the development of the bureaucracy has been dictated by external pressures and contingences rather than by principles linked to the State itself. The autonomous status of the Sicily Region translates this phenomenon at the regional level, and fosters patronage dynamics that are particularly powerful in Sicily<sup>38</sup>. In this sense, the implementation of the European Cohesion Policy appears to be in line with an institutional practice and marked by a “hidden agenda” of the ruling classes trying to prevent the emergence of new players who could challenge their power<sup>39</sup>. In other words, the partnership principle promoting an inclusive cohesion policy has been contrasted with the priority to maintain a status quo. In the end, the powerful regional government in Sicily remained by far the main beneficiary of these funds while the cultural field and the world of art, poorly organized, were left aside.

The analysis of the Sicilian case raises a series of issues related to the implementation of the cohesion policy in Europe. Over the last thirty years, regional administrations have adopted European standards and norms in their works, numerous links were established across Members States’ borders and beyond through interregional programmes, and thousands of cultural operators and artists have developed a great variety of cultural works all throughout the continent that were funded under this

---

36 For instance LA SPINA, Antonio - *La politica per il Mezzogiorno*. Bologna: Il Mulino, 2003. ISBN 9788815093431 and FELICE, Emanuele - *Perché il sud è rimasto indietro*. Bologna: Il Mulino, 2013. ISBN 9788815266101.

37 CASSESE, Sabino - *L'Italia: una società senza stato?*. Bologna: Il Mulino, 2011. ISBN 9788815233783.

38 PIATTONI, Simona - *Le virtù del clientelismo. Una critica non convenzionale*. Bari: Laterza, 2007. ISBN 9788842083399.

39 LA SPINA, Antonio - *La politica per il Mezzogiorno*, ibid.

policy<sup>40</sup>. And yet, the divergent interpretation of sensitive concepts, the divergences in the definition of shared strategic development choices, and the obstacles impeding a broader involvement the continent funded by this policy of players in the implementation of this policy challenge the building of a cohesive European society. Indeed, the increased socio-economic disparities that can be found in Europe question the effects of this policy, which may reflect what Philippe Davezies calls a “new territorial egoism”, characterized by an increasing refusal of solidarity that challenges the European *casa comum* within and beyond its borders<sup>41</sup>.

### **3. The role of European Cultural networks and their relationships with EU institutions in transnational cultural cooperation**

As mentioned before, artists and cultural actors have not been waiting for the EU to design policies or cultural programmes to work together: there are strong cultural dynamics that have structured the European cultural scene and that continue to do so beyond the EU frameworks, with or without communitarian support. European cultural networks, gathering thousands of cultural organisations all over the continent and beyond, play today a specific role as powerful engines for transnational cooperation. The study of their role and their relation with the EU institutions, focussing on the methodologies and instruments the EU has designed to respond to their needs, will offer another perspective to explore the EU action and the mobilisation of cultural players in shaping a European *casa comum*<sup>42</sup>.

#### **3.1 The emergence of European cultural networks as essential players on the international cultural scene**

European cultural networks emerged in the 1980s and hundreds of them are active today in all artistic disciplines. Resulting from bottom-up dynamics linked to the spontaneous will of a few professionals to gather and deal with a common theme, some of them grew to reach up to 500-600 members today. Being flexible structures that continuously negotiate their positioning and evolve, they can be viewed as interest groups as described

---

40 KEA European Affairs - *Use of structural funds for cultural projects*. Study prepared for the European Parliament, 2012.

41 DAVEZIES, Philippe - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: Seuil, 2015. ISBN 9782021230154. The serious crisis linked to the management of migration in Europe is another episode challenging European solidarity today.

42 AUTISSIER, Anne-Marie - *La construction d'une action publique culturelle européenne: entre mobilisations des acteurs et inachèvements institutionnels*. HDR: Université Pierre Mendès France de Grenoble, Université Saint Denis, 2011.

by Sabine Saurugger and Emiliano Grossman<sup>43</sup>. Their adaptability to evolve in the changing environment of the network societies is high, and reference can be made to Manuel Castells' work who developed a theory on networking societies<sup>44</sup>. Usually coordinated by a simple structure facilitating communication between their members and promoting their activities, networks in return depend heavily on the involvement of their members, on their financial contributions and on their commitment to the activities of the network. These activities include the organisation of meetings of different sizes and formats that involve small assemblies or large ones with up to 500 people; the publication of topical documents addressing their members' needs (business plan for the cultural sector, working with refugees, mobility issues in the performing arts sector); or trainings, artistic events and various initiatives that could benefit their members, such as the project *On-the-move*<sup>45</sup> which provides information and disseminates opportunities related to cultural mobility internationally. Cultural networks also develop advocacy activities targeting their national institutions as well as European institutions. Thanks to the growing number of their members, based all over Europe and beyond, these influential players became increasingly legitimate as representatives of the cultural field in European institutional circles.

Through their transnational action, which promotes cooperation and collaboration among thousands of organizations of various kinds, these networks play an important role in the construction of Europe. They are elemental in increasing the knowledge of their members about the cultural scene at the international level, and in developing their capacities to work at a global scale – they became “cognitive” places, according to Judith Staines<sup>46</sup>, and constitute the matrix for the productions and co-productions touring in festivals that blossomed at the beginning of the 21<sup>st</sup> century. And as they are particularly active in sustaining innovative aesthetic forms, questioning the hierarchy in the arts, they contribute to discover challenging artistic works and circulate them on national tour and promote their artistic diversity throughout the continent – the case of Circostrada, a large network promoting circus and street art across Europe, is emblematic of this phenomenon<sup>47</sup>. They also pay attention to audiences that have poor access to culture, devising new strategies, readapting industrial facilities<sup>48</sup> or creating new projects to transform heritage sites<sup>49</sup> to offer new opportunities in cities or rural areas deprived of

---

43 GROSSMAN, Emiliano, SAURUGGER, Sabine - *Les groupes d'intérêt. Action collective et stratégies de représentation*. Paris: Armand Collin, 2006. ISBN 9782200259983.

44 CASTELLS, Manuel - *The Information Age: Economy, Society and Culture*. Vol. 1. *The Rise of the Network Society*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 1996. ISBN 9781557866172.

45 [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at www: <https://on-the-move.org>>.

46 STAINES, Judith - *Working groups: network solutions for cultural cooperation in Europe*. Brussels: EFAP, European Forum for Arts and Heritage, 1996.

47 [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at www: <URL <http://www.circostrada.org/en>>.

48 *TransEuropeHalles, gathering cultural centers initiated by citizens and artists* [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at www: <http://teh.net>>.

49 *Association of Cultural Encounter Centres* [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at www: <https://www.accr-europe.org/?lang=en>>.

cultural infrastructures. Last but not least, they explore and support the cultural scene emerging at the margins of the EU, or even beyond its borders. Cultural networks were present in Eastern and Central Europe right from the eighties – that is much before the Enlargement, and they are expanding today in the Mediterranean area (IETM<sup>50</sup>, gathering players from the performing arts sector focussing on European neighbours) or globally as ENCATC<sup>51</sup> (network for cultural management and policies). Challenging the borders of Europe and overcoming national frameworks, European cultural networks may be seen as the cosmopolitan players Beck and Grande deem necessary to deepen the European project<sup>52</sup>. Fostering mobility and transnational cooperation, developing professional capacities, and expanding their action globally, they claimed to be acknowledged as major European cultural players who could enjoy support from the EU institutions to strengthen European cultural cooperation.

### 3.2 Cultural networks and EU institutions: a turbulent relationship

In spite of European cultural networks pretensions towards the EU institutions, the recognition of the role they could play EU level has been laborious and is still fragile. Following the analysis of Anne-Marie Autissier who has explored the role of European Cultural networks in contributing to shape a European cultural action<sup>53</sup>, networks began to develop advocacy work towards the EU at the beginning of the nineties, hoping to be influential at a time when they could offer their professional expertise to the communitarian staff that was not prepared to deal with cultural matters. To do so, they founded a cultural network especially dedicated to advocate culture towards the EU institutions, Culture Action Europe network<sup>54</sup>. They also explored the different programmes where they could identify funding opportunities for their members, acting as mediators towards EU instruments, and in some cases they submitted proposals themselves, aiming at developing projects that could serve their communities. Autissier underlines that the European Commission was initially rather embarrassed towards this new category of players. As cultural networks do not gather members that are recognised as representatives at the national level, their legitimacy to speak on behalf of a professional field could be put into question. In addition, some Member States were not particularly supportive of these

---

50 [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: https://www.ietm.org](http://www.ietm.org).

51 [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: https://www.encatc.org](http://www.encatc.org).

52 BECK, Ulrich and GRANDE, Edgar - *Cosmopolitan Europe*. Cambridge: Polity Press, 2007. ISBN 9780745635637.

53 AUTISSIER, Anne-Marie - *La construction d'une action publique européenne: entre mobilisations des acteurs et inachèvements institutionnels*. Grenoble: Presses Universitaires, 2015.

54 Culture Action Europe has the mandate to develop advocacy work for the cultural field on behalf of networks. Previously named EFAH (European Forum for the Arts and Heritage), this network has led a campaign during the last EU budget negotiations, stemming from the cross-cutting dimension of culture, to guarantee that 1% of the amounts allocated to all policy sectors should be dedicated to culture.

cultural networks, which were not considered as valid interlocutors, and the Commission did not want to bypass or upset them. Also, the Commission needed quick results and visible outputs that are usually produced through the development of projects, while cultural networks were asking for support to their organisation to develop their activities on the longer term. The issue of time and visibility is particularly challenging for networks as it is very difficult for them to give evidence of what they do<sup>55</sup>. In spite of the strong commitment of their members, and their on-going relations and interactions with their national and regional authorities, they suffer from a lack of understanding and poor recognition of their work, and they have to strive to secure their funding. The European Parliament was the first EU institution to hear the claims of the networks, and to dedicate a small budget to the running costs of these organisations. Then, the main EU cultural programme, entitled “Culture”, finally recognised cultural networks as eligible at the beginning of 2000, acknowledging their legitimacy to promote cultural cooperation. In parallel, cultural networks have progressively been invited to negotiation tables in European arenas to give their contribution either formally or informally<sup>56</sup> to shape a cultural action.

In any case, the relationship between cultural networks and communitarian institutions that caters to build a fruitful cultural cooperation throughout the continent has its limits. First, the funding provided by EU cultural programmes did not cover all the networks’ financial needs, and the situation deteriorated further under the current programme Creative Europe<sup>57</sup>. In addition, the results of the advocacy work developed by the networks look rather modest – a researcher underlines the difficulty for cultural networks to contribute to cultural policy design, mentioning the “missing link” between cultural networks and policy makers<sup>58</sup>. For some networks, the close relations they developed with European institutions has distanced them from their own members, influenced their course of action to fit EU priorities, and weakened their base – a phenomenon characterising the evolution of what the EU calls the civil society organisations working in Brussels that is well identified by political scientists<sup>59</sup>. In opposition to these dynamics, other networks

---

55 A study commissioned by the IETM in 2001 is one of the rare examples attempting to measure the effects of a European Cultural Network. Fondazione Fitzcarraldo - How networking works. IETM study on the effects of Networking - Arts Council of Finland, 2001 [OnLine] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: http://www.fitzcarraldo.it/en/research/IETM.pdf](http://www.fitzcarraldo.it/en/research/IETM.pdf).

56 Some debates took place in the framework of the “structured dialogue” promoted in the Agenda of 2007 where the EC would choose the issues to be discussed and provide a small grant to organise discussions.

57 The decrease of financial resources allocated to cultural networks led some historical networks that were operating from the beginning of the century to close their doors. This is the case of Banlieues d’Europe, a cultural network dedicated to activities taking place in the peripheries of the cities and with marginalised people. In addition, Creative Europe promotes the competitiveness of small and medium enterprises in the cultural and creative sector, echoing the evolution of the cultural paradigm identified in the cohesion policy.

58 ŠVOB-ĐOKIĆ, Nada - Cultural networks and cultural policies: a missing link. In CVJETI-CANIN Biserka (ed.) - *Networks, The Evolving Aspects of Culture in the 21st Century*. Zagreb: Culture-link/ Institute for International Relations, 2011. ISBN 9789536096572.

59 SANCHEZ SALGADO, Rosa - *Europeanizing Civil Society. How the EU shapes Civil Society*

have decided to emancipate themselves from the heavy rules and constraints linked to the managing of EU funding, choosing to develop their own format and business plan outside the communitarian framework, while keeping an eye on the EU cultural action<sup>60</sup>. The maturation of the networks and their growing numbers, gathering various kinds of bodies, has thus coincided with the diversification of their strategies in relation to the EU. While some of them continue to depend heavily on communitarian support, others have explored alternative ways to sustain their activities.

An article written by Yudhishthir Raj Isar, an academic and cultural actor, sums up the main stakes and challenges related to European cultural networks today. To guarantee the effectiveness of the distinct added value these organisations are supposed to bring to cultural development, he suggests that they take into account and apply seven imperatives, among which realism, reflexivity and autonomy/audacity<sup>61</sup>. Though culture plays a central role, the cultural sector cannot pretend to contribute directly to solve global issues “that involve questions of power, or income, exploitation”; cultural networks need to be more aware of their practice and their links with their environment; finally, they should be careful to preserve their autonomy “at a time when cultural practice is increasingly instrumentalised”. To put it simply, even though the impact of networks on promoting exchanges within and beyond Europe, fostering diversity and solidarity amongst colleagues, and committing to advocate for the cultural sector in Europe is acknowledged, their power remains limited. One of the main challenges they face is how to preserve a level of autonomy in their relations with EU institutions, which provide them with the financing that keeps their activities going. Being part of these networks is conditioned by the commitment of the members to fulfil a mission they have determined together, and the pressure wielded by funders such as the EU could compromise this commitment and get some members to leave the network, which in turn could doom this network to extinction as surely as the lack of financial resources.

## Conclusion

The two case studies exploring the EU cultural action and the mobilisation of actors both in the peripheries of Europe and at the heart of its institutions have shown the variety and the challenges linked to the building of a cultural Europe today. The analysis of the

---

*Organizations*. London: 2014. ISBN 978137355416.

60 Such as the *Fresh Arts Coalition Europe (FACE)*, willing to experiment new ideas and models in contemporary artistic work, or *On the move*, promoting cultural and artistic mobility in Europe. [Online] [20<sup>th</sup> May 2018]. Available at [www: http://www.fresh-europe.org](http://www.fresh-europe.org).

61 RAJ ISAR, Yudhishthir - Cultural networks and cultural policy: some issues and imperatives. In CVJETICANIN, Biserka (ed) - *Networks, The Evolving Aspects of Culture in the 21st Century*. Zagreb: Culturelink/ Institute for International Relations, 2011. ISBN 9789536096572. p. 49-50. The five other imperatives are: articulation, amplitude, autonomy/audacity, adaptation and anticipation.

European cohesion policy implementation in Sicily, an emblematic region at the crossroad of the migration flows that crystallises some of the main tensions Europe is facing today, gives a few hints about this policy's main issues. The opportunities it offers for cultural professionals and its effects are hindered by divergent objectives and strategic choices between Brussels and the regional territories, as well as the missed inclusion of numerous active cultural players in the policy implementation. As for the European cultural networks, the impact of their activities on transnational cooperation dynamics and the building of a European cultural action may to a certain extent depend on the relationship they manage to establish with their EU interlocutors. Though the cosmopolitan nature of cultural networks makes the EU institutions their natural referent, both entities have distinguished agendas and repertoires of action that may in certain circumstances lead to conflicts and lower the effectiveness of their endeavours.

The empirical analysis of the European Capitals of Culture programme, currently funded in the framework of the Creative Europe programme, and the theoretical reflection proposed by Monica Sassatelli exploring the way in which this communitarian scheme may contribute to *Becoming European* offers an interesting path to feed the debate and question the way the EU and cultural players may contribute to foster the role of culture as a vector for a common European house. The title of the programme itself, that does not include the expression "European Culture", shows that it may be vain to define and support a unique European culture a unique European culture. Indeed, what could appear as a weakness may actually be an opportunity for cultural operators and artists to create their own vision of Europe. The curators of an itinerary contemporary art exhibition organised for a European capital of Culture were describing their action this way:

"We wanted to live Europe, not to proclaim Europe, if you know what I mean. We didn't ask the artists to think of Europe, we asked them to think of a different town. (...) I don't think that Europe can be both, the frame and the content. Europe is only the frame, it is a general aim of all the European countries but its content is diversity."<sup>62</sup> To support a European *casa comun*, based on its diversity and open to populations landing on its shores, it would then be key to provide an open framework that fits the views of cultural operators and artists and is compatible with their needs, beyond the communitarian agenda. This questions both the mainstreaming of culture in EU policies, which subordinates culture to achieve other EU policies objectives; and the governance of the EU cultural action, when the respective power of all the stakeholders with their extremely diverse interests and varied levels of intervention make the definition of an EU action for culture particularly challenging.

Artigo Recebido a 21 de junho de 2018 | Aceite a 28 de junho de 2018.

## **Bibliography**

---

62 SASSATELLI, Monica - *Becoming Europeans, Cultural identities and Cultural Policies*. Palgrave: Macmillan, 2009. ISBN 9780230250437, p. 126.

AUTISSIER, Anne-Marie - *La construction d'une action publique culturelle européenne: entre mobilisations des acteurs et inachèvements institutionnels*, HDR. Université Pierre Mendès France de Grenoble, Université Saint Denis, 2011.

BECK, Ulrich, GRANDE, Edgar - *Cosmopolitan Europe*. Cambridge: Polity, 2007. ISBN 9780745635637.

BECKER, Howard-S - *Art Worlds*. University of California Press, 2008. ISBN 9780520256361.

BOUQUEREL, Fanny - *Culture et politique régionale de l'Union européenne. Acteurs et dynamiques d'un cadre d'intervention inopérant: la région Sicile*, PhD thesis. Université Paris 8 Saint Denis, 2015.

BRAGUE, Rémi - *Europe, la voie romaine*. Paris: Gallimard, 1992. ISBN 2070408779.

CALLIGARO, Oriane, VLASSIS, Antonios - *La politique européenne de la culture* [Online], *Politique européenne*. L'Harmattan, 2017/2, n.56, p.8-28. DOI 10.3917/poeu.056.0008.

CASTELLS, Manuel - *The Information Age: Economy, Society and Culture*. Vol. 1 *The Rise of the Network Society*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 1996. ISBN 9781557866172.

CASSESE, Sabino - *L'Italia: una società senza stato?*. Bologna: Il Mulino, 2011. ISBN 9788815233783.

CVJETICANIN, Biserka (ed.) - *Networks, The Evolving Aspects of Culture in the 21st Century*. Zagreb: Culturelink/ Institute for International Relations, 2011. ISBN 9789536096572.

DAVEZIES, Philippe - *Le nouvel égoïsme territorial. Le grand malaise des nations*. Paris: Seuil, 2015. ISBN 9782021230154.

FARGION, Valeria, MORLINO, Leonardo, PROFETI, Stefania - *Europeizzazione e rappresentanza territoriale. Il caso italiano*. Bologna: Il Mulino, 2006. ISBN 9788815108791.

FELICE, Emanuele - *Perché il sud è rimasto indietro*. Bologna: Il Mulino, 2013. ISBN 9788815266101.

GIELEN, Pascal (ed.) - *No Culture, no Europe. On the Foundation of Politics*. Amsterdam: Antennae Valiz, 2015. ISBN 9789078088868.

GROSSMAN, Emiliano, SAURUGGER, Sabine - *Les groupes d'intérêt. Action collective et stratégies de représentation*. Paris: Armand Collin, 2006. ISBN 9782200259983.

JUDT, Tony - *Postwar*. London: Vintage, 2010. ISBN 9780099542032.

LA SPINA, Antonio - *La politica per il Mezzogiorno*. Bologna: Il Mulino, 2003. ISBN 9788815093431.

MANZELLA, Gian Paolo - *Una politica influente. Vicende, dinamiche e prospettive dell'intervento regionale europea*. Bologna: Il Mulino, 2011. ISBN 9788815149282.

MILIO, Simona - *From Policy to Implementation in the European Union, The Challenge of a Multi-level Governance System*. London-New York: Tauris Academic Studies, 2010. ISBN 9781848851238.

MORIN, Edgar - *Penser l'Europe*. Paris: Gallimard, 1987. ISBN 2070325849.

PEQUIGNOT, Bruno - *La question des oeuvres en sociologie des arts et de la culture*. Paris: L'Harmattan, 2007. ISBN 9782296029330.

PIATTONI, Simona - *Le virtù del clientelismo. Una critica non convenzionale*. Bari: Laterza, 2007. ISBN 9788842083399.

RAJ ISAR, Yudhishtir - Cultural networks and cultural policy: some issues and imperatives. In CVJETICANIN, Biserka (ed.) - *Networks, The Evolving Aspects of Culture in the 21st Century*. Zagreb: Culturelink/ Institute for International Relations, 2011. ISBN 9789536096572.

REMOTTI, Francesco - *Cultura, dalla complessità all'impovertimento*. 4<sup>th</sup> edition. Roma-Bari: Laterza, 2011. ISBN 9788842095873.

SANCHEZ SALGADO, Rosa - *Europeanizing Civil Society. How the EU shapes Civil Society Organizations*. London: Palgrave Macmillan, 2014. ISBN 9781137355416.

SASSATELLI, Monica - Has Europe lost the Plot? In CHENAL Odile, SNELDERS Bas - *Remappings. The Making of European Narratives*. Amsterdam: European Cultural Foundation, 2012. ISBN 9789062820580.

SASSATELLI, Monica - *Becoming Europeans, Cultural identities and Cultural Policies*. London: Palgrave Macmillan, 2009. ISBN 9780230250437.

STAINES, Judith - *Working groups: network solutions for cultural cooperation in Europe*. Brussels: EFAP, European Forum for Arts and Heritage, 1996.

STEINER, George - *Dans le château de Barbe Bleue, notes pour une redéfinition de la culture*. Paris: Gallimard, 1986. ISBN 9782070323678.

ŠVOB-ĐOKIĆ, Nada - Cultural networks and cultural policies: a missing link. In CVJETICANIN Biserka (ed.) - *Networks, The Evolving Aspects of Culture in the 21st Century*. Zagreb: Culturelink/ Institute for International Relations, 2011. ISBN 9789536096-572.

VALERY, Paul - *L'Européen*. First published in *La Revue Universelle*, 1924, reprinted In *Europes de l'Antiquité au XXe siècle*. Paris: Robert Laffont, 2000. ISBN 9782221085752. Fondazione Fitzcarraldo - *How networking works. IETM study on the effects of Networking*. Finland: Arts Council of Finland, 2001.

KEA European Affairs - *The Economy of Culture in Europe. Study prepared for the European Commission*. Brussels, 2006.

KEA European Affairs - *Use of structural funds for cultural projects. Study prepared for the European Parliament*, 2012. Communication from the Commission The Single Act: A new frontier for Europe (COM (87) 100).

Communication from the Commission The Single Act: A new frontier for Europe (COM(87)100).

Communication from the Commission. Cohesion Policy and Culture: a contribution to employment COM (96) 512 final.

Communication from the Commission concerning the Structural Funds and their coordination with the Cohesion Fund: Guidelines for the programmes in the period 2000-2006 COM (1999) 344 final.

Council Decision on Community strategic guidelines on cohesion (2006/702/EC).

Communication from the Commission on a European Agenda for culture in a globalizing world COM (2007) 242 final.

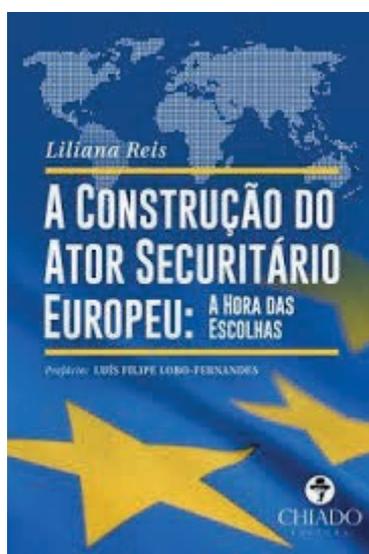
Communication from the Commission. Europe 2020, A Strategy for a smart, sustainable and inclusive growth COM (2010) 2020 final.

Communication from the Commission. A New European Agenda for Culture COM (2018) 267 final.

Regulation (EU) of the Parliament and the Council laying down common provisions on the European Regional Development Fund, the European Social Fund, the Cohesion Fund, the European Agricultural Fund for Rural Development and the European Maritime and Fisheries Fund n°1303/2013.



***Recensão do livro *A Construção do Ator Securitário Europeu: a Hora das Escolhas*,  
Lisboa, Chiado Books, 2017.  
ISBN: 9789895215706***



Nestes breves minutos, que em nada esgotam tudo o que teria para dizer, deixo três apontamentos, que se articulam e reforçam mutuamente, sobre: a autora; o contexto; e o texto.

### **A Autora**

As obras são como filhos (intelectuais): a autora transmite o seu legado genético à obra (sem que tal comprometa o rigor e objetividade que a investigação exige). Também porque são exigentes, dão muito trabalho, colocam-nos desafios, são curiosos, questionam os pais sobre o porquê das coisas. ...., mas sobretudo só podem crescer fruto de uma profunda liberdade.

Para lá de todos os atributos referidos, permitam-me (permita-me antes de mais a Liliana) relevar um traço indelével da autora (presente na obra): a capacidade de nos surpreender quando escreve criativamente um livro sobre um tema que nos faz pensar como pessoas e seres éticos, que faz parte do plano nacional de leitura (certamente mais

impactante para os jovens leitores do que terabytes de notícias no espaço virtual), quando remata uma conferência com a declamação de um poema sobre ser Europa, ou uma tese, com o poema *Child of Europe*...Em contexto multicrítico necessitamos deste apelo ético centrado na pessoa e desta capacidade de surpreender para transformar.

## O Contexto

O contexto foi bem dissecado pelas comunicações que me precederam. A obra é assim publicada num tempo iniciado por uma primeira fase de reflexão após uma década da operacionalização da política (da primeira Missão da EU em 2003 ao Conselho Europeu de Dezembro), cujo imperativo de “reforma” (em rigor não efectiva reforma, mas cumprir o que já era uma necessidade em 2003) é acelerado pelo nexos *in/out* Brexitump e ainda pelo comportamento da Rússia. Nas palavras de Luís Lobo-Fernandes, um “contextos de incertezas”, em que proliferam desafios que “colocam o projeto de integração europeia sob enorme pressão, questionando-se mesmo a sua viabilidade.” “Encontramo-nos, pois, na fase mais crítica da integração europeia desde a criação da CECA, em 1951”. Vale a pena lembrar Jean Monnet quando afirmava que a Europa seria forjada nas crises e seria a soma das soluções para essas crises. Também o institucionalismo histórico nos fala sobre as *critical junctures* (momento crítico, disruptivo, ponto de viragem), situações de incerteza, em que as decisões de actores importantes têm efeitos de longo prazo no ambiente, podendo ser oportunidades de mudança. Como subtítulo na obra de Liliana Reis: é “hora das escolhas”.

## O Texto

Obra dedicada a uma *Child of Europe*, premiada (prémio José Medeiros Ferreira) por ser inovadora e susceptível de interessar um público vasto nos temas europeus.

A inquietação intelectual catalisadora da investigação, nas palavras da autora, “prende-se com a questão de saber, que tipo de poder é e pretende ser a UE, e de que forma a Política Comum de Segurança e Defesa contribuiu para a redefinição deste ator no sistema internacional.”

Na intelecção de um fenómeno complexo, a autora clarifica e tem o atento cuidado de legibilidade (consciente de que o livro é um serviço ao outro), veja-se, por exemplo, a representação gráfica (de síntese analítica conclusiva): “a estrutura de poder no seio da UE ... definida como um escaleno em que as medidas dos três lados são diferentes”; evolução da conceptualização do poder da UE para traduzir “soft power with a hardcore and a normative head” (as matrizes têm um efeito *spill over*, porque ultrapassam os limites da temática da PCSD, podendo ser aplicadas para lá da mesma – deixo o repto aos jovens investigadores presentes neste auditório).

Para responder à inquietação, três eixos sustentam o dissecar da PCSD, uma política tardia, impedida de nascer mais cedo pelos tabus internos que a circiaram, pela presença americana e pelo contexto de Guerra Fria que não lhe foram favoráveis:

- Mapeamento teórico e conceptual eclético necessário para apreender a besta, um fenómeno complexo pela sua polissemia, hibridez e particularidade Como recomendado pela autora: “sugerimos que se deve rejeitar a mono-causalidade dos factos e atos internacionais diante da complexidade internacional, e mais especificamente europeia, e diante da própria necessidade científica de explicação de um fenómeno de natureza *sui generis*.”

- *Process tracing* histórico da emergência e consolidação da política nas várias vertentes: histórica, político-institucional, estratégica, material (capacidades), operacional e internacional

- *Assessment* de um ator dilemático (e não me reporto apenas ao ponto 2 do capítulo 7). Uma avaliação lúcida, completada por uma rejeição do “fatalismo que se gerou à volta da política” e por um olhar “posto no futuro”.

E fica o *statement* da autora: “A Política Comum de Segurança e Defesa apresenta-se como um vetor fundamental para a afirmação da União Europeia como ator global”). E também o seu apelo: “Para ultrapassar as dificuldades e regressar ao «caminho seguro» da integração, que foi, é, e continuará a ser um dos fundamentos da paz europeia, teremos que voltar a demonstrar que a União Europeia é indispensável para responder aos imperativos da segurança e da defesa macrorregionais.”

E a inquietação que encetou a investigação dá origem a novas inquietações, como seria de esperar de um processo intelectualmente profícuo: “Num mundo globalizado, em rápida mutação, não deve a Europa desempenhar um papel estabilizador num sistema internacional de anarquia madura e redes complexas e constituir uma referência essencial de paz para inúmeros países e povos? Como consegui-lo?” (e sublinho o “como”, porque aqui se encontra o desafio comum às comunidades científica e política)

Concluo com um convite à leitura da obra de Liliana Reis.

Ana Paula Brandão, PhD  
Universidade do Minho

